

# **O Mali e os Pedidos de Intervenção Militar Externa por Convite de 2013 e 2021**

**Diogo Luís de Jesus Santos**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais  
(Especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais)**

*Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública*

**março, 2025**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Rui Henrique Santos e coorientação científica da Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues e da Professora Doutora Ana Carina Franco.

*Aos meus avós paternos, David e Palmira*

*“Eles não sabem, nem sonham,  
que o sonho comanda a vida.  
Que sempre que um homem sonha  
o mundo pula e avança  
como bola colorida  
entre as mãos de uma criança.”*

(Gedeão, 1956)

## AGRADECIMENTOS

O processo de escrita de uma dissertação pode equiparar-se à execução de uma receita culinária. Tal processo exige um conjunto de ingredientes determinantes para o seu sucesso, entre os quais dedicação, motivação, paciência e trabalho árduo. Para quem, como eu, teve de estudar e trabalhar, simultaneamente, no decorrer do Mestrado, terminar esta etapa desafiante significa apenas uma palavra: superação.

O meu percurso académico cruzou-se com África por mero acaso, quando, em fevereiro de 2022, iniciei um estágio curricular na União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) no âmbito da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Mais tarde, procurei continuar dentro dos Estudos de Área ao inscrever-me na unidade curricular de Estudos Africanos proporcionada pela área de especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais da NOVA FCSH. Foi, inclusive, aqui que surgiu a paixão pela região do Sahel, levando-me a optar pelo Mali enquanto estudo de caso desta dissertação.

Por esta razão, agradeço, à NOVA FCSH por ter sido a minha “segunda casa” durante os cinco anos em que aqui estudei e por, desde o primeiro dia, me ter acolhido tão bem, mesmo em tempos de grandes incertezas como na pandemia da COVID-19.

Ao meu Orientador, o Professor Doutor Rui Henrique Santos, que me acompanha desde a Licenciatura, por se ter mostrado sempre disponível em responder a todas as minhas dúvidas e dificuldades; em reunir consoante as minhas necessidades; em aliviar as minhas ansiedades e, também, pelas palavras amigas. Representa, sem quaisquer dúvidas, aquilo que eu considero que um professor deve ser.

Às minhas Coorientadoras, a Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues e a Professora Doutora Ana Carina Franco, por todas as sugestões dadas e bibliografia sugerida, assim como pelo interesse que partilhamos por estas temáticas.

Aos meus pais, Rui e Rute, e à minha irmã, Íris, pelas palavras de incentivo e por terem estado lá quando mais precisei. À Joana, por ter sido um “ombro amigo” e por ter acreditado em mim – mesmo quando eu duvidei das minhas capacidades.

Aos meus amigos mais próximos. Ao Luís Teixeira, por ter sido sempre impecável comigo quando precisei de alterar horários de trabalho para me dedicar aos estudos.

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram, direta ou indiretamente, para que esta investigação conhecesse a luz do dia.

Por último, às oportunidades que a vida nos traz...

# **O MALI E OS PEDIDOS DE INTERVENÇÃO MILITAR EXTERNA POR CONVITE DE 2013 E 2021**

**DIOGO LUÍS DE JESUS SANTOS**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** França; Intervenção por Convite; Mali; Realismo Neoclássico; Rússia.

As regiões que constituem o “Sul Global” têm sido, frequentemente, marginalizadas do estudo da disciplina de Relações Internacionais, devido às raízes ocidentais deste campo de estudos. Por esta razão, não é comum utilizar abordagens teóricas realistas para analisar temáticas relacionadas com o continente africano.

Para preencher a lacuna mencionada, a investigação procura, primeiro, aplicar pressupostos realistas neoclássicos a um estudo de caso único africano; segundo, enriquecer a disciplina incentivando a sua própria descentralização mediante o estudo de África, assim como trazer novos contributos para a teoria do Realismo Neoclássico.

Em janeiro de 2013, o Mali solicitou uma intervenção militar externa por convite dirigida à antiga potência colonial, a França, após meses de volatilidade interna que colocaram fim a quase duas décadas de estabilidade democrática.

Em finais de 2021, sob a viragem das suas atenções para Moscovo, Bamako convidou o Grupo Wagner a intervir militarmente no seu território.

Deste modo, o objetivo geral do presente estudo consiste em explicar as opções de política externa do Mali no que respeita estes pedidos de intervenção militar externa por convite à França (2013) e à Rússia (2021), de acordo com a estrutura do Realismo Neoclássico de Tipo II.

Recorrendo a instrumentos metodológicos como análise documental e bibliográfica, análise crítica de discurso e tratamento de informação quantitativa para identificar as razões que motivaram os respetivos pedidos de intervenção, argumenta-se que as opções de política externa supramencionadas podem ser explicadas por dinâmicas sistémicas e internas.

As conclusões evidenciam que os pedidos malianos de 2013 e 2021 podem explicar-se, por um lado, pelos estímulos sistémicos como o legado histórico, a política externa de Paris e Moscovo e, no caso particular da intervenção russa, os resultados das intervenções militares francesas no Sahel e no Mali; por outro, pelas dinâmicas internas como as perceções malianas sobre os atores externos e o contexto político-social interno do país.

# **MALI AND THE 2013 AND 2021 REQUESTS FOR EXTERNAL MILITARY INTERVENTION BY INVITATION**

**DIOGO LUÍS DE JESUS SANTOS**

## **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** France; Intervention by Invitation; Mali; Neoclassical Realism; Russia.

The regions that constitute the “Global South” have often been marginalized in the study of International Relations discipline, due to the western roots of this field of studies. For this reason, using realistic theoretical approaches to analyze issues related to the African continent is not common.

To fill the gap mentioned, the research seeks, first, to apply neoclassical realist assumptions to a single African case study; second, to enhance the discipline by encouraging its own decentralization through the study of Africa, as well as to bring new contributions to the Neoclassical Realism theory.

In January 2013, Mali requested an external military intervention by invitation to the former colonial power, France, following months of internal volatility that ended nearly two decades of democratic stability.

At the end of 2021, as its attention turned to Moscow, Bamako invited the Wagner Group to intervene militarily on its territory.

Thereby, the general objective of the present study is to explain Mali’s foreign policy options regarding these requests for external military intervention by invitation to France (2013) and Russia (2021), according to the Type II of Neoclassical Realism framework.

Using methodological tools such as documentary and bibliographical analysis, critical discourse analysis and treatment of quantitative information to identify the reasons that motivated the respective intervention requests, it is argued that the aforementioned foreign policy options can be explained by systemic and internal dynamics.

The conclusions show that the 2013 and 2021 Malian requests can be explained, on the one hand, by systemic stimuli such as the historical legacy, the foreign policy of Paris and Moscow and, in the particular case of Russian intervention, the results of French military interventions in the Sahel and Mali; on the other hand, by internal dynamics such as Malian perceptions about the external actors and the internal politico-social context of the country.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>Definição do Tema e Objeto de Estudo.....</b>	<b>1</b>
<b>Estado da Arte.....</b>	<b>2</b>
<b>Problematização.....</b>	<b>25</b>
<b>Metodologia .....</b>	<b>28</b>
<b>Apresentação da Estrutura .....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO, TEÓRICO E CONCEPTUAL .....</b>	<b>33</b>
<b>1.1. Mali: da Independência em 1960 aos Pedidos de Intervenção Militar     Externa por Convite no Século XXI.....</b>	<b>33</b>
<i>1.1.1. Delimitação do Espaço Geográfico do Sahel e do Mali.....</i>	<i>33</i>
<i>1.1.2. Os Conflitos Internos no Mali desde a Independência .....</i>	<i>38</i>
<i>1.1.3. O Extremismo Violento e o Terrorismo no Mali.....</i>	<i>44</i>
<i>1.1.4. As Intervenções Militares Externas da França e da Rússia: intervenções         por convite ou por legítima defesa?.....</i>	<i>49</i>
<b>1.2. Mali: Debates Teórico-Conceptuais .....</b>	<b>52</b>
<i>1.2.1. Empresas Militares Privadas: o caso do Grupo Wagner .....</i>	<i>53</i>
<i>1.2.2. A Agência Africana nas Relações Internacionais.....</i>	<i>57</i>
<i>1.2.3. Mali: um Estado forte, fraco, falhado, desintegrado ou colapsado? .....</i>	<i>65</i>
<i>1.2.4. O Processo de Autocratização Política no Mali desde 2012.....</i>	<i>70</i>
<b>CAPÍTULO II – O PEDIDO DE INTERVENÇÃO MILITAR EXTERNA POR CONVITE À FRANÇA (2013) .....</b>	<b>73</b>
<b>2.1. O Legado Histórico e a Política Externa da França .....</b>	<b>74</b>
<i>2.1.1. Na África Subsariana.....</i>	<i>75</i>
<i>2.1.2. No Mali .....</i>	<i>78</i>
<b>2.2. As Percepções das Elites e da População do Mali sobre a França .....</b>	<b>82</b>

<b>2.3. O Contexto Político-Social no Mali .....</b>	<b>86</b>
<b>CAPÍTULO III – O PEDIDO DE INTERVENÇÃO MILITAR EXTERNA POR CONVITE À RÚSSIA (2021) .....</b>	<b>93</b>
<b>3.1. Os Resultados da Operação Barkhane .....</b>	<b>94</b>
<b>3.2. O Legado Histórico e a Política Externa da URSS/Rússia.....</b>	<b>100</b>
<i>3.2.1. Na África Subsariana.....</i>	<i>102</i>
<i>3.2.2. No Mali .....</i>	<i>105</i>
<b>3.3. As Perceções das Elites e da População do Mali sobre a Rússia .....</b>	<b>108</b>
<b>3.4. O Contexto Político-Social no Mali .....</b>	<b>112</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>119</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>A-1</b>
<b>Anexo A – Modelos de Realismo Neoclássico.....</b>	<b>A-1</b>
<b>Anexo B – Mapas da Região e do País em Estudo .....</b>	<b>B-1</b>
<b>Anexo C – Evolução do Terrorismo no Sahel e no Mundo.....</b>	<b>C-1</b>
<b>Anexo D – Evolução dos Processos de Autocratização e Democratização na     África Subsariana e no Mundo.....</b>	<b>D-1</b>
<b>Anexo E – França.....</b>	<b>E-1</b>
<b>Anexo F – Rússia.....</b>	<b>F-1</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

ADC	Aliança Democrática para a Mudança
AFISMA	<i>African-led International Support Mission in Mali</i>
AQMI	<i>Al-Qaeda</i> no Magrebe Islâmico
AQMI Saara	Emirado do Saara da <i>Al Qaeda</i> no Magrebe Islâmico
ARLA	Exército de Libertação Revolucionária de Azawad
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEE	Comunidade Económica Europeia
CFA	<i>Communauté Financière en Afrique</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DGSE	<i>Direction Générale de la Sécurité Extérieure</i>
EUA	Estados Unidos da América
EUTM Mali	<i>European Union Training Mission in Mali</i>
FES	<i>Friedrich-Ebert-Stiftung</i>
FIAA	Frente Islâmica-Árabe de Azawad
FLM	Frente de Libertação do Macina
FPVN	Fundação para a Proteção dos Valores Nacionais
GIA	Grupo Islâmico Armado
GSPC	Grupo Salafita de Pregação e Combate
ISGS	Estado Islâmico no Grande Saara
ISWAP	Estado Islâmico da Província da África Ocidental
JNIM	<i>Jama'at Nusrat al Islam WWal Muslimeen</i>
MINUSMA	<i>Mission Multidimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la Stabilisation au Mali</i>
MNLA	Movimento Nacional para a Libertação de Azawad
MPA	Movimento Popular de Azawad

MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Azawad
MUJAO	Movimento para a Unidade e a <i>Jihad</i> na África Ocidental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UA	União Africana
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## INTRODUÇÃO

### **Definição do Tema e Objeto de Estudo**

O tema da presente dissertação é “A Política Externa do Mali”, ao passo que o seu objeto de estudo é “O Mali e os Pedidos de Intervenção Militar Externa por Convite de 2013 e 2021”.

A escolha desta temática e objeto de estudo prende-se com a possibilidade de analisar num único estudo as opções de política externa do Mali – em particular, os seus pedidos de intervenção militar por convite à França, em 2013 e à Rússia, em 2021 – contribuindo, desta forma, para o estudo das dinâmicas regionais subjacentes à região do Sahel, em África. Neste sentido, a realização de uma investigação com tal temática e objeto de estudo visa contribuir com novas abordagens e perspetivas teóricas sobre os assuntos africanos na área das Relações Internacionais – através da aplicação do Modelo Realista Neoclássico de Tipo II ao estudo de caso do Mali – preenchendo as lacunas da literatura identificadas no Estado da Arte. Consequentemente, este estudo contribui, de igual forma, para uma maior aproximação entre os campos disciplinares das Relações Internacionais e dos Estudos de Área, em particular dos Estudos Africanos.

Tendo em conta a temática e objeto de estudo em questão, sublinhe-se que o estudo da política externa implica uma dimensão interna, repercutida na forma como o Mali realizou os seus pedidos de intervenção por convite aos atores externos. Isto significa que a investigação em curso aborda política externa em assuntos de política interna, na medida em que a análise dos pedidos de intervenção militar por convite reflete: primeiro, as escolhas estratégicas de política externa do Mali; segundo, as motivações subjacentes às alterações das mesmas em relação aos valores e tipo de regime da França e da Rússia.

Por último, apesar do período de análise desta investigação ser 2012-2021, foca-se, sobretudo, nos anos de 2013 e 2021, em virtude, respetivamente, dos pedidos de intervenção militar por convite do Mali à sua antiga potência colonizadora, a França, e à Rússia, pelas mãos do Grupo Wagner. A especial atenção nestes anos explica-se pelo facto de ambos coincidirem com as opções de política externa seguidas pelo Mali no período selecionado, sendo esta a variável dependente da dissertação em curso. Ainda

assim, importa ter em consideração uma janela temporal mais alargada (2012-2021) para dar conta dos antecedentes que levaram ao culminar dos pedidos malianos de intervenção militar por convite de 2013 e 2021. Para além disto, sublinhe-se a existência de algumas referências históricas desde a independência do Mali, em 1960, ao longo da dissertação, com o propósito de explicar as suas opções de política externa entre 2012 e 2021.

## **Estado da Arte**

Ao longo desta secção, abordam-se os principais conceitos para analisar o tema e objeto de estudo desta dissertação. A primeira parte dedica-se à conceptualização de “guerra civil”, “extremismo violento” e “terrorismo”; a segunda, relativa à “intervenção externa”. A terceira parte concentra-se nas principais teorias realistas de política externa, atribuindo particular destaque ao Realismo Neoclássico por ser o modelo de análise teórica privilegiado para a análise do tema e objeto de estudo desta investigação. Por último, seguem-se as principais lacunas identificadas na literatura existente.

Deste modo, pretende-se nesta secção, compreender quais os termos e as definições teórico-conceituais que se utilizam no decorrer da investigação. A este respeito, saliente-se que embora os conceitos de *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding* sejam passíveis de integração na presente revisão da literatura, os mesmos não foram alvo de análise no objeto de estudo por se considerar que as suas respetivas definições teóricas são caracterizadoras, sobretudo, dos objetivos das intervenções multilaterais das Nações Unidas, e não, propriamente, daqueles tomados pelas intervenções externas levadas a cabo exclusivamente por Estados.

Em termos práticos, a revisão da literatura sobre estes conceitos visa esclarecer duas questões no próximo capítulo, dedicado ao Enquadramento Histórico, Teórico e Conceptual. Primeiro, em relação ao que motivou as intervenções externas em território maliano, que definições de “guerra civil” melhor se adaptam ao caso do Mali e se a atuação dos grupos islâmicos violentos no Mali segue uma vertente de “extremismo violento” ou de “terrorismo”. Segundo, relativamente às respostas à instabilidade interna, que classificações podem ser atribuídas às intervenções externas da França (2013) e do Grupo Wagner (2021), tendo em consideração as tipologias apresentadas na literatura – intervenção por convite e por legítima defesa.

## *Guerra Civil*

O conceito de “guerra civil” é objeto de inúmeras definições na literatura – em concreto, mais de trinta, segundo Gaub (2013). Algumas destas definições destacam como critério principal o motivo, o número de mortes ou o tipo de atores envolvidos. Apesar disto, verifica-se um amplo consenso relativamente ao facto das guerras civis ocorrerem dentro do território de um dado Estado. Analise-se, de seguida, algumas das principais definições presentes na literatura.

O Comité Internacional da Cruz Vermelha descreve os conflitos armados não internacionais como confrontos armados duradouros entre as forças governativas e um ou mais grupos armados ou apenas entre estes últimos dentro do território de um Estado. Por esta razão, tendo em consideração esta definição, a presença de um grupo armado não-estatal é o principal critério que diferencia as guerras civis de outros conflitos (Gaub, 2013).

Segundo Gersovitz e Kriger (2013), as guerras civis correspondem a conflitos de larga-escala e fisicamente violentos que ocorrem dentro do território de um determinado Estado entre grupos de cidadãos sobre o “*monopoly of physical force*”, o qual é detido pelo governo desse país (Gersovitz e Kriger, 2013, p. 4). Deste modo, uma “guerra civil” ocorre entre o governo que controla o Estado e os seus “*challengers*”, responsáveis por desafiar o monopólio da força física. Frequentemente, estes últimos tencionam substituir os detentores do monopólio da força no território existente do Estado ou a secessão de parte do território original do país. Gersovitz e Kriger (2013) acrescentam, também, o envolvimento de atores externos a esta definição de “guerra civil”. Embora as guerras civis e a violência física ocorram dentro das fronteiras internas e envolvam, maioritariamente, atores internos, podem também em certos casos envolver atores externos.

As guerras civis podem também apresentar diversas tipologias ou categorias. Segundo Gaub (2013) podem constituir a forma de lutas anticoloniais, guerras de secessão ou conflitos que visam a alteração de regime político. Já Kalyvas (2001, p. 102) apresenta uma distinção entre as “*old civil wars*” e as “*new civil wars*”, coincidente com o final da Guerra Fria. Para esta distinção, o autor tem em consideração três dimensões: as causas ou motivações; o apoio e a violência.

Relativamente às causas, segundo o autor as “*old civil wars*” eram motivadas não só por causas coletivas, políticas e “*noble*” (Kalyvas, 2001, p. 102), como também por ideologias amplas, bem-definidas e articuladas como a mudança social. Pelo contrário, as “*new civil wars*” são consideradas “*criminal*” (Kalyvas, 2001, p. 102) pelo que tendem a ser motivadas por ganhos privados como a pilhagem e a ganância. Por esta razão, as suas causas e motivações são privadas, ao contrário das “*old civil wars*”.

No que respeita ao apoio, nas “*old civil wars*”, pelo menos um dos lados beligerantes usufruía de apoio popular, ao passo que nas “*new civil wars*” os atores políticos carecem de qualquer tipo de apoio popular (Kalyvas, 2001, p. 102).

Em relação à violência, nas “*old civil wars*” os atos de violência são considerados controlados e disciplinados. Prova disto, segundo Enzensberger (1994) (citado em Kalyvas, 2001, p. 114) nas guerras civis americana, russa e espanhola “*there were regular armies and fronts; the central command structures attempted to carry out their strategic objectives in a planned way through strict control of their troops. As a rule there was political as well as military leadership, following clearly defined goals, and ready and able to negotiate when necessary*”. Contrariamente, nas “*new civil wars*” a violência é gratuita e considerada sem sentido, podendo ser realizada por exércitos privados, mercenários, milícias paramilitares e senhores da guerra para quem a vitória pode nem constituir um objetivo.

De acordo com Gaub (2013), as guerras civis podem ser causadas por dois fatores principais. Primeiro, em termos económicos, as guerras civis ocorrem onde existem recursos financeiros disponíveis para sustentar as forças armadas não-estatais. Por exemplo, as matérias-primas e outros recursos naturais aumentam a probabilidade de eclosão de uma “guerra civil”, não só porque permite sustentar as forças armadas não-estatais como também facilita o acesso dos rebeldes a esses recursos. Além disto, Estados com um Produto Interno Bruto (PIB) mais baixo têm maior probabilidade de virem a ser palco de uma “guerra civil”, porque não têm um controlo tão eficaz sobre todo o seu território. Segundo, a nível social, refira-se que os Estados com maior percentagem de indivíduos do sexo masculino com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos apresentam um maior risco de ocorrência de guerras civis dada a maior probabilidade deste grupo populacional ser recrutado por organizações rebeldes.

Da mesma forma, Gaub (2013) menciona quatro aspetos que não interferem na ocorrência de guerras civis. Primeiro, a diversidade étnica e o multiculturalismo de um Estado não implicam necessariamente uma maior probabilidade de eclosão de guerras civis. Inclusive, refere que os Estados com maior quantidade de grupos étnicos revelam menor probabilidade de ocorrência de conflitos internos. Regista-se um ligeiro aumento na probabilidade de ocorrência de conflito interno apenas quando um determinado grupo étnico forma uma maioria absoluta nesse Estado. Segundo, embora o Islão possa ser utilizado como elemento explicativo para a ocorrência de guerras civis, não tem qualquer impacto estatístico na eclosão das mesmas. Terceiro, não existe qualquer correlação entre o tamanho das Forças Armadas de um país e a ocorrência de conflitualidade. Por último, o tipo de regime político onde as guerras civis são mais prováveis de ocorrer não são autocracias ou democracias, mas sim as anocracias, um regime de transição política entre as duas anteriores.

Para terminar, as guerras civis podem terminar de três formas possíveis. Uma, que representa a maioria dos casos, finda com a vitória militar de um dos lados. Outra, que representa cerca de 30% dos desfechos, remete para um acordo ou solução negociada entre as partes, onde os atores externos ao conflito desempenham um papel fulcral, já que o sucesso da negociação depende de um “*guarantor*” com capacidade para cumprir e fazer cumprir com o acordado. Por último, as intervenções militares em larga-escala. Caso a intervenção ocorra do lado do governo, a guerra tende a prolongar-se. Pelo contrário, uma intervenção do lado dos rebeldes diminui o tempo de conflito. No entanto, se ambas as partes beligerantes receberem assistência de atores externos, o conflito tende a prolongar-se. Por esta razão, as guerras civis com envolvimento externo são mais mortíferas e de difícil resolução (Gaub, 2013).

### *Extremismo Violento e Terrorismo*

Tanto o “extremismo violento” como o “terrorismo” são conceitos que não possuem uma definição unânime na literatura, quer na sua conceptualização, significado ou quanto às suas principais ameaças. Apesar disto, são conceitos próximos e interrelacionáveis, ainda que sejam distintos.

Com o intuito de, posteriormente, caracterizar o âmbito de atuação dos grupos *jihadistas* islâmicos do Mali, promotor das duas intervenções militares externas em estudo, aborde-se, primeiro, o conceito de “extremismo violento”.

Segundo o Plano de Ação da Organização das Nações Unidas (ONU) para Prevenir o Extremismo Violento (2015), o “*violent extremism is a diverse phenomenon, without clear definition. It is neither new nor exclusive to any region, nationality or system of belief*” (UNDP, 2022, p. 14).

Apesar disto, Bötticher (2017) define o extremismo como o posicionamento ideológico de movimentos antissistema, os quais entendem a política como uma luta pela supremacia, em vez de uma competição pacífica entre as partes com interesses diferentes que visam procurar apoio popular para promover o bem comum. Assim, ao entender a política como um “*zero-sum game*” (citado em UNDP, 2022, p. 61), os extremistas tendem a envolver-se em “*criminal acts and mass violence*” (citado em UNDP, 2022, p. 61) a fim de ganhar poder político. Por esta razão, o extremismo entende a violência como um método de resolução de conflitos.

Na perspectiva de Kiras (2020), o extremismo islâmico violento “*appears less identifiable with any single terrorist group and more as a global movement that markets and exploits its own form of violent and radical religious ideology in a loose network of ‘franchised’ cells and groups*” (Kiras, 2020, p. 453). Acrescente-se que foram os ataques do 11 de setembro de 2001 que conferiram reconhecimento internacional ao extremismo islâmico violento (Kiras, 2020).

Tendo em consideração as definições acima apresentadas, interpreta-se que o “extremismo violento” diz respeito, sobretudo, à ideologia, movimento ou posição ideológica em que a violência é entendida como a principal forma de resolução de conflitos. Por esta razão, um “grupo extremista violento” serve para dar conta daquele que se organiza em torno de uma ideologia extremista e coloca ao seu dispor a violência como parte do seu funcionamento (UNDP, 2022). Podem distinguir-se três tipos de grupos extremistas violentos:

- 1) Globais, grupos que têm uma agenda e aspirações globais, como a *Al-Qaeda* ou o Estado Islâmico (UNDP, 2022);

- 2) Transnacionais, grupos que têm um foco geográfico menor que os anteriores, visto que as suas operações têm apenas alcance regional e não global. Operam através das fronteiras reconhecidas dos Estados (UNDP, 2022);
- 3) Locais, grupos que operam apenas dentro das fronteiras de um determinado Estado, podendo as suas ações estar confinadas a uma única região ou realizar-se um pouco por todo o território desse mesmo país (UNDP, 2022).

Tendo em conta as tipologias acima identificadas importa salientar que, por vezes, determinados grupos extremistas locais declaram lealdade e filiação a grupos extremistas de âmbito global, permitindo-lhes aceder a financiamento e adquirir projeção externa. Tal como afirma o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), *“Affiliation with the global VEGs Al-Qaida and Daesh has spread into all the regions of study, with local groups pledging loyalty to one or the other. All these local groups were already operating in the complex and shifting conflict ecosystems of these regions, and their leadership elected to affiliate with a sanctioned global group for a range of reasons”* (UNDP, 2022, p. 23). Mencione-se, ainda, que alguns destes grupos extremistas violentos apresentam estruturas operacionais mais difusas e abrangentes, enquanto outros têm estruturas mais aprofundadas, coesas e capazes em certos casos de competir com o Estado nas regiões onde estão localizados.

Aborde-se, de seguida, o conceito de “terrorismo”. Dando conta da ausência de consenso e da variedade de definições na literatura, este conceito possui um total de 109 definições no volume de Alex Schmid (Pereira, 2016). Porém, uma versão atualizada deste documento inclui cerca de 250 definições.

Segundo Pereira (2016, p. 56) “Terrorismo é o uso de violência por grupos subnacionais contra civis inocentes, procurando intimidar uma audiência, com objetivos políticos”. Já Kiras (2020) afirma que, durante a Revolução Francesa, o “terrorismo” referia-se à violência praticada pelo Estado contra os cidadãos. No entanto, desde meados do século XX, este conceito adquiriu uma nova definição: o uso da violência por determinados grupos a fim de provocar alterações políticas. Deste modo, para Kiras, o “terrorismo” caracteriza-se *“as the use of violence by sub-state groups to inspire fear, by attacking civilians and/or symbolic targets, for purposes such as drawing widespread attention to a grievance, provoking a severe response, or wearing down*

*their opponent's moral resolve, in order to effect political change.*” (Kiras, 2020, p. 451).

Apesar da amplitude de definições de “terrorismo” na literatura, algumas características gerais deste conceito são consensuais, como a sua conotação negativa e pejorativa; a presença de ameaça de violência ou até mesmo o uso de violência; a criação de um ambiente de medo e receio; a perseguição de objetivos políticos e, por fim, o facto das suas vítimas serem exclusivamente civis<sup>1</sup>. A definição de “terrorismo” proposta pelo governo norte-americano engloba os aspetos acima mencionados: *“the term 'terrorism' means premeditated, politically motivated violence perpetrated against noncombatant targets by subnational groups or clandestine agents”* (Murphy, 2002, p. 78).

Deste modo, tendo em consideração estas definições, interpreta-se que o conceito de “terrorismo” diz respeito ao uso da violência de forma direta. Ou seja, o “terrorismo” corresponde às ações violentas inspiradas em ideologias extremistas que enaltecem a primazia de um determinado grupo, com base na religião, raça, cidadania, classe ou convicção (UNDP, 2016).

De seguida, abordam-se os três principais debates da literatura relativos ao conceito de “terrorismo”. O primeiro debate centra-se nos sujeitos do “terrorismo”, isto é, quem pratica esta atividade; o segundo debate diz respeito à conquista de resultados políticos; por último, o terceiro debate relaciona-se com a natureza das tipologias do “terrorismo”.

Em primeiro lugar, autores como Cronin, Enders & Sandler, Hoffman e Moghadam argumentam que os atos terroristas são apenas aqueles praticados por organizações subnacionais ou grupos terroristas, excluindo, assim, os Estados desta definição. Estes autores sustentam que para os Estados existem outros conceitos aplicáveis como crimes de guerra ou abuso de poder. Pelo contrário, autores como Jackson, Gunning, Sluka e Stump, que figuram nos Estudos Críticos do Terrorismo, defendem a posição contrária – os Estados podem também praticar atos terroristas (Pereira, 2016).

---

<sup>1</sup> Pelo contrário, quando as vítimas são forças militares, os ataques classificam-se como *“actos de guerrilha”* e não como “terrorismo” (Pereira, 2016, p. 55).

Em segundo lugar, Rapoport, Jenkin, Laqueur e Schelling argumentam que o fenómeno do “terrorismo” não é bem-sucedido em alcançar os seus objetivos políticos, seja na realização de alterações políticas relevantes ou em extrair benefícios. Por oposição, Ganor, Sprinzak e Dershowitz sustentam que o “terrorismo” obtém sucesso na conflitualidade política (Pereira, 2016). Apesar disto, importa salientar que o presente debate carece de consubstanciação metodológica que permita aferir e mensurar sucessos e fracassos dos grupos terroristas em atingir os seus desideratos (Pereira, 2016).

Em terceiro lugar, Pereira (2016) salienta que as principais tipologias de “terrorismo” se referem às motivações e ao espaço geográfico privilegiado pelos grupos terroristas.

Por um lado, Cronin argumenta que existem quatro tipologias de organizações terroristas, relativas à caracterização ideológico-justificativa e motivações destas últimas: extrema-esquerda; extrema-direita; etnonacionalista ou separatista e, por fim, sagrada ou religiosa (Kiras, 2020).

Por outro lado, as outras tipologias de “terrorismo” – nacional, internacional e transnacional – refletem o espaço geográfico de atuação e o nível de alcance dos grupos terroristas. É relativamente consensual o facto do “terrorismo” nacional corresponder àquele praticado dentro das fronteiras de um dado país (Pereira, 2016). O debate surge apenas com a introdução do termo “terrorismo” transnacional. Por um lado, para certos autores, o “terrorismo” internacional e transnacional são termos equivalentes. Porém, Nye, Keohane ou Milbank consideram-nos distintos. Embora tanto o “terrorismo” internacional como o transnacional ultrapassem as fronteiras nacionais dos Estados, o primeiro corresponde àquele cujos sujeitos principais são o Estado ou os grupos controlados por este, ao passo que o segundo é o praticado por grupos autónomos não-estatais (Pereira, 2016). Assim, Nye e Keohane distinguiram estes dois tipos de “terrorismo” “pela participação ou não de actores não-governamentais” (Pereira, 2012, p. 57). Acrescente-se ainda que, a existência de uma estrutura descentralizada e em rede, bem como de objetivos locais, regionais e globais, causando a maior destruição possível; o forte predomínio da religião; a independência financeira dos Estados e a sua natureza autogeradora estão entre alguns dos traços gerais do “terrorismo” transnacional identificados na literatura (Pereira, 2016).

Para sintetizar, considerando as várias definições acima apresentadas, considera-se que apesar do “extremismo violento” e o “terrorismo” serem conceitos idênticos e interrelacionáveis – a violência é um elemento central em ambos – são também distintos. Por um lado, o “extremismo violento” corresponde à ideologia ou posicionamento ideológico, defendido por movimentos antissistema, em que a violência é vista como uma ferramenta para a resolução de conflitos. Por outro lado, o “terrorismo” diz respeito à ação ou ao uso direto da violência inspirada pelas ideologias extremistas. Neste sentido, o “terrorismo” corresponde à concretização ou à realização da violência defendida pelas ideologias extremistas.

Por último, analisam-se as principais causas do “extremismo violento” e do “terrorismo” presentes na literatura.

Em primeiro lugar, a religião é frequentemente mencionada como uma das principais causas do “extremismo violento” e do “terrorismo”, uma vez que certos indivíduos são motivados a cometer suicídio e a provocar o maior número de vítimas nos ataques em troca de promessas e recompensas na vida após a morte ou, ainda, de alcançar fama dentro da sua comunidade local (Kiras, 2020). Apesar disto, na perspectiva de Dias (2017), ultrapassar as explicações monocausais do “terrorismo” – nomeadamente, a religião e o Islão – consiste num dos principais desafios e lacunas do campo disciplinar dos Estudos do Terrorismo. No entanto, como indica a autora, o Islão não incentiva à violência terrorista. Um estudo publicado pelo PNUD revela que os indivíduos com menor conhecimento do Islão estão entre os mais suscetíveis de serem alvo de alguma doutrinação ou recrutamento por organizações terroristas (Dias, 2017). Neste sentido, a autora menciona que a educação religiosa aprofundada pode constituir-se como uma forma de evitar a radicalização da população.

Em segundo lugar, para Kiras (2020), a tecnologia associada ao processo de globalização melhorou a capacidade dos grupos extremistas violentos em conduzir operações mais mortíferas, aumentando o alcance e eficácia das mesmas (Kiras, 2020). Na sua perspectiva, os avanços tecnológicos melhoraram a capacidade dos grupos terroristas em cinco áreas principais:

- 1) O Proselitismo: a expansão e o fácil acesso à *Internet* em telemóveis, computadores portáteis, *tablets* ou em outras aplicações e tecnologias sem fio

possibilitou a difusão de mensagens e informações nas redes sociais por grupos terroristas;

- 2) A Coordenação: as tecnologias associadas à globalização não só capacitaram os grupos extremistas de realizarem ataques coordenados em vários locais ao mesmo tempo, como também permitiu que estes se relacionassem entre si e operassem em rede;
- 3) A Segurança: as tecnologias permitiram aos grupos terroristas preservar a sua segurança, por exemplo através de comunicações encriptadas;
- 4) A Mobilidade: a globalização do comércio, bem como o aumento do número das viagens aéreas facilitou o modo de transporte e a mobilidade dos terroristas;
- 5) A Letalidade: o processo de globalização pode facilitar o acesso dos grupos terroristas a armas de destruição maciça ou outro tipo de armas mais tradicionais, recursos e proficiência necessários para a realização de ataques menores, porém mortíferos.

Murphy (2002) partilha a mesma tese que o autor anterior ao defender que a difusão de meios tecnológicos, em consequência do processo de globalização, reforçou o poder de atores não-estatais como a *Al-Qaeda* ou outros grupos terroristas. Afirma, ainda, que existe uma crescente preocupação relativamente à possibilidade destes grupos terroristas acederem a armas de destruição maciça – armas nucleares, químicas ou biológicas – para realizarem os seus ataques, sobretudo à medida que o processo de globalização avança (Murphy, 2002). Assim, na sua ótica, a globalização contribuiu para o fenómeno do “terrorismo”.

Também Coker (2002) refere que, durante a década de 1980, a difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação teve consequências na evolução do crime transnacional organizado e do “terrorismo” (Coker, 2002). Passante (2021), de igual modo, concorda que uma das principais razões para o “terrorismo” na época da globalização são os avanços tecnológicos em larga escala (Passante, 2021). Como exemplos de meios tecnológicos menciona que a *Internet* ou as redes sociais possibilitam a proliferação de várias mensagens e informações, assim como a transferência de recursos e dinheiro.

Em terceiro lugar, o processo de globalização cultural pode explicar, igualmente, o “extremismo violento” e o “terrorismo”. A subjugação da identidade e dos valores culturais de determinados grupos étnicos – como consequência do processo de globalização e da difusão do capitalismo de mercado – pode provocar conflitos étnicos e religiosos (Kiras, 2020). Além disto, torna-se mais provável a adesão das populações afetadas por este processo a grupos terroristas e extremistas violentos numa tentativa de combaterem as consequências negativas da homogeneização cultural, como também de preservarem ou protegerem as suas tradições e identidade cultural (Passante, 2021). Assiste-se, assim, a uma rejeição dos valores ocidentais por parte de quem procura preservar a sua própria identidade cultural, já que *“They think globalization will destroy their culture and traditions that have been in place for centuries”* (Passante, 2021, p. 13).

Em quarto lugar, a globalização económica influenciou, de igual forma, o “extremismo violento” e o “terrorismo”. Segundo a Teoria dos Sistemas-Mundo de Wallerstein, o processo de globalização iniciou-se por volta de 1500. Após o seu surgimento no século XVI, a “economia-mundo<sup>2</sup>” europeia capitalista expandiu-se para outras áreas regionais, como África, a América Latina, a Ásia ou a Europa de Leste. Deste modo, houve uma integração gradual das várias regiões do globo neste “sistema-mundo” europeu capitalista. Por esta razão, a “economia-mundo” europeia assumiu um papel importante na globalização da economia (Robinson, 2007; Conrad, 2019). Como consequência, no século XIX existia apenas um “sistema-mundo” capitalista a nível global que dividia o mundo em três níveis hierárquicos:

- 1) O Núcleo correspondia ao *“core, or the powerful and developed centres of the system”* (Robinson, 2007, p. 129). Era constituído, na sua génese, pela Europa e, mais tarde, com o processo de expansão passou a abarcar a América do Norte e o Japão;
- 2) A Periferia são *“those regions that have been forcibly subordinated to the core through colonialism or other means”* (Robinson, 2007, p. 129). Como

---

<sup>2</sup> Segundo a Teoria dos Sistemas-Mundo, a economia-mundo corresponde a “uma região mais ou menos autónoma que é capaz de satisfazer internamente o grosso das suas necessidades materiais. Caracteriza-se pela divisão do trabalho e pela troca intensiva de bens dentro de uma grande região geográfica e entre as fronteiras políticas internas dessa região.” (Conrad, 2019, p. 65).

exemplos, pode mencionar-se a América Latina, África, a Ásia, o Médio Oriente e a Europa de Leste;

- 3) A Semiperiferia é constituída pelos Estados ou regiões que estavam no núcleo, mas desceram na hierarquia ou por aqueles que estavam na periferia, porém subiram na escala (Robinson, 2007).

À semelhança de Wallerstein, Cox defende que o processo de globalização espelha uma ordem internacional dividida em três níveis hierárquicos: o primeiro, corresponde àqueles que têm capacidade para se integrar na economia mundial; o segundo, diz respeito aos que se adaptam de maneira “subordinada e precária” e, por último, os que são excluídos do processo de globalização (Mendes, 2019, p. 107).

Tendo em conta estes contributos teóricos, embora o processo de globalização económica tenha permitido aceder a um vasto mercado de bens e serviços pode também ser entendido como uma forma de imperialismo económico ocidental. Neste sentido, as políticas e decisões do Norte Global – Europa Ocidental e Estados Unidos da América (EUA) – enquanto centro económico-financeiro podem não ser favoráveis para o Sul Global, a periferia. Por isto, as desigualdades existentes na economia mundial – fruto do processo de globalização económica – podem explicar, em parte, a violência terrorista (Kiras, 2020).

Por último, Estados caracterizados por estruturas frágeis e pela incapacidade dos seus governos em controlar as suas respetivas fronteiras e em fornecer segurança facilita a expansão de determinados atores violentos, como organizações extremistas, grupos separatistas ou traficantes no seu território (Whitehouse, 2018). Em vários casos, a estrutura político-administrativa e militar do Estado fica situada nas cidades capitais, pelo que o restante território é deixado ao abandono (Galito, 2012), tornando-se mais propício à ocorrência de incidentes terroristas. É o que acontece, sobretudo, com as zonas rurais de alguns países, já que são as mais negligenciadas pelo Estado e onde existe maior insegurança. Segundo Thérout-Bénoni *et al.* (2016, p. 5), “*The absence or weakness of the state, experienced by the population as a sign of neglect or disinterest, often motivates young people to get involved in those groups that attempt to replace the state by providing certain basic social services*” (citado em Whitehouse, 2018, p. 181).

Elizabeth Schmidt (2018) fornece uma definição de intervenção política e militar externa. Para a autora, o conceito refere-se ao envolvimento de organizações ou potências externas<sup>3</sup> nos assuntos internos de um país africano. Na sua perspetiva, qualquer “intervenção externa” implica sempre a existência de uma relação de poder desigual, uma vez que ocorre quando um determinado país ou organização utiliza a sua força a fim de exercer poder sobre uma entidade soberana mais fraca ou quando esta última solicita assistência externa para tentar restaurar a ordem, supervisionar um acordo de paz ou resolver uma crise humanitária. A autora sustenta que uma intervenção pode ser, simultaneamente, considerada positiva quando o seu objetivo é deter um genocídio ou incentivar acordos de paz ou negativa quando os seus propósitos se resumem à escravatura, à conquista, à colonização, à deposição e instauração de governos, bem como à pilhagem de recursos e matérias-primas valiosas (Schmidt, 2018).

Segundo Schmidt (2018), o final da Guerra Fria e o período de rescaldo deste conflito fez emergir dois novos paradigmas para justificar qualquer “intervenção externa”: a resposta à instabilidade – concretamente, a responsabilidade de proteger – e a guerra ao terror.

Em primeiro lugar, as intervenções militares e diplomáticas podem ser realizadas como resposta à instabilidade, isto é, sob a justificação de que os atores externos têm o direito e a responsabilidade de garantir a paz e a segurança internacionais nos casos em que os Estados falham em fazê-lo. Enquanto nova norma legal internacional aprovada pela Resolução 60/1 da Assembleia Geral da ONU, a 16 de setembro de 2005, durante a Conferência Mundial desse ano, a “*responsability to protect*” responsabiliza os Estados a proteger os seus cidadãos contra genocídios, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a Humanidade e reserva à comunidade internacional o direito, através das Nações Unidas, de intervir e responsabilidade de proteger os civis nas situações em que os governos nacionais não cumpram com a sua responsabilidade de proteger (Schmidt, 2018).

Em segundo lugar, apesar de estar associada aos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001 e à administração George W. Bush na década de 2000, a guerra ao

---

<sup>3</sup> A autora assume que os atores externos podem não só ter origem noutras áreas geográficas, assim como podem ser Estados africanos vizinhos e organizações regionais ou sub-regionais (Schmidt, 2018).

terror – apresentada pela autora como uma das justificações para as intervenções externas no pós-Guerra Fria – tem as suas raízes no final da Guerra Fria. Como consequência da transferência da sede da *Al-Qaeda* do Sudão para o Afeganistão em 1996, Bin Laden atribuiu as culpas aos EUA e passou a entendê-los como o seu principal inimigo. Neste sentido, os EUA sofreram várias agressões contra os seus cidadãos e infraestruturas, pelo que começaram a lutar contra organizações terroristas ao longo da década de 1990, antes dos ataques do 11 de setembro de 2001. Como exemplos podem destacar-se os ataques bombistas ao *World Trade Center*, em 1993 ou às embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia, em 1998 (Schmidt, 2018).

Visser (2020) argumenta que existem dois tipos de intervenções externas: a intervenção por convite e a intervenção por legítima defesa coletiva.

Relativamente à intervenção por convite, George Nolte (2011) considera que corresponde a uma *“military intervention by foreign troops in an internal armed conflict at the invitation of the government of the State concerned”* (citado em Visser, 2020, p. 295). Na perspetiva do *Institut de Droit International* (2011) uma intervenção por convite consiste numa *“direct military assistance by the sending of armed forces by one State to another State upon the latter’s request”*. It continues by stating that *‘[t]he objective of military assistance is to assist the requesting State in its struggle against non-State actors or individual persons within its territory’* (citado em Visser, 2020, p. 295). Para Kleczkowska (2019), a utilização do termo intervenção por convite não se verifica na prática dos Estados, embora seja comumente utilizado no seio académico dos Estudos Jurídicos. Ao invés, os Estados preferem outros termos para se referir a uma intervenção por convite, sendo alguns exemplos: *““appeal for military assistance”*; *“appeal for help”*; *request “to assist in reestablishing order”*; *“request for assistance to restore peace”*; *“request for air and military support”*; *“an urgent plea” to send forces “to maintain security”*; *or a request to help the army restore order.”* (Kleczkowska, 2019, p. 1).

Visser (2020) menciona alguns dos potenciais critérios ou características de uma intervenção por convite. Para começar, a situação interna do Estado requerente. Inicialmente, a autora menciona a falta de clareza sobre se este aspeto poderá constituir-se como um requisito ou uma situação típica em que a intervenção possa acontecer. No entanto, conclui que uma intervenção por convite ocorre normalmente num cenário de conflito armado interno ou “guerra civil” entre o Estado e um ator não-estatal, pelo que

consiste apenas numa situação típica em que ocorre uma intervenção por convite: “*The existence of a civil war in a state which invites outside assistance is thus neither a requirement nor an inhibition for the intervention by invitation, but it does seem to be the typical situation in which such an intervention occurs*” (Visser, 2020, p. 297).

De seguida, a parte agressora deverá ser um ator não-estatal. Isto significa que uma intervenção por convite ocorre quando um Estado se encontra em conflito e é diretamente atacado por um determinado ator não-estatal – e não por um Estado – no seu próprio território e decide, então, convidar outro Estado para o auxiliar (Visser, 2020).

Além disto, a necessidade de existir consentimento. A “intervenção externa” deve ser consentida por meio de um convite, a ser realizado pelo governo e não pela sua oposição. Isto significa que os Estados não têm autorização para atuar através de um mero convite da oposição política, ou das elites militares, desprovidas da necessária autoridade e legitimidade. Acrescente-se, ainda, que este convite não deve ser realizado sob pressão ou coerção e que a “intervenção externa” deve limitar-se ao território do Estado requerente (Visser, 2020).

Tendo em conta estes potenciais critérios, Visser (2020) sustenta que uma intervenção por convite diz respeito às situações em que o governo de um Estado que sofreu um ataque armado perpetrado por um ator não-estatal acaba por convidar outro Estado para este intervir com as suas forças armadas no seu território contra esse ator não-estatal.

Em relação à legítima defesa, a autora menciona a “*individual self-defence*” (Visser, 2020, p. 301) para abordar as situações em que um Estado ataca diretamente o seu agressor e a “*collective self-defence*” (Visser, 2020, p. 299) quando o Estado atacado pede assistência militar de outro Estado para atacar o seu agressor. No que respeita esta última, podem destacar-se, de seguida, três dos seus potenciais critérios ou requisitos.

Em primeiro lugar, de acordo com o Artigo 51º da Carta das Nações Unidas, autoriza-se o uso da força em legítima defesa, exclusivamente, em caso de ataque armado (United Nations, 2024). Embora para a interpretação original do Artigo 51º apenas os Estados sejam os autores responsáveis pelos ataques armados que desencadeiam o direito de legítima defesa, existe a interpretação alternativa de que este

artigo não apresenta qualquer referência ao autor do ataque armado, pelo que este poderia ser realizado por um interveniente não-estatal. Além disto, desde o 11 de setembro de 2001, o direito de legítima defesa em ataques cometidos por atores não-estatais foi aceite e afirmado nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Portanto, o principal critério de uma intervenção por legítima defesa é a ocorrência de ataque armado por um Estado e, eventualmente, por um ator não-estatal (Visser, 2020).

Em segundo lugar, como critérios adicionais mencionam-se a Declaração e o Pedido. Neste sentido, o Estado deve declarar-se como vítima de um ataque armado e, de seguida, pedir auxílio a um Estado interveniente. Apesar disto, a Declaração parece existir apenas na teoria. Por exemplo, a prática estatal não apoia a existência deste critério e a *IDI Resolution 2007* também menciona apenas a necessidade de um Pedido (Visser, 2020).

Em último lugar, o direito de legítima defesa justifica o uso da força fora do território do Estado requerente, ao contrário do que sucede nas intervenções por convite. Dito de outro modo, as ações de legítima defesa podem ocorrer no território do Estado responsável pelo ataque armado ou no território do Estado onde o ator não-estatal está localizado, podendo criar problemas de violação da soberania. Assim, para que se possa agir em legítima defesa contra os ataques de um ator não-estatal localizado no território de um Estado terceiro, as barreiras de soberania precisam de ser ultrapassadas. Por esta razão, a legítima defesa é necessária para justificar o uso da força no território de outro Estado (Visser, 2019; Visser, 2020).

Desta forma, uma intervenção por legítima defesa diz respeito a todas as circunstâncias em que um Estado sofreu um ataque armado por parte de um Estado ou, eventualmente, por um ator não-estatal e acaba por pedir assistência militar a outro Estado, o qual destaca as suas forças militares e utiliza a sua força fora do território do Estado requerente (Visser, 2019; Visser, 2020). Apesar do direito de legítima defesa ser utilizado para justificar o uso da força fora do território de um Estado em resposta a um ataque, este direito levanta algumas questões relacionadas com a soberania nos casos em que o ataque armado é perpetrado por um ator não-estatal situado no território de outro Estado. Tradicionalmente, o direito de legítima defesa apenas pode ser exercido contra um Estado. Consequentemente, o Estado vítima do ataque armado não está

autorizado a ingressar no território de outro Estado a fim de atacar o ator não-estatal aí situado, uma vez que viola a soberania desse mesmo Estado (Visser, 2019).

Tendo apresentado, acima, as tipologias de “intervenção externa” presentes na literatura, refira-se que embora possam parecer conceitos idênticos – ambos descrevem situações em que os Estados atacados convidam um outro Estado a usar a força – existem diferenças entre estes tipos de “intervenção externa”. Por esta razão, Visser considera que *“even though important differences exist between the notions of intervention by invitation and collective self-defence, the conclusion (...) is that they are in fact two sides of the same coin, i.e. two things that seem different but are in fact very closely related.”* (Visser, 2020, p. 316).

Tal como anteriormente revelado, qualquer um dos tipos de “intervenção externa” envolve ameaça ou uso da força. Por esta razão, de um modo geral, para que uma “intervenção externa” seja considerada legal tem de estar em concordância com os pressupostos do Artigo 2 (4) da Carta das Nações Unidas<sup>4</sup> (Nawaz, 1959). Neste sentido, salientam-se três perspectivas sobre a questão da legalidade das intervenções externas.

Primeiro, na visão de Kelsen e Waldock, o uso da força apenas poderá ser autorizado para as finalidades descritas na Carta das Nações Unidas: ação coercitiva internacional (Artigo 45º); legítima defesa individual e coletiva (Artigo 51º) e em disposições transitórias de segurança (Capítulo XVII). Em particular, o Artigo 51º autoriza o uso da força, sublinhando que até o CSNU tomar as medidas necessárias para manter a paz e segurança internacionais nada prejudicará o direito de legítima defesa individual ou coletiva, caso ocorra um ataque armado contra um membro da organização (Nawaz, 1959).

Segundo, para Stone e Jessup, é proibido o uso da força que seja contra a integridade territorial, a independência política dos Estados ou incompatível com os princípios da ONU enumerados no Artigo 1º da Carta das Nações Unidas. Neste sentido, as intervenções externas deverão ter em conta e respeitar os requisitos acima mencionados para terem legalidade à luz das Nações Unidas (Nawaz, 1959).

---

<sup>4</sup> O Artigo 2 (4) da Carta das Nações Unidas menciona que *“All Members shall refrain in their international relations from the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of any state, or in any other manner inconsistent with the Purposes of the United Nations.”* (United Nations, 2024).

Terceiro, Laura Visser (2019), sublinha que as intervenções por legítima defesa coletiva se constituem como uma exceção à proibição do uso da força – destacada no Artigo 2 (4) da Carta das Nações Unidas – ao abrigo do Artigo 51º da Carta das Nações Unidas. Logo, este tipo de intervenção é legal e aceite pelo Direito Internacional. Em relação às intervenções por convite, a autora apresenta quatro abordagens distintas que debatem sobre se este tipo de intervenção é abrangido pela proibição do uso da força contida no Artigo 2 (4) da Carta das Nações Unidas e, por consequência, é ilegal à luz do Direito Internacional (Visser, 2019). Importa destacar que para as quatro abordagens a intervenção por convite apresenta legalidade à luz do Direito Internacional, apenas variando entre si quanto às justificações.

De acordo com as duas primeiras perspetivas, a intervenção por convite não é abrangida pela proibição do uso da força estabelecida pelo Artigo 2 (4) da Carta das Nações Unidas. Para a primeira abordagem, deve-se ao facto da força empregue pelo Estado convidado não ser utilizada em conflitos interestatais. Este apenas usa a força, exclusivamente, dentro do território do Estado atacado com a permissão deste último. Para a segunda abordagem, explica-se pelo facto da força não ser utilizada contra a integridade territorial e independência política. Isto é, como o Estado interveniente age a convite do Estado requerente não se verifica uma violação da integridade territorial e independência política deste último (Visser, 2019).

Na ótica das duas últimas abordagens, apesar da intervenção por convite violar a proibição do uso da força contida na Artigo 2 (4) da Carta das Nações Unidas, apresenta legalidade devido a determinadas exceções. Para a terceira perspetiva, a utilização da força por parte de um Estado fora do seu próprio território consiste no uso da força contra a integridade territorial ou independência política de outro Estado. Neste sentido, este tipo de intervenção viola a proibição do uso da força. Embora a intervenção por convite não constitua nenhuma exceção ao Artigo 2 (4) da Carta das Nações Unidas<sup>5</sup>, a existência de uma “*customary exception*” (Visser, 2019, p. 33) à norma da proibição do uso da força surge como opção. Por esta razão, a intervenção por convite constitui-se como uma exceção à regra da proibição do uso da força (Visser, 2019). Para a quarta abordagem, não se verifica qualquer ilegalidade numa intervenção por convite devido à

---

<sup>5</sup> As exceções à proibição do uso da força contidas na Carta das Nações Unidas correspondem à autorização do CSNU e em caso de legítima defesa (Visser, 2019).

existência de consentimento. Ou seja, o consentimento exclui a ilegalidade desta intervenção (Visser, 2019).

Tal como as duas primeiras abordagens, Visser defende que a intervenção por convite não é abrangida pelo Artigo 2 (4), pelo que não há qualquer tipo de violação da proibição ao uso da força e, portanto, a intervenção por convite tem legalidade à luz do Direito Internacional. Apesar disto, para a autora, a primeira abordagem apresenta uma melhor justificação, uma vez que o Estado convidado não usa a força nas suas Relações Internacionais. Neste sentido, Visser explica que *“the invitation has been issued. Consent is thus built into the primary norm. It does not operate as a circumstance precluding wrongfulness, but it is incorporated in the phrasing of ‘in their international relations’”* (Visser, 2019, p. 42).

### *Teorias Realistas de Política Externa*

Apesar da existência na literatura de várias teorias de Relações Internacionais que contribuem com diferentes perspetivas para a explicação do comportamento dos Estados a nível internacional, a presente secção do Estado da Arte presta especial atenção à Teoria Realista das Relações Internacionais. Acredita-se que a Escola Realista possui tanto a abordagem como os conceitos e as ferramentas mais adequadas para explicar a política externa dos Estados.

Deste modo, importa destacar que, apesar das suas variantes, as teorias realistas partilham algumas características em comum, a saber: a importância dos conceitos de poder e segurança; a ideia que os Estados se constituem como os atores mais relevantes da política internacional; os pressupostos de que o sistema internacional é anárquico<sup>6</sup> e a natureza humana é *“malign”* (Jervis, 2016, p. 10) e, por fim, que o interesse nacional deve orientar as ações e atitudes dos Estados no sistema internacional (Jervis, 2016). Apresentam-se, de seguida, as principais teorias de política externa abordadas pela literatura realista (Rose, 1998).

As teorias *Innenpolitik* sublinham a influência dos fatores internos na política externa. Isto significa, na prática, que a política externa pode ser explicada através das

---

<sup>6</sup> O conceito de anarquia diz respeito à ausência de uma autoridade política superior aos Estados, capaz de os proteger e obrigar ao cumprimento de acordos (Jervis, 2016).

dinâmicas internas dos Estados: “*foreign policy is best understood as the product of a country's internal dynamics.*” (Rose, 1998, p. 148). Deste modo, fatores internos como a ideologia político-económica, o carácter nacional, os partidos políticos ou a estrutura socioeconómica podem moldar o comportamento dos Estados internacionalmente. Por este motivo, independentemente dos acontecimentos sistémicos, o público interno pode impedir os Estados de escolherem políticas com falta de consenso interno, ajudando a determinar a melhor política externa a seguir (Ripsman, 2017).

Apesar de não ser uma teoria de política externa, o Neorrealismo desenvolvido por Kenneth Waltz (1979) dá origem a duas abordagens distintas que Rose (1998) identifica como teorias de política externa, o Realismo Ofensivo e o Defensivo. A diferença entre ambas prende-se com o nível de poder que os Estados devem alcançar. Por um lado, realistas ofensivos como Mearsheimer, Zakaria e Labs argumentam que os Estados devem maximizar a força para garantir a sua sobrevivência num sistema internacional anárquico, já que pressupõem que os Estados mais poderosos são os mais seguros. Isto explica-se não só pelo facto de os Estados não terem qualquer tipo de certeza sobre quando poderá emergir uma potência revisionista, assim como pela hostilidade e incerteza predominante na estrutura do sistema internacional (Walt, 1998; Jervis, 2016). Por outro lado, realistas defensivos como Waltz, Snyder e Van Evera sustentam que os Estados não mostram interesse na conquista militar, uma vez que os custos de expansão normalmente superam os benefícios (Walt, 1998). Na sua perspetiva, a anarquia internacional é mais benigna (Jervis, 2016), levando os Estados a agirem não só de forma defensiva, bem como a equilibrar o poder para maximizar a segurança (Kozub-Karbut, 2019). Consequentemente, os Estados não devem maximizar o seu poder, mas sim ter “*an appropriate amount of power*” (Mearsheimer, 2013, p. 75).

O Realismo Neoclássico enfatiza a imprecisão do Neorrealismo, preocupado exclusivamente com fatores sistémicos. Assim, partilha com o Realismo Clássico a consideração de fatores de política interna, adicionando, para tal, à sua análise, os fenómenos ocorridos dentro do Estado (Jervis, 2016). Isto significa que os estímulos sistémicos têm de ser complementados por variáveis internas, tais como as perceções de risco, a liderança política e as instituições políticas internas (Kozub-Karbut, 2019).

Ao destacar esta interação constante entre as dinâmicas sistémicas e internas dos Estados – os atores mais relevantes do sistema internacional para os realistas

neoclássicos (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016) – revela que os líderes políticos podem ser influenciados tanto por acontecimentos internacionais como internos. Segundo Rose, o Realismo Neoclássico “*explicitly incorporates both external and internal variables, updating and systematizing certain insights drawn from classical realist thought*” (Rose, 1998, p. 146). Desta forma, ao tentar superar as limitações do Neorealismo, o Realismo Neoclássico representa um avanço nas abordagens de Relações Internacionais e Política Externa existentes, contribuindo para o desenvolvimento da Escola Realista de Relações Internacionais (Ripsman, 2017). Surge, portanto, como uma tentativa de unir o rigor científico e a importância atribuída ao sistema internacional anárquico pelo Neorealismo com as instituições internas, os problemas de percepção e as preocupações de liderança do Realismo Clássico (Ripsman, 2017).

Desde a década de 1950, aquando da sua criação, a análise de política externa desenvolveu-se separadamente das principais teorias de Relações Internacionais. Esta separação parecia confirmar-se quando Waltz afirmou que “*International politics is not foreign policy*”, em 1996 (citado em Kozub-Karbut, 2019, p. 212). Ainda assim, após o período de “*domestic turn*” nas Relações Internacionais, Kozub-Karbut acredita que a análise de política externa e as Relações Internacionais podem complementar-se (Kozub-Karbut, 2019, p. 213). Atualmente, a análise de política externa constitui-se como uma subdisciplina do campo das Relações Internacionais com uma base teórico-metodológica própria e um elevado potencial de investigação (Kozub-Karbut, 2019).

No entanto, apesar da experiência histórica associada às Relações Internacionais e à análise de política externa, o Realismo Neoclássico pode ser considerado “*a kind of eclectic scholarship which additionally includes factors typical for FPA*” (Kozub-Karbut, 2019, p. 208). Ou seja, o Realismo Neoclássico tem capacidade para analisar política externa, devido à adoção de “*unit level variables*” (Kozub-Karbut, 2019, p. 211). Por esta razão, unir teorias de Relações Internacionais com a investigação sobre análise de política externa pode significar um movimento em direção ao ecletismo analítico.

De acordo com Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), o Realismo Neoclássico contém três tipologias. Primeiramente, o Realismo Neoclássico de Tipo I consiste numa tentativa de explicar as anomalias e limitações do Realismo Estrutural de Waltz.

Corresponde, portanto, a uma abordagem que pretende explicar exclusivamente as anomalias de política externa ou os desvios das linhas de base realistas estruturais.

Já o Realismo Neoclássico de Tipo II parte do pressuposto que esta abordagem teórica pode fazer mais que explicar, simplesmente, anomalias e limitações. Neste sentido, constitui-se como uma abordagem teórica orientada para explicar as diferentes escolhas de política externa dos Estados. Isto é, oferece modelos gerais de análise do comportamento de política externa dos Estados (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

Desta forma, as tipologias I e II do Realismo Neoclássico<sup>7</sup> distanciam-se do Neorealismo, dada a incorporação de um conjunto de variáveis internas entre os estímulos sistêmicos e as respostas de política externa (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). Entre estas variáveis intervenientes contam-se a política interna, as perceções dos líderes, a capacidade de extração do Estado, a estrutura Estatal e a força do Estado com o objetivo de conseguir explicar as escolhas de política externa (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). Neste sentido, o principal propósito destas duas primeiras tipologias consiste na atribuição de poder explicativo ao Realismo Estrutural de Waltz, através da incorporação e análise de processos internos capazes de explicar de forma mais completa e concreta as escolhas políticas dos Estados.

No entanto, Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) consideram as tipologias I e II do Realismo Neoclássico incompletas. Na perspetiva destes autores, ambas apresentam escassa informação em relação à natureza dos estímulos sistêmicos e aos fatores políticos internos que podem afetar os processos de perceção, tomada de decisão e implementação de políticas, pelo que as variáveis intervenientes internas têm sido abordadas de forma *ad hoc* pelos realistas neoclássicos. Além disto, ambas limitam o seu âmbito explicativo às escolhas políticas dos Estados, sem considerar que essas escolhas podem ter relevância para acontecimentos interestatais mais amplos (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

Para preencher esta lacuna da literatura, Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) propõem o Realismo Neoclássico de Tipo III<sup>8</sup>, igualmente conhecido por Teoria Realista Neoclássica de Política Internacional. De acordo com os autores, existem

---

<sup>7</sup> Consultar Anexo A – Figura A1 – Realismo Neoclássico de Tipos I e II (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 31) (página A-1).

<sup>8</sup> Consultar Anexo A – Figura A2 – Realismo Neoclássico de Tipo III (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 34) (página A-2).

quatro categorias de variáveis intervenientes internas capazes de influenciar as decisões e as escolhas de política externa dos Estados. Estas categorias encontram-se relacionadas diretamente com os processos já identificados pelos Tipos I e II do Realismo Neoclássico: as perceções, a tomada de decisão e a implementação de políticas. Por um lado, as perceções são afetadas pelos estímulos sistémicos, pelas imagens dos líderes e pela cultura estratégica. Por outro lado, a tomada de decisão e a implementação de políticas são afetadas pela cultura estratégica, pelas relações Estado-sociedade e pelas instituições políticas internas. Abordam-se, a seguir, individualmente, cada uma das quatro categorias de variáveis intervenientes internas.

Primeiro, as imagens dos líderes<sup>9</sup> correspondem ao conjunto de experiências, crenças e valores individuais dos “*decision-makers*” que orientam a sua relação e compreensão com o mundo exterior (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

Segundo, a cultura estratégica diz respeito ao conjunto de crenças, normas, visões, suposições ou expectativas partilhadas por uma sociedade que podem influenciar o comportamento e a liberdade de ação de um Estado (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

Terceiro, as relações Estado-sociedade relativas às interações entre as instituições estatais e determinados grupos socioeconómicos. Entre as questões responsáveis por influenciar a política externa dos Estados apontam-se o grau de articulação entre o Estado e a sociedade na elaboração e decisão de políticas; as relações civis-militares; o nível de cedência da sociedade aos líderes estatais em caso de divergências; a coesão político-social interna do Estado e, ainda, o apoio público aos objetivos de política externa do Estado (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

Quarto, as instituições políticas internas que correspondem a um conjunto de mecanismos ou arranjos<sup>10</sup> institucionais associados ao modo de funcionamento das

---

<sup>9</sup> Os líderes compõem a denominada “*Foreign Policy Executive*” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 92), pelo que podem ser o Presidente, o Primeiro-ministro ou, então, os principais membros do governo e os seus conselheiros.

<sup>10</sup> São exemplos: a separação de poderes; os *checks and balances*; o apoio público; o nível de concentração de poder em órgãos executivos; as relações entre os poderes legislativo e executivo; os sistemas partidários; os sistemas eleitorais e as regras de votação; o número de partidos políticos; a regularidade de atos eleitorais; a relação entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e a legislatura; as capacidades administrativas do governo e o órgão responsável pela nomeação do Primeiro-ministro (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

instituições internas do Estado que podem influenciar a forma como é formulada a política externa (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

Por último, as variáveis dependentes do Realismo Neoclássico de Tipo III são as escolhas de política externa dos Estados, os resultados internacionais e a estrutura sistémica, o que difere, em parte, do Realismo Neoclássico de Tipo II.

Ao longo do Estado da Arte identificou-se a seguinte lacuna na literatura existente: a escassez de abordagens e visões realistas na análise das temáticas relacionadas com intervenções externas no continente africano traduz a marginalização do estudo desta região nas Relações Internacionais. Por esta razão, pretende-se contribuir com novas perspetivas teóricas na análise dos assuntos africanos no seio da disciplina das Relações Internacionais, através do estudo dos pedidos de intervenção militar externa por convite, realizados pelo Estado maliano, em 2013 e 2021, mediante a utilização da abordagem teórica do Realismo Neoclássico de Tipo II (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). Deste modo, a abordagem teórica a que se recorre para analisar a temática e objeto de estudo desta investigação, com o auxílio de instrumentos de tratamento de dados como a análise crítica de discurso, consiste na forma em como se pretende acrescentar novas abordagens e conhecimento à literatura já existente.

## **Problematização**

O objetivo geral da presente investigação é explicar os pedidos de intervenção militar externa por convite realizados pelo Mali à França (2013) e à Rússia (2021), de acordo com o Modelo Realista Neoclássico de Tipo II, de forma a compreender as opções de política externa deste Estado africano no período entre 2012-2021.

Para este efeito, contam-se como objetivos específicos:

- 1) Analisar a evolução da presença de atores externos – França e URSS/Rússia – na África Subsariana e no Mali para compreender se estes estímulos políticos sistémicos influenciaram o processo interveniente de perceções, contribuindo para a explicação das opções de política externa do Mali de 2013 e 2021;
- 2) Identificar as perceções das elites políticas e da população maliana relativas à França e à URSS/Rússia, tendo em consideração o legado histórico destes

atores externos na região e no país; os resultados das ações destes Estados na região; as suas políticas externas face ao Mali e a forma como as elites políticas malianas enquadraram, racionalizaram e apresentaram internamente a realização dos pedidos de intervenção a fim de interpretar se estes fatores políticos internos afetaram os processos intervenientes de perceções, tomada de decisão e implementação de políticas contribuindo para a explicação das opções de política externa do Mali de 2013 e 2021;

- 3) Caracterizar o contexto político-social maliano entre 2012-2021 para aferir se estes fatores políticos internos afetaram os processos intervenientes de tomada de decisão e implementação de políticas do governo, contribuindo para a explicação das escolhas de política externa do Mali de 2013 e 2021.

Partindo dos objetivos gerais e específicos tem-se como pergunta de partida, “De que forma se explicam as opções de política externa do Mali no que concerne aos pedidos de intervenção militar externa por convite de 2013 e 2021?”, a qual permitirá responder ao objetivo geral de investigação.

Para alcançar os objetivos específicos têm-se como questões derivadas (QD) e consequentes hipóteses de trabalho (H) para ambos os pedidos de intervenção militar externa por convite do Mali:

QD1) “De que forma estímulos políticos sistémicos como a presença da França e URSS/Federação Russa na África Subsariana e no Mali desde o período pós-independência influenciaram as opções de política externa malianas de 2013 e 2021?”;

H1) A diferente tipologia do legado histórico e relacionamento bilateral desses atores externos contribuiu para as perceções entre as elites políticas e a população maliana que explicam os respetivos pedidos de intervenção militar por convite;

H2) A natureza do legado e relacionamento não é dissociada dos meios e resultados disponibilizados por França e URSS/Federação Russa, influenciando processos de tomada de decisão e implementação de políticas, nomeadamente os pedidos de intervenção militar por convite;

QD2) “De que modo fatores políticos internos influenciaram as opções de política externa do Mali de 2013 e 2021?”.

H3) As percepções das elites políticas e da população maliana em relação à França e à URSS/Federação Russa influenciaram as decisões e políticas implementadas, contribuindo para a explicação dos pedidos de intervenção militar externa por convite;

H4) O contexto político-social maliano entre 2012-2021, marcado por uma “guerra civil” e agravamento da ameaça terrorista no país, condicionou o Mali a procurar auxílio externo, explicando assim os pedidos de intervenção militar externa por convite.

Desta forma, a política externa do Mali constitui-se como a componente central do problema de investigação e, conseqüentemente, como a variável dependente deste estudo. Intenta-se, assim, compreender as opções de política externa do Mali, no período entre 2012-2021, no que respeita aos seus pedidos de intervenção militar por convite à França (2013) e à Rússia (2021).

Para tal, as componentes derivadas do problema de investigação – variáveis independentes – são as seguintes:

- 1) O Legado Histórico e a Política Externa dos Atores Externos na África Subsariana e no Mali;
- 2) As Percepções das Elites Políticas e da População Maliana sobre os Atores Externos;
- 3) O Contexto Político-Social do Mali entre 2012-2021.

Através da análise das variáveis independentes, acima mencionadas, pretendem-se encontrar explicações na investigação que justifiquem as opções de política externa do Mali, relativamente aos seus pedidos de intervenção por convite à França (2013) e à Rússia (2021). Neste sentido, a variável dependente varia em função das variáveis independentes acima destacadas. Isto significa que, por um lado, fatores sistémicos como a presença de atores externos na África Subsariana e no Mali e, por outro lado, fatores políticos internos como as percepções das elites políticas e da população maliana sobre os atores externos e o contexto político-social do Mali entre 2012-2021 afetam os processos intervenientes de percepção, tomada de decisão e implementação de políticas do governo maliano, contribuindo para a explicação das opções de política externa deste Estado africano. Neste sentido, verifica-se uma relação de causalidade viável entre as variáveis independentes e a variável dependente e, simultaneamente, uma relação de

adição já que a evolução da variável dependente depende da combinação das referidas variáveis independentes.

Em geral, a investigação assume uma tipologia explicativa e interpretativa. Por um lado, explicativa, porque visa explicar as opções de política externa do Mali, no que concerne aos seus pedidos de intervenção militar por convite à França (2013) e à Rússia (2021) à luz do Realismo Neoclássico de Tipo II. Por outro lado, um carácter interpretativo, dado o “*systematic treatment*” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016) de um conjunto de variáveis realistas neoclássicas ao longo da dissertação. Entre estas variáveis identificam-se não só variáveis independentes externas – relacionadas com a estrutura do sistema internacional – como também variáveis independentes internas, que podem influenciar os processos de perceção, tomada de decisão e implementação de políticas (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016)<sup>11</sup>. Pretende-se, assim, interpretar a forma como estas variáveis se relacionam entre si, contribuindo para a explicação da variável dependente – as opções de política externa do Mali de 2013 e 2021.

## **Metodologia**

Identificados os objetivos, o problema de investigação, a relação entre as suas variáveis, as hipóteses de trabalho, bem como as tipologias de investigação segue-se uma descrição da metodologia a utilizar.

Em primeiro lugar, o Realismo Neoclássico foi o modelo de análise teórica utilizado para a realização da presente dissertação, por se acreditar ter um maior poder explicativo para abordar a política externa ou a política internacional dos Estados (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016). Na perspetiva dos autores, a teoria realista neoclássica tem capacidade para analisar as limitações e deficiências das abordagens convencionais – Realismo Estrutural, Liberalismo e Construtivismo – o que a torna numa “*more powerful explanatory tool than its competitors*” (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 7). A adoção do Realismo Neoclássico de Tipo II nesta dissertação, em detrimento das restantes tipologias, deveu-se a uma razão em particular. Este modelo concentra-se na explicação da política externa de um Estado, constituindo-se, desta

---

<sup>11</sup> No entanto, note-se que nesta investigação não se agrupam as variáveis intervenientes internas nas quatro categorias – imagens dos líderes; cultura estratégica; relações Estado-sociedade e instituições internas – propostas por Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), devido ao facto da tipologia do Realismo Neoclássico utilizada nesta dissertação não coincidir com a proposta por estes autores.

forma, na tipologia que melhor se enquadra na temática em estudo, a política externa do Mali. Tal como referido anteriormente, o Modelo Realista Neoclássico I dedica-se à explicação das anomalias que identifica no Realismo Estrutural, ao passo que o Modelo III, proposto por Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), desenvolve uma teoria realista neoclássica de política internacional.

Em segundo lugar, utilizaram-se, complementarmente, duas abordagens metodológicas. Por um lado, a abordagem histórica através da realização de análise documental. Para este efeito, consultaram-se fontes primárias – por exemplo, os discursos das elites políticas malianas nas Assembleias Gerais da ONU entre 2012-2021 disponibilizados no *website* oficial da organização – com o objetivo de contextualizar os motivos, entre os quais eventos históricos, que influenciaram os processos de tomada de decisão e implementação de políticas, como os pedidos malianos de intervenção militar por convite de 2013 e 2021. Na perspetiva de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), a consulta de fontes primárias consiste na melhor forma para se compreenderem as razões das tomadas de decisão e adoção de políticas por parte dos líderes estatais. Para além disto, acederam-se, a fontes secundárias, sendo exemplo a bibliografia consulta.

Por outro lado, a abordagem sociológica, através do estudo do comportamento da sociedade maliana, em particular, das suas elites governativas e da população em geral, durante um período temporal específico (2012-2021). Procurou-se analisar as razões subjacentes às perceções da sociedade maliana, em relação aos atores externos, que influenciaram os processos de tomada de decisão e implementação de políticas que compõem o Realismo Neoclássico de Tipo II (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

Em terceiro lugar, recorreu-se à utilização de métodos mistos tendo por base a estratégia de incorporação concorrente proposta por Creswell (2009). Esta tipologia de pesquisa de métodos mistos caracteriza-se pela recolha simultânea de dados de natureza qualitativa e quantitativa. Contrariamente a outras tipologias, como a estratégia de triangulação concorrente, existe um método principal – qualitativo ou quantitativo – responsável por orientar a pesquisa e um método secundário – qualitativo ou quantitativo – para apoiar os seus procedimentos. Por esta razão, o método secundário acaba por ser incorporado no método predominante da investigação (Creswell, 2009).

Deste modo, a presente dissertação seguiu esta lógica de recolha paralela de dados qualitativos e quantitativos. No entanto, assume um cariz predominantemente

qualitativo, agregando alguns dados quantitativos relativos não só à evolução da ameaça terrorista e extremista violenta no Sahel e no Mali – que proporcionou as condições para as intervenções externas em estudo – mas também sobre os sentimentos e percepções malianas em relação aos atores externos responsáveis pelas intervenções militares por convite de 2013 e 2021 no seu território. Desta forma, o método quantitativo foi incorporado no método principal deste estudo – o qualitativo. O recurso à estratégia de incorporação concorrente de métodos mistos (Creswell, 2009) visou, assim, enriquecer a investigação com diferentes tipologias de dados e alcançar os objetivos gerais e específicos desta dissertação cujo estudo de caso único é o Mali.

Em quarto lugar, a análise documental de fontes primárias e secundárias, bem como a análise bibliográfica foram os instrumentos de recolha e gestão de dados utilizados para fins de operacionalização deste estudo (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

Por último, a análise crítica de discurso e o tratamento de informação quantitativa foram os instrumentos de tratamento de dados privilegiados nesta dissertação. Tendo em consideração os contributos de Van Dijk (2015), realizou-se análise crítica dos discursos proferidos pelas elites políticas malianas nas Assembleias Gerais da ONU entre 2012-2021. Procurou-se não só identificar e interpretar as explicações dadas pelas elites governativas do Mali em relação aos seus pedidos de intervenção militar à França (2013) e à Rússia (2021), mas também compreender de que forma estes discursos reproduzem abusos de poder, dominação e hegemonia social sobre os seus destinatários.

Para o autor neerlandês (2015), a análise crítica de discurso reflete a forma como as estruturas discursivas reproduzem dominação social e abuso de poder de um grupo sobre o outro. Neste sentido, os emissores dos discursos – grupos, instituições ou elites – controlam não só as estruturas discursivas, como também as mentes dos destinatários através de tal ato discursivo. Por esta razão, a análise crítica de discurso concentra-se, portanto, na forma como as estruturas discursivas podem influenciar os modelos mentais específicos e as representações gerais dos destinatários. Isto significa que muitas das estruturas discursivas podem influenciar a forma como os seus destinatários constroem os seus modelos mentais de situações particulares ou como os generalizam para formar determinados estereótipos ou preconceitos (Van Dijk, 2015). Consequentemente, Van Dijk vê o discurso como uma forma de reprodução de domínio

e hegemonia. Para tal, considera que se deve prestar atenção aos seguintes aspetos na análise crítica de discurso: “*morphology*”, “*lexicon*”, “*pronouns*”, “*syntax and lexicon*”, “*metaphor*”, “*storytelling*” e “*conversation*” (Van Dijk, 2015, p. 475).

Estes contributos de Van Dijk podem ser transpostos para o estudo de caso alvo de análise nesta dissertação. Alguns discursos das elites políticas malianas moldaram as perceções da população sobre a França e a Rússia. A forma como as elites políticas enquadraram, racionalizaram e apresentaram ao nível interno a realização dos pedidos de intervenção – ao tentarem mostrar que as intervenções seriam benéficas ou vantajosas para a situação interna do país – influenciou as perceções do povo maliano. Isto reflete uma relação de dominação, hegemonia e abuso de poder das elites estatais malianas sobre o seu povo.

No que concerne ao tratamento de informação quantitativa, o recurso a este instrumento de tratamento de dados enquadrou-se no âmbito da recolha de métodos mistos baseada nos contributos de Creswell (2009). Procedeu-se ao levantamento de dados quantitativos relativos à evolução da ameaça terrorista e extremista violenta no Sahel e no Mali, bem como em relação às perceções malianas sobre os atores externos responsáveis pelas intervenções por convite de 2013 e 2021 no seu território. Pretendeu-se, por consequência, complementar o tipo de informação privilegiada nesta dissertação – de cariz qualitativo – com dados quantitativos, contribuindo para o enriquecimento das eventuais respostas às questões levantadas ao longo deste capítulo.

## **Apresentação da Estrutura**

A presente dissertação está estruturada em três capítulos.

O Capítulo I refere-se ao Enquadramento Histórico, Teórico e Conceptual. Para tal, na sua primeira secção, após delimitação e mapeamento do espaço geográfico do Sahel na literatura, aplicam-se os conceitos analisados no Estado da Arte ao estudo de caso do Mali através de uma breve contextualização histórica a fim de justificar como esses conceitos se aplicam ao objeto de estudo em questão. Na segunda secção deste capítulo, importa abordar os debates teórico-conceptuais decorrentes de algumas questões que os pressupostos do modelo de análise teórica utilizado nesta dissertação – o Realismo Neoclássico – podem levantar quando aplicados ao estudo de caso do Mali.

Os Capítulos II e III dizem respeito, respetivamente, à análise dos pedidos de intervenção militar por convite à França (2013) e à Rússia (2021). Em cada um destes capítulos foram testadas as quatro hipóteses de trabalho para aferir se o Modelo II do Realismo Neoclássico permite explicar as opções de política externa do Mali, no que respeita aos seus pedidos de intervenção a atores externos acima mencionados. No final dos respetivos capítulos, realizou-se uma síntese conclusiva que permite responder às questões identificadas na problematização – possibilitando resumir os pontos-chave de cada capítulo – ao validar ou descartar as já mencionadas hipóteses de trabalho.

## **CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO, TEÓRICO E CONCEPTUAL**

Na primeira secção, procura-se, no início, delimitar geograficamente a área territorial do Sahel, a fim de compreender as dinâmicas caracterizadoras da região em que se insere o estudo de caso em análise nesta dissertação. De seguida, após descrição da evolução do contexto político e social maliano, tencionam-se identificar quais definições dos conceitos abordados no Estado da Arte melhor se enquadram na realidade do Mali desde a sua independência. Por último, visa-se classificar as intervenções externas de 2013 e 2021 com base nas tipologias apontadas na revisão da literatura.

Na segunda secção, pretende-se abordar eventuais críticas que possam surgir da aplicação do Realismo Neoclássico de Tipo II ao estudo de caso em questão, as quais estão relacionadas com o grau de adequação desta abordagem teórica ao estudo de uma intervenção externa desempenhada por um ator não-estatal ou às temáticas relacionadas com o continente africano. Em seguida, procura-se classificar o Estado do Mali consoante as tipologias apresentadas. Por último, procura-se descrever e caracterizar a evolução das tipologias de regimes políticos na África Subsariana e, em particular, no Mali a fim de identificar quais as elites políticas e militares responsáveis pela emissão dos discursos relativos às intervenções militares externas de 2013 e 2021 no país.

### **1.1. Mali: da Independência em 1960 aos Pedidos de Intervenção Militar Externa por Convite no Século XXI**

#### *1.1.1. Delimitação do Espaço Geográfico do Sahel e do Mali*

Existem diferentes abordagens e interpretações na literatura sobre quais os limites fronteiriços do Sahel, pelo que não há consenso quanto à delimitação do espaço geográfico desta região. A fim de encontrar uma definição que se enquadre na presente dissertação, veja-se, primeiro, a forma como se foi mapeando a região do Sahel ao longo da história.

Na perspetiva de Walther e Retaillé (2021), no período pré-colonial, o Sahel e o Saara funcionavam como uma rede, já que ambas as regiões estavam conectadas através das rotas comerciais estabelecidas pelos impérios pré-coloniais<sup>12</sup>. O poder e a riqueza destes impérios tiveram origem no controlo das principais rotas de comércio das regiões do Norte de África e da África Ocidental, entre o final do século IX e o início da colonização europeia, permitindo trocas comerciais de produtos como o ouro, o sal, escravos, têxteis e o trigo. Por esta razão, as fronteiras destes impérios pré-coloniais eram “*fluid and flexible*” (Walther e Retaillé, 2021, p. 16), ao contrário das fronteiras dos Estados modernos da região.

Durante o período colonial, Walther e Retaillé (2021) sustentam que os europeus tentaram identificar os limites geográficos do Sahel e Saara. Neste sentido, procurou-se uma demarcação rígida entre ambas as regiões, contrariamente ao que sucedia nos tempos pré-coloniais (Walther e Retaillé, 2021). Para este efeito, tiveram-se em consideração características humanas e climáticas: a primeira proposta de divisão e identificação das fronteiras geográficas entre ambas as regiões baseou-se na presença de bacias hidrográficas; a segunda proposta, nas características do relevo; já a terceira proposta prendeu-se com a tentativa de delimitação de uma fronteira entre populações nómadas e sedentárias com base em explicações bioclimáticas de que a precipitação condicionava tais modos de vida. Neste sentido, foram traçadas isoietas<sup>13</sup> a fim de registar o volume de precipitação anual nestas regiões.

Desta forma, desde finais do século XIX, os europeus atribuíram ao Sahel uma dupla identidade geográfica. Por um lado, o Sahel foi entendido como sendo uma zona intermediária entre o deserto e a savana, prolongando-se do Oceano Atlântico ao Mar Vermelho. Por outro lado, o Sahel foi também definido como uma “*arid strip of land*” (Walther e Retaillé, 2021, p. 15) ou “*front*” (Walther e Retaillé, 2021, p. 30) entre populações sedentárias e nómadas. O período colonial baseou-se nestas duas características para delimitar a localização das fronteiras naturais, legais e culturais do Sahel (Walther e Retaillé, 2021).

---

<sup>12</sup> O período pré-colonial ficou marcado pela coexistência e sucessão de vários impérios. Entre estes contam-se o Império do Gana; o Império do Mali; o Império Songhay e o Império Kanem-Bornu (Walther e Retaillé, 2021).

<sup>13</sup> As isoietas correspondem às linhas que, numa carta meteorológica, unem pontos com igual precipitação média anual (Walther e Retaillé, 2021).

No rescaldo da independência das ex-colónias africanas, as elites pós-coloniais não contestaram a interpretação colonial de Sahel, nomeadamente a definição bioclimática da região, assim como a distinção entre populações nómadas e sedentárias e a “*rigid demarcation between the Sahel and the Sahara*” (Walther e Retaillé, 2021, p. 24).

No início da década de 2000, a comunidade académica passou a utilizar termos como Sahel-Saara ou Saara-Sahel, dando conta das interdependências existentes entre ambas as regiões. Além disto, a deterioração da segurança na região, através da emergência e crescimento de organizações extremistas violentas transnacionais – como a AQMI (*Al-Qaeda* no Magrebe Islâmico) e o *Boko Haram* – fez com que a fronteira rigidamente demarcada entre o Sahel e o Saara, prevalecente durante os períodos coloniais e pós-coloniais, fosse questionada pelas potências estrangeiras. Por outras palavras, as definições bioclimáticas de Sahel, que remontam ao período colonial, perderam relevância (Walther e Retaillé, 2021).

Por esta razão, recentemente, foram criadas várias Estratégias para o Sahel por diversos Estados e organizações intergovernamentais. Verifica-se, no entanto, pouco consenso entre os seus principais responsáveis sobre que região estas estratégias devem visar. Ainda assim, destaque-se que o seu único aspeto em comum são os países onde se identificaram questões securitárias (Walther e Retaillé, 2021). Exploram-se, de seguida, duas destas estratégias<sup>14</sup> de modo a evidenciar as diferenças entre si quanto às suas respetivas definições de Sahel.

Por um lado, de acordo com a Estratégia da UA para a região do Sahel, esta região pode ser definida de duas formas: em primeiro, a área geográfica da zona do Sahel-Saara que é composta por todos os países localizados na faixa do Sahel – Argélia, Burkina Faso, Chade, Líbia, Mali, Mauritânia, Níger e Sudão – a qual separa o Norte de África da África Subsariana; em segundo, a existência de países que, embora estejam fora desta área, merecem, igualmente, atenção. É o caso da Costa do Marfim, Guiné, Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal (African Union, 2014).

---

<sup>14</sup> Entre outras estratégias para o Sahel podem destacar-se: a do CEMOC (Comité de Estado-Maior Operacional Conjunto) que engloba a Argélia, Mali, Mauritânia e Níger; a da “*Fusion and Liaison Unit*” da UA (União Africana) que inclui a Argélia, Burkina Faso, Chade, Líbia, Mali, Mauritânia, Níger e Nigéria e, ainda, a do Processo de Nouakchott da UA que incorpora países como a Argélia, Burkina Faso, Chade, Costa do Marfim, Guiné, Líbia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Senegal (Walther e Retaillé, 2021, p. 29).

Por outro lado, inicialmente formulada em 2011, a nova Estratégia Integrada da UE para o Sahel (Council of the European Union, 2021) tem como principal foco geográfico a Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade. Outras organizações internacionais, como a ONU, o Banco Mundial e o G5 Sahel<sup>15</sup> identificam, igualmente, estes países como sendo sahelianos (Walther e Retaillé, 2021). Acrescente-se que, em 2013, o CSNU adotou a Estratégia Integrada das Nações Unidas para o Sahel (UNISS) que considera que esta região é composta por dez países: Burkina Faso, Camarões, Chade, Gâmbia, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Senegal (UNDP, 2021).

Além das estratégias dos Estados e organizações intergovernamentais, também não se verifica concordância entre alguns autores e instituições de investigação académica em relação aos limites geográficos da região do Sahel.

Segundo Galito (2012; 2013), o Sahel corresponde à região, situada a sul do deserto do Saara, com características áridas ou semiáridas. Atravessando o continente africano de leste a oeste, a região é composta por onze países: Burkina Faso, Chade, Eritreia, Etiópia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Sudão e Sudão do Sul. Apesar disto, a autora considera que existem outros países que, pela proximidade, podem relacionar-se com o Sahel, sendo os quais: Benim, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Serra Leoa, Togo e alguns países do Magreb.

De acordo com o Institute for Economics & Peace (2022), o Sahel engloba os seguintes países: Burkina Faso, Camarões, Chade, Gâmbia, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Senegal.

Assim, ao mostrarem as diferentes delimitações geográficas da região em estudo, ao longo da história, Walther e Retaillé (2021, p. 15) sustentam que o “*Sahel is primarily a space of circulation in which uncertainty has historically been overcome by mobility*”, contrastando com as abordagens coloniais que o definem como uma zona bioclimática ou uma área sem governação. Tentam, assim, evitar a expressão utilizada por Agnew (1994) de “*territorial trap*” (citado em Walther e Retaillé, 2021, p. 15),

---

<sup>15</sup> Criado a 16 de fevereiro de 2014, o G5 Sahel constitui-se como uma organização de âmbito regional destinada à cooperação interestatal nas áreas da segurança e desenvolvimento com sede em Nouakchott, na Mauritânia. Inicialmente composto pelo Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger, apesar de não se incluir no período de análise desta dissertação, refira-se que, em maio de 2022, o Mali anunciou a sua saída do G5 Sahel (RFI, 2022). Entre os objetivos desta organização salientam-se: garantir e promover a segurança e o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região onde atua; apoiar a democracia e as boas práticas de governação e, por fim, oferecer um quadro estratégico de intervenção (European Council on Foreign Relations, 2024).

fazendo referência à tentativa de considerar a região como uma unidade territorial com fronteiras fixas ou de a dividir em Estados mutuamente exclusivos. Na sua visão, os autores consideram o Sahel como uma “*crossroads*” (Walther e Retaillé, 2021, p. 15) estando historicamente ligado ao resto do continente africano, em particular à região do Saara.

Por esta razão, não se pretende, portanto, colocar de parte as ligações históricas, geográficas e securitárias entre o Saara e o Sahel, descritas na abordagem de Walther e Retaillé (2021). Inclusive, tem-se em consideração que alguns países africanos<sup>16</sup>, frequentemente localizados na região do Sahel, têm vastas porções do seu território no deserto do Saara, sendo revelador das conexões entre ambas as regiões. No entanto, acredita-se que o facto de o Saara e o Sahel terem um relação de proximidade não significa, necessariamente, que sejam a mesma região geográfica.

Para além disto, dada a ambiguidade e a diversidade de definições desta região na literatura, para efeitos desta dissertação, surge a necessidade de delimitar geograficamente a região do Sahel com o objetivo de identificar de forma rigorosa a área geográfica alvo de estudo nesta investigação. Neste sentido, a presente dissertação segue a definição de Sahel proposta por John May e Jean-Pierre Guengant (2014) por não só se considerar ser a mais adequada, como também a que apresenta mais pontos de convergência com as definições já apresentadas.

O Sahel (do árabe, “costa” ou “fronteira”) corresponde à região semiárida localizada entre a “*Afrique désertique*” e a “*Afrique humide*” (May e Guengant, 2014, p. 20), constituindo-se como uma zona de transição entre o deserto do Saara, a norte, e uma região de savana, a sul. É constituída por dez países<sup>17</sup>, os quais: Burkina Faso, Chade, Eritreia, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Sudão (May e Guengant, 2014; PRB, 2015). Por consequência, entende-se que o Mali, estudo de caso único desta investigação, constitui-se como um país saheliano, embora a região norte do seu território se situe no deserto do Saara.

---

<sup>16</sup> Sendo estes os casos do Chade, Mali, Mauritânia, Níger e Sudão.

<sup>17</sup> Consultar Anexo B – Figura B1 – Sahel (PRB, 2015) (página B-1). Apesar disto, os autores consideram que definições mais amplas poderão ainda incluir partes setentrionais do Benim, Camarões, Guiné, Nigéria e Etiópia (May e Guengant, 2014).

Localizado no interior África Ocidental, o Mali<sup>18</sup> é um país sem acesso ao mar. Com uma área territorial total de cerca de 1 240 000 km<sup>2</sup> faz fronteira com a Mauritânia e o Senegal (a oeste), a Argélia (a norte), o Níger (a este) e a Guiné, a Costa do Marfim e o Burkina Faso (a sul). A sua capital é Bamako, localizada no sul do país. Tem como língua oficial o francês, apesar de se falarem mais treze línguas em território nacional, aspeto revelador da diversidade étnica do país. A sua população total é de cerca de 21,3 milhões de habitantes (2023), a maioria dos quais vive no sul do país. Verifica-se, também, uma maior densidade populacional junto à fronteira com o Burkina Faso. Aproximadamente 94% da sua população é muçulmana (2018) (CIA, 2024).

### *1.1.2. Os Conflitos Internos no Mali desde a Independência*

As três regiões do norte do Mali – Timbuktu, Gao e Kidal – constituem cerca de 2/3 do território nacional do país. Aqui concentra-se pouco menos de 25% da população total deste país africano. Os tuaregues – cuja palavra árabe significa “abandonados pelos deuses” (Galito, 2012, p. 153) – são um povo seminómada de etnia berbere e maioria muçulmana (Galito, 2013) que, entre outros grupos étnicos, habitam o norte deste Estado africano<sup>19</sup> (Buyoya, 2015).

Ao longo da História, o povo tuaregue, tem sido marginalizado quer política, quer economicamente. Inclusive, desde 1960, ano da independência do Mali, nunca existiu interesse no desenvolvimento da região norte do país (Spet, 2015), maioritariamente habitada por tuaregues e árabes (Center for Preventive Action, 2024). Por esta razão, houve sempre um sentimento de abandono e marginalização por parte dos tuaregues, daí que a criação de um Estado independente na região norte do Mali tem sido a principal causa deste povo ao longo da sua história (Galito, 2013). Neste sentido, o povo tuaregue mostrou resistência à inclusão em Estados pós-coloniais, tal como já acontecia em relação à governação colonial (Lecocq e Klute, 2013).

---

<sup>18</sup> Consultar Anexo B – Figura B2 – Mali (Clark, Imperato e Baker, 2024) (página B-2).

<sup>19</sup> A Conferência de Berlim, em finais do século XIX, bem como o estabelecimento dos Estados pós-coloniais, aquando dos processos de descolonização em África, deixou também o povo tuaregue disperso por outros quatro países africanos, os quais: a Argélia, Burkina Faso, Líbia e Níger (Galito, 2012; Lecocq e Klute, 2013; Buyoya, 2015). Segundo Spet (2015), o povo tuaregue representa 5% da população total do Mali. Pelo contrário, o Center for Preventive Action (2024) refere que os tuaregues compõem 10% da população total do Mali.

Como consequência, desde a independência do Mali, em 1960, têm sido recorrentes crises de segurança no norte do país, em particular, as revoltas do povo tuaregue contra o governo de Bamako. Desde então, foram realizadas quatro rebeliões armadas tuaregues (Buyoya, 2015).

Entre maio de 1963 e agosto de 1964, ocorreu a primeira revolta armada tuaregue no norte do Mali – conhecida por *Alfellaga* – contra o governo maliano (Pezard e Shurkin, 2013). Foi liderada por Zeyd ag Attaher e Elledi ag Alla. O seu principal objetivo consistia na independência de um Estado de origem tuaregue – denominado de *Kel Tamasheq* – que fosse separado do recém-independente Mali. Entre os principais fatores que motivaram esta primeira rebelião tuaregue contra o Estado do Mali contam-se: a crença tuaregue de uma promessa colonial francesa de independência de um Estado tuaregue; o ressentimento tuaregue em relação às autoridades administrativas do Mali e, por fim, o comportamento colonial das forças de segurança malianas aos olhos do povo tuaregue. O governo do Mali acabou por reprimir esta revolta, terminando de forma sangrenta (Buyoya, 2015).

Em 1990, os tuaregues voltaram a revoltar-se contra o Estado maliano, numa rebelião conhecida por *Al-Jebha*. Liderados pelo Movimento Popular para a Libertação de Azawad (MPLA)<sup>20</sup> e pela Frente Islâmica Árabe de Azawad (FIAA), os revoltosos defendiam a separação da região norte do Mali, através da criação de um Estado independente apelidado de Azawad. A assinatura de dois acordos de paz entre o governo do Mali e o MPLA marcaram o fim desta segunda rebelião (Buyoya, 2015). Em janeiro de 1991, assinou-se o Acordo de Tamanrasset. Como afirmam Lecocq e Klute (2013, p. 426) “*The signatories agreed to give northern Mali an ill-defined "special status" that was practically equivalent to autonomy for the Tuareg.*”. Apesar disto, a rebelião coincidiu com um período político bastante conturbado no Mali: em março de 1991, após vários protestos e manifestações populares, o Coronel Amadou Toumani Touré realizou um golpe militar que provocou a queda do regime de Moussa Traoré (Wing, 2013). Com a instauração de um regime democrático, liderado pelo Presidente Alpha Oumar Konaré, assinou-se, em abril de 1992, o Pacto Nacional. Este acordo previa a integração de antigos rebeldes nas Forças Armadas do Mali, assim

---

<sup>20</sup> Mais tarde, Movimento Popular de Azawad (MPA) (Lecocq e Klute, 2013).

como a implementação de programas económicos especiais na região norte (Lecocq e Klute, 2013).

Em 2006, Ibrahim ag Bahanga, um combatente tuaregue, lançou a terceira revolta armada tuaregue contra as tropas malianas presentes em Kidal. No entanto, esta rebelião não adquiriu o mesmo nível de apoio popular entre o povo tuaregue comparativamente com as anteriores. Além disto, as lutas de poder internas decorrentes dos conflitos entre o MPA e o Exército de Libertação Revolucionária de Azawad (ARLA) nas comunidades tuaregues no norte do Mali levou à criação de um novo movimento rebelde: a Aliança Democrática para a Mudança (ADC). Este movimento frisava os diferentes níveis de desenvolvimento entre o norte e o sul do país, assim como o fracasso do Pacto Nacional de 1992 (Lecocq e Klute, 2013). Apesar da realização dos Acordos de Argel, em julho de 2006, Ibrahim ag Bahanga retomou os ataques contra as forças governamentais em 2007 acabando por se retirar do processo de paz alguns meses a seguir (Buyoya, 2015).

Em outubro de 2011, surgiu o Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA), constituído maioritariamente por combatentes tuaregues que tinham retornado ao Mali – com armamento – após a queda do regime de Gaddafi na guerra civil da Líbia<sup>21</sup> (Boyle, 2012; Buyoya, 2015). Este foi o primeiro movimento separatista tuaregue que afirmou abertamente o seu objetivo de criação de um Estado independente – denominado de Azawad – que agrupasse as já mencionadas regiões do norte do Mali (Lecocq e Klute, 2013; Idrissa, 2021).

A proliferação de armas na região, na sequência do colapso da Líbia, durante a Primavera Árabe, fez levantar preocupações internacionais devido ao receio deste armamento ir parar à posse de grupos *jihadistas* como a AQMI (Lecocq e Klute, 2013). Deste modo, este contexto proporcionou as condições necessárias para a emergência de uma nova crise de segurança e insurgência no Mali no início de 2012 (Center for Preventive Action, 2024). Tal como afirma Buyoya (2015, p. 65), “*The 2011 civil war in Libya, therefore, played an important triggering and/or aggravating role in the resurgence of armed rebellion in Mali*”. Já Dias (2017, p. 85) afirma que “*the*

---

<sup>21</sup> Em 2011, Gaddafi, à época Presidente da Líbia, recrutou mercenários do Sahel, entre os quais, combatentes tuaregues, para se aliarem ao Exército Nacional da Líbia de modo a lutar contra os revolucionários na guerra civil do país. Note-se que a maioria dos combatentes tuaregues que regressaram da guerra civil da Líbia integraram-se nas fileiras do exército do Mali (Lecocq e Klute, 2013).

*intervention in Libya (...) catalised the re-emergence of a pattern of Tuareg-led armed violence in the North.”.*

Para além da difusão de armamento na região do Sahel, como consequência do regresso dos militares tuaregues ao Mali destacam-se outros dois fatores que potencializaram esta quarta rebelião tuaregue, em 2012.

Em primeiro, o declínio democrático do país. Apesar de ser considerado um exemplo democrático em África, no período anterior à rebelião de 2012, havia preocupações sobre a possibilidade do Presidente Amadou Toumani Traoré manipular os resultados das eleições marcadas para abril de 2012 numa tentativa de alargar o seu mandato, situação patente com a proposta de realização de referendo, em abril de 2012, com vista a alterações constitucionais<sup>22</sup> que contribuíssem para um reforço do poder presidencial (Wing, 2013). Além disto, note-se a existência de instituições governamentais frágeis, lutas internas pelo poder e a corrupção crescente no sistema jurídico nacional (Dieng, 2021), visível no enriquecimento das elites políticas e militares à custa dos cidadãos malianos – por via do desvio ilícito de fundos públicos destinados a projetos de desenvolvimento – e das ligações do Estado maliano com o crime organizado (Wing, 2013). A corrupção revelou-se como um dos principais problemas enfrentados pelos governos sahelianos (Barrios e Koepf, 2014), tendo consequências ao nível da sua capacidade em garantir segurança às populações.

Segundo, a gestão da diversidade étnica do país (Buyoya, 2015), em especial as questões relativas ao processo de descentralização (Wing, 2013) e de ausência estatal na região norte do país, considerando as ambições de maior autonomia e independência do povo tuaregue. A propósito disto, Galito (2012, p. 154) afirma que os conflitos tuaregues pós-independência relacionados com a sua autonomia “poderia ser evitado com a criação de um Estado que os institucionalizasse e lhes permitisse uma coexistência pacífica na área em que vivem.”.

O Sahel tem uma longa experiência histórica de descentralização desde a época dos impérios pré-coloniais do século IX. Neste sentido, tendo em conta a marginalização do povo tuaregue e as suas aspirações por autonomia e independência da região norte do Mali, a rebelião da década de 1990 promoveu a autonomia das

---

<sup>22</sup> A proposta de referendo visava o “*establishment of a second legislative house, a senate, with the president appointing as many as 30 percent of its members.*” (Wing, 2013, p. 4).

comunidades locais do país – através do Acordo de Tamanrasset e do Pacto Nacional – como forma de solucionar as suas “*grievances*”. Apesar disto, o Mali nunca chegou a concretizar o estatuto especial para a região norte definido nesses acordos de paz, sendo apenas criadas comunas numa tentativa de distribuir poder e dar oportunidade de participação política a vários atores, embora com transferência de competências limitada (Wing, 2013).

Apesar disto, Idrissa (2021, p. 37) considera que a ausência do Estado consiste na “*universal complaint*” do Sahel, ao invés da falta de descentralização. Para Idrissa (2021, p. 25) “*the Malian state was a southern entity disconnected from the north, which from the vantage point of Bamako, the capital, appeared a sparsely populated frontier-land.*”. Prova disto, é o facto da “*The road stops in Gao and the 350 kilometers route that links Gao to Kidal is no man’s land sand.*” (Dias, 2017, p. 90). Isto acaba por ser transversal a toda a região do Sahel: a administração política e militar dos Estados sahelianos concentra-se apenas nas capitais, sendo negligenciadas vastas áreas territoriais (Galito, 2012). Deste modo, o poder e a presença estatal tende a estar localizada nas áreas urbanas a sul, enquanto que as áreas rurais a norte carecem de desenvolvimento (Barrios e Koepf, 2014). Da mesma forma, como as longas fronteiras dos países sahelianos estão localizadas, muitas vezes, em zonas áridas e desérticas, o controlo fronteiriço acaba por ser mais difícil (Barrios e Koepf, 2014). Por esta razão, a ausência do controlo do Estado nestas regiões contribuiu para o sentimento de abandono e marginalização dos tuaregues e, conseqüentemente, fez aumentar as aspirações separatistas. Facilitou, também, a emergência de grupos *ihadistas* armados na região, assim como também motiva a adesão aos mesmos por parte da população mais jovem (Whitehouse, 2018).

Tendo em consideração os três fatores supramencionados, no início de 2012, os rebeldes tuaregues do norte do Mali entraram em conflito com o governo maliano pela independência de Azawad. Aliado a grupos *ihadistas*<sup>23</sup>, presentes no norte do país, para derrotar as forças governamentais, o MNLA conquistou cidades e atacou bases militares nas regiões de Gao, Kidal e Timbuktu, passando a assumir o controlo destas regiões. A este propósito, Lecocq e Klute (2013, p. 430) afirmam que “*On 17 January 2012, the*

---

<sup>23</sup> Como exemplos salientam-se: o *Ansar Dine*, a AQMI e o Movimento para a Unidade e a *Jihad* na África Ocidental (MUJAO) (Bannelier e Christakis, 2013; Buyoya, 2015).

*MNLA started attacks in northern Mali and within 10 weeks had conquered all towns and villages in the north, completely defeating the Malian army.”*

Na sequência de várias manifestações populares em Bamako, a rebelião tuaregue no norte do país culminou com um golpe de Estado. A 22 de março de 2012, Hamadou Haya Sanogo realizou um golpe na capital, destituindo o Presidente Amadou Toumani Touré (Wing, 2013). Instaurou-se, de seguida, um Comité Nacional para a Restauração da Democracia e do Estado, liderado por Amadou Sanogo. Consequentemente, o Mali deixou de ser visto como um exemplo de democratização no continente africano (Dias, 2017). O equipamento das forças militares malianas, descrito como “*ill*” (Boyle, 2012, p. 2), a incapacidade das mesmas em derrotar os tuaregues e a insatisfação dos militares com a resposta do governo central à rebelião no norte – a qual consideraram “*ambivalent, too soft, and professionally incompetent*” (Lecocq e Klute, 2013, p. 430) – estão entre as principais causas da realização deste motim em março de 2012.

Para além disto, face ao rápido avanço das forças do MNLA na região, este movimento declarou, unilateralmente, a independência do Estado de Azawad em relação ao Mali a 6 de abril de 2012, considerada sem efeito a nível internacional (Boyle, 2012; Bannelier e Christakis, 2013; Dias, 2017). Dois dias depois, o Presidente do Mali, Amadou Toumani Touré, renunciou formalmente ao cargo. A 12 de abril de 2012, Dioncounda Traoré foi empossado como novo Presidente do Mali e Cheick Modibo Diarra como novo Primeiro-Ministro (Boyle, 2012).

Tendo em conta a evolução destes acontecimentos, considera-se que a rebelião tuaregue de 2012 – assim como as restantes revoltas desde a independência do Mali – pode ser entendida como um conflito interno ao Estado do Mali. Para tal, a presente dissertação segue a definição de guerra civil proposta por Gersovitz e Kriger (2013) no Estado da Arte, por se considerar ser a que melhor se enquadra no desenvolvimento deste acontecimento histórico. Desta forma, a rebelião de 2012 pode ser descrita como um conflito violento de larga-escala que ocorreu dentro do território do Estado do Mali. Prova disto, esta rebelião caracterizou-se pela conquista de cidades e ataques a bases militares no norte do país, além de ter antecedentes noutras rebeliões desde a independência do Estado maliano. Este conflito interno ocorreu entre o MNLA – os “*challengers*” – e o governo maliano, detentor do “*monopoly of physical force*”. Acrescenta-se que apesar de Gersovitz e Kriger (2013) argumentarem que os “*challengers*”, muitas vezes, tencionam substituir os detentores do monopólio da força

no território existente do Estado, o MNLA não pretendia tal. Embora tenha sucedido um golpe militar, em março de 2012, este ocorreu devido ao descontentamento dos militares malianos em relação às respostas do governo à rebelião tuaregue. Assim, no caso do Mali, o MNLA desafiou o monopólio da força física, detido pelo governo, apenas na medida em que procurou a secessão de parte do território original do Mali, em particular a região norte denominada de Azawad.

### *1.1.3. O Extremismo Violento e o Terrorismo no Mali*

Desde 2012, foram vários os grupos *jihadistas* islâmicos a operar no Mali e na região do Sahel. De facto, o crescimento das ameaças do extremismo violento e do terrorismo tem sido a principal razão pela qual o Sahel tem estado em destaque a nível internacional na última década (Barrios e Koepf, 2014).

A fraca presença das instituições estatais – caracterizadas pela corrupção, declínio democrático e falta de legitimidade – na região norte e nas áreas transfronteiriças tem sido apontada como uma das principais razões políticas da emergência destes grupos armados (Dieng, 2021; Galito, 2013; Center for Preventive Action, 2024). Além disto, podem salientar-se outras razões: económicas (falta de oportunidades e desenvolvimento económico; elevado desemprego e pobreza); ideológicas (radicalismo e nacionalismo relacionado com questões separatistas); socioculturais (imobilização e desigualdade social; discriminação étnico-religiosa e violações de Direitos Humanos) e ambientais (desertificação) (Galito, 2013; Center for Preventive Action, 2024).

Entre os grupos *jihadistas* que operam no Mali, contam-se:

- 1) A AQMI. As origens deste grupo remontam a dois outros grupos precedentes: em 1998, o Grupo Salafita de Pregação e Combate (GSPC<sup>24</sup>) separou-se do Grupo Islâmico Armado (GIA). Em 2003, o GSPC jurou lealdade à *Al-Qaeda* e incorporou-se formalmente, neste último grupo, em 2006, passando a adotar o nome oficial de AQMI a partir de 2007 (Thurston, 2017). O seu *modus*

---

<sup>24</sup> O GSPC foi, na prática, o antecessor dos atuais grupos terroristas no Sahel, na medida em que se tornou, mais tarde, na AQMI. Os grupos salafitas-*jihadistas* que surgiram como resultado da transformação do GSPC na AQMI e da posterior divisão deste último em outros grupos *jihadistas* armados são considerados terroristas, segundo o IEP (2022). Para tal, consultar Anexo C – Figura C1 – Evolução dos Grupos Salafitas-*Jihadistas* no Sahel (1992-2017) (IEP, 2022, p. 49) (página C-1).

*operandi* consiste em técnicas de distração contra exércitos e organizações não-governamentais, assim como raptos de civis (Galito, 2013). Além disto, dedica-se também ao tráfico humano, de drogas, órgãos humanos e medicamentos com os tuaregues no Sahel (Galito, 2012);

- 2) O *Ansar Dine*. Em 2012, declarou lealdade à *Al-Qaeda* e tem operado na região de Azawad (UNDP, 2022);
- 3) O MUJAO. Na sequência de rivalidades internas na AQMI, o MUJAO constituiu-se como uma das fações dissidentes deste grupo, embora tenha sido de pouca durabilidade;
- 4) O *Jama'at Nusrat al Islam WWal Muslimeen* (JNIM). Inicialmente, foi constituído por quatro grupos salafita-jihadistas com ligações à *Al-Qaeda* no Sahel – *Ansar Dine*, Frente de Libertação do Macina (FLM), *Al-Mourabitoun* e o Emirado do Saara da *Al Qaeda* no Magrebe Islâmico (AQMI Saara). No entanto, atualmente, esta coligação de grupos islâmicos surge representada apenas por Iyad Ag Ghali do *Ansar Dine* e Amadou Koufa da FLM (Eizenga e Williams, 2020). O surgimento deste grupo, em 2017, reforçou a violência nas suas principais áreas de operação: o norte e centro do Mali; o norte, leste e sudoeste do Burkina Faso e, ainda, as áreas fronteiriças do Níger (Eizenga e Williams, 2020; Center for Preventive Action, 2024);
- 5) Por último, menciona-se a existência de outros grupos *jihadistas* armados na região, tais como o *Ansarul Islam* ou o Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS).

Tendo em consideração a diferenciação entre “extremismo violento” e “terrorismo”, exposta no Estado da Arte, qualificam-se estes grupos, simultaneamente, como extremistas violentos e terroristas. Os grupos *jihadistas* armados que operam nesta região não só têm um posicionamento ideológico extremista, baseado na violência, como também a exercem diretamente aquando da execução dos seus ataques. Portanto, consistem em grupos terroristas que seguem uma ideologia extremista. Esta dupla caracterização ou qualificação é possível comprovar, quer através da literatura, quer pela realidade empírica do Mali.

Por um lado, o Center for Preventive Action (2024) refere-se à JNIM, ao ISGS e ao Estado Islâmico da Província da África Ocidental (ISWAP)<sup>25</sup> como organizações extremistas violentas passíveis de não só intensificar a crise humanitária, como também de distribuir a instabilidade no resto do continente africano. Além disto, de acordo com as tipologias de grupos extremistas violentos da UNDP (2022), identificada no Estado da Arte, a JNIM e o ISGS são classificados como grupos extremistas violentos regionais.

Por outro lado, o US Department of State (2025) qualifica os grupos islâmicos ativos no país – em especial, a JNIM – como organizações terroristas estrangeiras. De igual forma, o IEP (2022) refere-se aos grupos islâmicos que operam no Sahel como terroristas. Para tal, menciona a existência de três tipos de grupos terroristas na região: em primeiro, grupos transnacionais com ligações à *Al-Qaeda* (AQMI e JNIM) ou ao *Daesh* (ISWAP e ISGS); em segundo, grupos locais (*Ansar Dine*, *Al-Mourabitoun* e *Katiba Macina*); em terceiro, grupos que respondem a situações ou eventos particulares (Associação Dan Nan Ambassagou). Galito (2013, p. 19) também elabora uma vasta lista dos “grupos terroristas” que atuam na região, incluindo organizações como a AQMI. Por último, Ibrahim (2021) afirma que a atual insurgência *jihadista* no Sahel teve as suas origens nos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001 e na consequente “*Global War on Terror*”, aquando da emergência de dois movimentos *jihadistas*, entre os quais o GSPC.

Nos discursos das Assembleias Gerais da ONU, as elites políticas malianas utilizam maioritariamente a expressão “terroristas” – e, por vezes, a expressão “extremistas” – como referência aos grupos *jihadistas* armados que operam no Sahel e no país. Em 2012, o Primeiro-ministro do Mali Cheick Modibo Diarra afirmou que “*The presence today of terrorist groups of various nationalities on our soil and in the Sahel region*”. (UN General Assembly, 2012, p. 23). Em 2019, o Presidente do Mali, Ibrahim Boubacar Keïta, declarou que “*the extremely volatile security environment, marked by a resurgence of attacks by terrorist groups, violent extremists (...)*” (UN General Assembly, 2019, p. 33). Em 2021, o Primeiro-ministro Choguel Kokalla Maïga

---

<sup>25</sup> O ISWAP e o ISGS separaram-se do *Boko Haram* e da AQMI, respetivamente, estando as suas origens relacionadas com a procura por novas alianças e a questões de liderança dentro destes grupos islâmicos de maior dimensão. Apesar das origens distintas, o ISGS foi incorporado, formalmente, no ISWAP por ordem do Estado Islâmico do Iraque e da Síria, em 2019. Atualmente, ambos os grupos seguem a ideologia do Estado Islâmico (Van Ostaeyen e Aning, 2023).

mencionou que “*My fellow citizens are living under the sway of armed terrorist groups and are being denied their most basic rights*” (UN General Assembly, 2021, p. 3). Em 2022, o Primeiro-ministro Abdoulaye Maïga no discurso da Assembleia Geral da ONU referiu que “*les groupes extrémistes et qui sont responsables de toutes sortes d’abus contre nos paisibles populations.*” (UN General Assembly, 2022, p. 5) e “*les groupes terroristes ont été sérieusement affaiblis et la peur a même changé de camp.*” (UN General Assembly, 2022, p. 5), fazendo alusão ao contexto de segurança enfrentado pelo seu país em anos anteriores.

Estes discursos destacam, portanto, que a deterioração da situação de segurança no país tem sido afetada, entre outras ameaças, pelo terrorismo e extremismo violento. Neste sentido, para terminar, caracterize-se, em primeiro, a evolução dos fenómenos do terrorismo e extremismo violento no Sahel e, posteriormente, no Mali no período de análise em estudo.

No Sahel, a atividade terrorista tem estado concentrada na Bacia do Lago do Chade e na área fronteiriça de Liptako-Gourma entre o Mali, o Burkina Faso e o Níger (IEP, 2022). A evolução do número de incidentes e mortes por terrorismo<sup>26</sup> no Sahel aumentou consideravelmente entre 2012-2021: em 2012, o número de ataques terroristas anuais ocorridos na região encontrava-se abaixo do limiar dos 250, ao passo que em 2021 ultrapassava já os 750 ataques; em relação às mortes por terrorismo mais que duplicaram no período 2012-2021 (IEP, 2022). Além disto, de acordo com Eizenga e Williams (2020), desde 2017, os eventos violentos levados a cabo por grupos *jihadistas* no Sahel aumentaram cerca de sete vezes. Desde então, a maioria dos episódios violentos (mais de 64%), perpetrados por grupos *jihadistas* no Sahel, foi da principal responsabilidade da JNIM. Deste modo, a JNIM acabou por ser responsável por quase 2/3 da violência ocorrida na região no Sahel.

Em segundo lugar, a maioria dos ataques na região do Sahel entre 2012-2021 ocorreram no Mali<sup>27</sup>. Entre 2012-2021, o número de ataques terroristas aumentou, consideravelmente, no país: de 16 ataques, em 2012 para 341, em 2021 (Figura 1). A

---

<sup>26</sup> Consultar Anexo C – Figura C2 – Ataques e Mortes por Terrorismo no Sahel (2007-2021) (IEP, 2022, p. 46) (página C-2).

<sup>27</sup> Consultar Anexo C – Figura C3 – Ataques Terroristas no Sahel (2007-2021) (IEP, 2022, p. 47) (página C-3).

concentração e a intensidade de ataques terroristas entre 2012-2020<sup>28</sup> também cresceu significativamente no Mali. Como consequência, a sua pontuação geral no Índice de Terrorismo Global (Figura 2) subiu, gradualmente – de cerca 5,5 pontos, em 2012 para 8,1 pontos, em 2021 – pelo que se tornou mais afetado pela atividade terrorista no período em análise. Destaque-se, também, que, em 2021, três dos dezoito ataques terroristas mais mortíferos no mundo ocorreram no Mali, em particular nas regiões de Mopti, Gao e Segou (IEP, 2022).

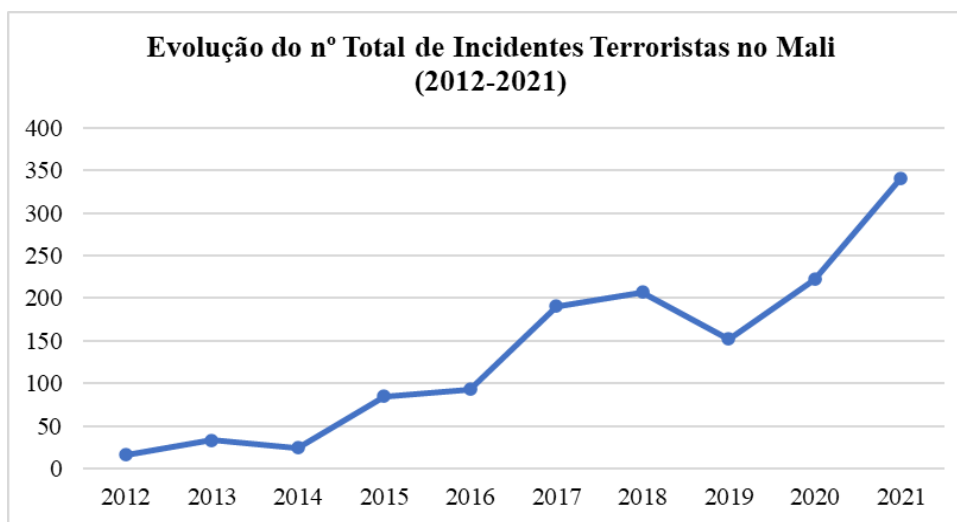


Figura 1: Evolução do nº Total de Incidentes Terroristas no Mali (2012-2021).

Fonte Estatística: IEP (2023). / Fonte Gráfica: Elaboração Própria.



Figura 2: Evolução da Pontuação Geral do Mali no Índice de Terrorismo Global (2012-2021).

Fonte Estatística: IEP (2023). / Fonte Gráfica: Elaboração Própria.

<sup>28</sup> Consultar Anexo C – Figura C4 – Concentração e Intensidade do Terrorismo no Mundo (2012 e 2020) (Global Terrorism Database START, 2022) (página C-4).

Considere-se que o agravamento da situação de segurança no Mali começou em junho de 2012, quando o MNLA foi marginalizado, derrotado e expulso das maiores cidades no norte do Mali pelos grupos *jihadistas* (*Ansar Dine*, AQMI e MUJAO) que passaram a reivindicar o controlo das principais cidades da região norte do país (Wing, 2013; Barrios e Koepf, 2014; Ribeiro, Costa e Fernandes, 2014; Dias, 2017). Em abril de 2012, as cidades de Gao e Timbuktu, ambas no norte, tinham sido já tomadas pelos *jihadistas* (Idrissa, 2021). Apesar da aliança inicial, isto explica-se pelo facto de ambos terem tido agendas, motivações e objetivos divergentes entre si: por um lado, o MNLA desejava obter a independência do Estado de Azawad; por outro lado, os grupos *jihadistas* pretendiam impor a Lei *Sharia* e criar um califado islâmico no norte do país (Lecocq e Klute, 2013; Tuma, 2022; Center for Preventive Action, 2024). Neste sentido, os grupos *jihadistas* armados forçaram o Mali a abandonar a sua laicidade, numa tentativa de alterar a natureza do Estado maliano.

Tendo controlo de toda a região norte, em janeiro de 2013, os grupos *jihadistas* armados deslocaram as suas operações em direção ao centro e sul do país e a países vizinhos (Buyoya, 2015; Whitehouse, 2018), acabando por enfrentar o exército do Mali (Idrissa, 2021). Apesar das expectativas que as intervenções externas – nomeadamente, a Operação Serval da França e da *Mission Multidimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la Stabilisation au Mali* (MINUSMA) – colocassem fim às atividades terroristas no país, os grupos islâmicos armados continuaram a operar e, inclusive, expandiram-se para países vizinhos (Barrios e Koepf, 2014).

#### *1.1.4. As Intervenções Militares Externas da França e da Rússia: intervenções por convite ou por legítima defesa?*

Analisa-se, primeiro, a tipologia da intervenção militar francesa de 2013 e, posteriormente, da intervenção militar russa levada a cabo pelo Grupo Wagner, em 2021.

Face ao avanço dos grupos *jihadistas* armados – AQMI, MUJAO e *Ansar Dine* – nas regiões centro e sul do país e à ameaça de tomada da capital maliana, assim como à incapacidade das Forças Armadas do Mali em controlar a insurgência no norte, a 11 de janeiro de 2013, o Presidente francês François Hollande deu ordem executiva para

início da Operação Serval em resposta ao pedido das autoridades malianas, em especial do Presidente interino do Mali, Dioncounda Traoré (Wing, 2013; Dias, 2017).

Entre os objetivos desta intervenção destacavam-se: travar a ofensiva das forças terroristas em direção ao sul do país; enfraquecer os grupos *jihadistas* na região, em especial a AQMI; restabelecer a integridade territorial do Mali e recuperar a soberania do Estado; apoiar o exército maliano e, por último, proteger os cidadãos europeus e franceses no país (Foucher, 2014; Baudais, Bourhrous e O’Driscoll, 2021). Como consequência desta intervenção militar, os grupos *jihadistas* foram expulsos das cidades do norte, permitindo uma rápida libertação das áreas urbanas que ocuparam e controlaram (Wing, 2013; Pezard e Shurkin, 2013; Buyoya, 2015).

No geral, a intervenção militar francesa foi bem-sucedida: não só conseguiu impedir a ofensiva *jihadista* em direção à capital, Bamako, como também conseguiu destruir os meios militares destes grupos *jihadistas* armados, acabando por derrotá-los e dispersá-los (Pezard e Shurkin, 2013).

Atendendo ao acima mencionado, note-se que a Operação Serval preenche, integralmente, os critérios estabelecidos por Visser (2019; 2020), apresentados no Estado da Arte, para ser considerada uma intervenção externa por convite. Primeiro, ocorreu na sequência do conflito interno, em 2012, com os tuaregues e dos ataques armados de atores não-estatais em território maliano, em particular de determinados grupos *jihadistas*. Segundo, houve consentimento nesta intervenção dado o convite formalizado pelo governo do Mali às autoridades francesas. Por último, ao contrário da intervenção externa subsequente, a Operação Barkhane<sup>29</sup>, a Serval concentrou as suas operações, exclusivamente, no Mali, limitando-se, assim, o uso da força ao território do Estado requerente. Neste sentido, para efeitos da presente dissertação, considera-se a Operação Serval, iniciada pela França, em 2013, como uma intervenção externa por convite. Siga-se, agora, para a análise da tipologia da intervenção externa do Grupo Wagner em território maliano.

---

<sup>29</sup> Anunciada pelo Presidente François Hollande, a Operação Barkhane, com sede em N’Djamena, no Chade, substituiu a Operação Serval, em agosto de 2014. Com um maior foco geográfico, a Operação Barkhane interveio nos países do G5 Sahel – Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger – com cerca de 4500 tropas (European Council on Foreign Relations, 2024). Os seus objetivos resumiram-se ao reforço das práticas contraterroristas na região do Sahel, através do apoio às forças de segurança dos países membros do G5 Sahel; ao combate aos grupos armados e à destruição de potenciais locais de refúgio para estes grupos (Baudais, Bourhrous e O’Driscoll, 2021; Idrissa, 2021).

Na sequência do anúncio do Presidente francês Emmanuel Macron sobre o término da Operação Barkhane a 13 de junho de 2021 e da crise política e securitária que o país atravessava, a Junta Militar do Mali procurou substituir a França pelo Grupo Wagner enquanto seu principal aliado de segurança (Center for Preventive Action, 2024). A Wagner<sup>30</sup> é uma empresa militar privada, fundada em 2014, por Yevgeny Prigozhin, que operou em diversos teatros de operações.

Deste modo, em setembro de 2021, surgiram os primeiros relatos sobre a existência de um possível acordo entre a Junta Militar do Mali e o Grupo Wagner que permitiria a entrada deste último em território maliano para efeitos de fornecimento de serviços de proteção e treinamento militar (Thompson, Doxsse e Bermudez Jr., 2022). Em dezembro de 2021, os mercenários russos começaram a instalar-se no Mali: *“Personnel and equipment were likely transported to Bamako on Russian military planes, including those linked to Wagner Group operations in other countries. (...) open-source flight tracking data recorded a Russian Air Force Tupolev TU-154 aircraft arriving in Bamako on December 19, 2021 (...) That aircraft, with registration number RA-85042, is part of the Russian Defense Ministry’s 223rd Flight Detachment, which has previously contracted with Wagner-linked companies to transport PMC personnel (...). RA-85042 has also been linked by the United Nations to Wagner Group operations at locations including Al Khadim Airfield in Libya.”* (Thompson, Doxsse e Bermudez Jr., 2022). Durante este período iniciou-se a construção de uma base operacional militar junto ao Aeroporto Modibo Keita, em Bamako, tal como provam as imagens de satélite desta área geográfica entre setembro e dezembro de 2021, cujo principal objetivo seria facilitar o destacamento das tropas russas (Thompson, Doxsse e Bermudez Jr., 2022).

Apesar das evidências, o Mali negou a presença dos mercenários russos e em resposta às acusações internacionais vindas de países ocidentais, o porta-voz da Junta Militar do Mali, o Coronel Abdoulaye Maïga, mencionou que *“gives a formal denial to these baseless allegations”* de *“an alleged deployment of elements from a private security company in Mali”* e que *“only involved in a state-to-state partnership with the Russian Federation, its historical partner”* (Wires, 2021). Não obstante, Sergei Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, confirmou a realização do pedido de auxílio maliano a uma empresa militar privada russa com vista a combater a insurgência

---

<sup>30</sup> Posteriormente, a subsecção 1.2.1. (consultar página 53) dedica-se, em exclusivo, à análise do Grupo Wagner.

*jihadista* no seu território: “*They have turned to a private militar company from Russia*” (Al Jazeera, 2021 e Nichols, 2021), assim como o destacamento do Grupo Wagner em solo maliano. Ainda assim, negou a existência de qualquer ligação da intervenção com o governo russo (Pokalova, 2023). Além disto, afirmou que devido ao convite do governo de transição do Mali, as empresas militares privadas russas possuem legitimidade para estarem presentes em território maliano (Al Jazeera, 2021).

Assim, considera-se que a intervenção militar do Grupo Wagner cumpre os requisitos estabelecidos por Visser (2019; 2020) para uma intervenção por convite, os quais foram identificados no Estado da Arte. Primeiro, a intervenção russa surge como resultado da incapacidade dos militares franceses em dar conta do conflito em curso, ao longo da década de 2010, entre o Mali e atores não-estatais (Rono, 2021). Segundo, embora as autoridades malianas tenham negado o destacamento das forças da Wagner no seu território, face às acusações internacionais, a Rússia, confirmou, oficialmente, o pedido de auxílio do Mali a uma empresa militar de segurança privada russa, existindo o necessário consentimento. Por último, apesar do Grupo Wagner já ter operado noutros contextos regionais, a intervenção russa de 2021, em resposta ao pedido de auxílio maliano, teve como centro de operações o Mali – tal como prova o destacamento dos mercenários russos no seu território no final desse ano (Thompson, Doxsse e Bermudez Jr., 2022) – pelo que se limitou o uso da força ao território do Estado requerente. Desta forma, para efeitos da presente dissertação, considera-se a operação levada a cabo pela Wagner, em 2021, uma intervenção externa por convite.

## **1.2. Mali: Debates Teórico-Conceptuais**

Na sequência da aplicação da abordagem teórica do Realismo Neoclássico de Tipo II no estudo de caso em análise poderão ser, eventualmente, levantadas duas questões fundamentais, as quais importam abordar nas próximas duas subsecções.

Primeiro, tal como mencionado no capítulo introdutório, as teorias realistas partilham o pressuposto de que os Estados se constituem como os atores mais importantes do sistema internacional. Neste sentido, poderá questionar-se se o Realismo Neoclássico consiste numa abordagem teórica adequada para o estudo de uma intervenção levada a cabo por um ator não-estatal no Mali, o Grupo Wagner.

Segundo, podem surgir questões sobre se é apropriado analisar temáticas relacionadas com o continente africano com base numa teoria *mainstream* de Relações Internacionais por duas razões: a natureza dos Estados em África e a marginalização ou exclusão da agência africana no seio da disciplina.

### *1.2.1. Empresas Militares Privadas: o caso do Grupo Wagner*

Antes de proceder à análise do funcionamento e das principais atividades desempenhadas pelo Grupo Wagner, importa categorizá-lo numa das tipologias apresentadas pela literatura jurídica: as empresas militares e de segurança privadas e os mercenários. Embora a literatura e os meios de comunicação social se refiram a ambos os termos como equivalentes, considere-se que são diferentes.

De acordo com a Declaração de Montreux, as empresas militares e de segurança privada dizem respeito às entidades empresariais responsáveis por prestar serviços militares e securitários especializados. Entre estes serviços destacam-se o apoio logístico e operacional; a recolha de inteligência; o treinamento das forças de segurança; a proteção de bens, infraestruturas e indivíduos, assim como a manutenção de sistemas de armas. McFate (2014) destaca cinco características-chave destas empresas: a sua motivação por lucros; a sua estrutura organizacional corporativa; a sua natureza expedicionária; a utilização da força para efeitos militares e a letalidade das suas ações (citado em Pokalova, 2023, p. 3). De forma sintética, Ortiz (2010) define as empresas militares privadas como *“legally established international firms offering services that involve the potential to exercise force in a systematic way and by military or paramilitary means.”* (citado em Pokalova, 2023, p. 3).

Alguns dos seus funcionários são cidadãos de uma das partes em conflito e a maioria não está envolvida no combate como parte das operações militares (DCAF, 2024). No entanto, caso se verifique o cumprimento dos critérios estabelecidos no Artigo 47º (2) do Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra de 1949, relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais, os membros das empresas militares e de segurança privadas podem ser considerados mercenários. Vejam-se estes critérios:

*“(a) Is specially recruited locally or abroad in order to fight in an armed conflict;*

*(b) Does, in fact, take a direct part in the hostilities;*

- (c) *Is motivated to take part in the hostilities essentially by the desire for private gain and, in fact, is promised, by or on behalf of a Party to the conflict, material compensation substantially in excess of that promised or paid to combatants of similar ranks and functions in the armed forces of that Party;*
- (d) *Is neither a national of a Party to the conflict nor a resident of territory controlled by a Party to the conflict;*
- (e) *Is not a member of the armed forces of a Party to the conflict; and*
- (f) *Has not been sent by a State which is not a Party to the conflict on official duty as a member of its armed forces.”* (United Nations, 1977).

À semelhança do Artigo 47º (2) do Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra de 1949, o Artigo 359º do Código Penal da Federação Russa também define mercenário. É alguém que age com o propósito de obter recompensas materiais; que não é um cidadão do Estado em cujos conflitos armados ou hostilidades participa; que não resida permanentemente no seu território e não tenha sido enviado em missão oficial (Kremlin, 1996).

Tendo em consideração as definições jurídicas, acima apresentadas, sobre as empresas militares e de segurança privada e mercenários, considera-se, para efeitos desta dissertação, que o Grupo Wagner é uma empresa militar privada cujos funcionários são mercenários, uma vez que preenchem, integralmente, os critérios dos artigos supramencionados. Para efeito, atente-se, de seguida, ao modo de funcionamento e às atividades deste ator não-estatal desde a sua fundação.

Fundado em 2014 por Yevgeny Prigozhin, aquando da anexação russa à Crimeia, o Grupo Wagner é uma empresa militar privada com ligações ao *Kremlin* de carácter militar e securitário e, também, ao nível da inteligência (Rampe, 2023). No entanto, ao invés de se constituir como uma única comunidade, a Wagner consiste numa “*complex network of businesses and mercenary groups*” (Rampe, 2023). Além dos seus soldados russos que combatem nos países africanos, o Grupo Wagner procede também ao recrutamento de “*third country nationals*” (Jacobsen e Larsen, 2024, p. 6), pelo que os funcionários desta empresa militar privada cumprem, neste sentido, a alínea a) do Artigo 47º (2) do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949.

Desde a sua fundação, a Wagner tem operado na Síria e na Ucrânia e em diversos países africanos em conflito – como a Líbia, Madagáscar, Mali, Moçambique,

República Centro-Africana e Sudão – cuja relação com o mundo ocidental se tem vindo a deteriorar, ao longo do tempo, devido ao legado colonial ou à divergência de políticas. Acrescente-se, também, que os funcionários da Wagner não são nacionais de nenhum destes países em conflito, assim como também não residem no território controlado por uma das partes no conflito. Assim, os membros desta empresa militar privada cumprem as alíneas b) e d) do Artigo 47º (2) do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949.

Na sequência da alteração da política externa francesa para o Sahel – evidenciada pelo anúncio do fim da Operação Barkhane e, conseqüente, retirada das forças francesas contraterroristas do Sahel por parte do Presidente Macron – a Wagner começou a envolver-se no Mali em 2021 (Parens, 2022; Pokalova, 2023) com o apoio das forças armadas russas, levantando críticas por parte de países europeus e dos EUA (Thompson, Doxsse e Bermudez Jr., 2022). Isto sinaliza dois aspetos: em primeiro, os membros da Wagner não foram enviados para o Mali na qualidade de membros das forças armadas da Rússia em missão oficial, uma vez que apenas houve um apoio por parte das últimas; em segundo, os funcionários do Grupo Wagner não incorporam as forças armadas de uma das partes do conflito no Mali, uma vez que houve um convite de intervenção, por parte da Junta Militar do Mali, dirigido a uma empresa militar privada que é russa. Neste sentido, os funcionários desta empresa militar privada cumprem, respetivamente, as alíneas f) e e) do Artigo 47º (2) do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949.

Desde o seu destacamento no Mali, as principais atividades levadas a cabo pela Wagner em África e em solo maliano resumem-se à prestação de serviços militares e de segurança especializados, o que prova ser uma empresa militar privada. Entre estes serviços destacam-se: a realização de operações de combate contra grupos *jihadistas*; o apoio ao regime maliano, sendo este, por vezes, complementado por assistência militar oficial russa através do envio de meios militares; o treino e aconselhamento militar às forças de defesa do Mali; a recolha de inteligência; o exercício de campanhas e estratégias de desinformação críticas do legado colonial e das intervenções francesas no país ou de apoio à Junta Militar do Mali com vista a reprimir movimentos e manifestações pró-democracia; o transporte e canalização de mantimentos para auxiliar o esforço de guerra russo noutros teatros de operações como na Ucrânia; o fornecimento de serviços de segurança às empresas russas envolvidas na atividade mineira do país e,

por último, a assinatura de contratos com as autoridades malianas sobre concessões de exploração de determinados recursos naturais presentes no país<sup>31</sup> – por exemplo, o ouro – não só como garantia de pagamento pelos serviços prestados, mas também para fins de financiamento das suas atividades no território (Pokalova, 2023; Rampe, 2023; Spearin, 2024). Esta última assume especial relevância, porque preenche a alínea c) do Artigo 47º (2) do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949, dado que os mercenários da Wagner ganham benefícios pessoais como a exploração das riquezas oriundas do país em que operam em troca dos seus serviços de segurança.

Desta forma, a adicionar aos contributos jurídicos anteriormente mencionados, a literatura de Relações Internacionais permite enquadrar que as atividades desempenhadas pelo Grupo Wagner no Mali e, de um modo geral, na África Subsariana refletem funções e objetivos de política externa que, tradicionalmente, pertencem aos Estados (Pokalova, 2023), significando que a Wagner desempenha funções reservadas a Estados.

Neste sentido, a Wagner tem sido utilizada como uma das ferramentas mais influentes do Estado russo para alcançar os seus interesses e objetivos de política externa. Embora tenha negado ligações às atividades da Wagner, o *Kremlin* tem utilizado este grupo para promover os seus interesses de política externa em África; consolidar e expandir a sua presença no continente africano e no Mali (Spearin, 2024) e, por último, impulsionar as ambições globais de Vladimir Putin (Rampe, 2023; Jacobsen e Larsen, 2024): “*Instead of the Ministry of Foreign Affairs, the Kremlin has relied on Wagner to spread authoritarianism and illiberalism*” (Pokalova, 2023, p. 16). Isto evidencia que a Wagner assume um papel relevante na ação externa russa (Ferreira, Kostiuk e Rodrigues, 2023).

Por este motivo, Pokalova (2023, p. 8) sustenta que a Wagner tem atuado como um *pivot* da política externa russa, ou seja, como um “*quasi-state agent of influence*” que trabalha para a Rússia em África (Jacobsen e Larsen, 2024), uma vez que realiza os seus objetivos de política externa e fornece ao *Kremlin* uma notória influência na região: “*it is a much more complex quasi-state agent of influence that helps the Russian state create political capital and manufacture influence.*” (Pokalova, 2023, p. 17).

---

<sup>31</sup> A extração destes recursos naturais é realizada por empresas filiadas ao Grupo Wagner, tais como a *Lobaye Invest* ou a *M Invest/Meroe Gold* (Parens, 2022).

Deste modo, apesar da Wagner ser um ator não-estatal, defende-se que a sua intervenção no Mali, em 2021, pode ser estudada à luz do Realismo Neoclássico, porque este grupo tem funcionado como um veículo de projeção do poder de Moscovo em África, tal como anteriormente mencionado. O *Kremlin* tem utilizado a Wagner como uma ferramenta de promoção e prossecução dos seus objetivos e interesses de política externa, assim como da sua influência na região. Por esta razão, assume-se que a Wagner se constitui como uma representação do Estado russo no plano internacional, podendo, para tal, a sua intervenção no Mali ser analisada tendo em consideração os contributos teóricos do Realismo Neoclássico.

### *1.2.2. A Agência Africana nas Relações Internacionais*

Frequentemente, surgem questões sobre o nível de adequação do Realismo Neoclássico para estudar assuntos africanos. Por esta razão, abordar-se-ão dois pontos, um sobre a natureza dos Estados em África, outro, relativo à marginalização ou exclusão da agência africana na disciplina de Relações Internacionais.

Em primeiro lugar, a discussão sobre a natureza dos Estados em África. Para alguma literatura, a conceptualização de Estado nas Relações Internacionais é alvo de contestação no contexto africano. Embora as Relações Internacionais se baseiem nas noções de Estado vestefaliano, estas conceções não se adequam ao estudo de África, uma vez que o continente não possui uma noção rígida de Estado. Por exemplo, “*Clapham's argument that defining where statehood begins and ends in Africa is too empirically uncertain for theories based on rigid notions of statehood to be useful*” (Harman e Brown, 2013, pp. 73-74). Por esta razão, Clapham sustenta que “*sovereignty in Africa is mere 'letterbox' statehood*” (Harman e Brown, 2013, p. 74). De igual forma, para Neuman (1998), Dunn e Shaw (2001) e Lemke (2003) “*one of the main differences between international relations in Africa and in the rest of the world is that many of Africa's states are states in name only*” (citado em Smith, 2009, p. 272). Estes autores assumem que como o Estado e a soberania não constituem categorias fixas de análise para a compreensão de África no seio das Relações Internacionais, a disciplina não tem relevância na explicação dos assuntos africanos de política internacional (Harman e Brown, 2013).

Estas posições na literatura podem ser explicadas por quatro razões. Primeiro, pelas diferentes experiências de construção dos Estados na Europa e em África. Segundo Charles Tilly, na Europa, a formação de Estados fortemente centralizados deveu-se à competição comercial e às guerras de conquista territorial. Em África, pelo contrário, as guerras de conquista territorial não foram tão recorrentes. Assim, o papel da guerra na formação dos Estados europeus não se verificou noutros contextos regionais, como África. Deste modo, algumas ideias atribuídas aos Estados africanos – sendo exemplos “*external*”, “*quasi-state*”, “*artificial*” e “*pseudo-state*” – devem-se a julgamentos baseados em modelos e representações ocidentais (Bellucci, 2010, p. 9). Segundo, a dificuldade dos Estados em África em projetar poder e autoridade em territórios periféricos devido, sobretudo, às baixas densidades populacionais. Isto é visto como um dos principais obstáculos à formação e construção dos Estados em África. Terceiro, a natureza das fronteiras dos Estados africanos, cuja demarcação durante o período colonial não teve em consideração as realidades políticas e étnicas locais (Herbst, 2000). Quarto, o facto de muitas das funções associadas, tradicionalmente, à competência dos Estados serem exercidas por atores não-estatais em África (Smith, 2009). Por esta razão, Smith (2009) argumenta que os atores não-estatais, os movimentos, as nações e as culturas são unidades de análise mais relevantes para o pensamento não-ocidental, ao contrário do Estado que é a principal unidade de análise na tradição de pensamento ocidental.

No entanto, apesar desta literatura, ao longo da História, África apresentou várias formas de organização política das suas sociedades. Bellucci (2010, p. 13) classifica o Estado africano em cinco períodos temporais caracterizados por diferentes tipos de governos e instituições políticas, económicas, sociais e culturais, os quais: o “*traditional*” ou “*pre-colonial*” (até ao século XIX); o “*colonial exploitation*” (de finais do século XIX até à Segunda Guerra Mundial); o “*colonial valuation*” (da Segunda Guerra Mundial até inícios da década de 1960); o “*independent developmentalist*” (da década de 1960 até inícios da década de 1980) e o “*Neoliberal State*” (da década de 1980 até à atualidade).

Durante o período do Estado “*traditional*” e “*pre-colonial*”, as formas de organização política e social em África variaram entre sociedades segmentadas – normalmente, grupos étnicos que estavam sob a liderança e autoridade de um patriarca

– e sistemas centralizados – entre os quais, sultanatos, reinos, impérios e cidades-estado caracterizados por diversas estratificações sociais (Bellucci, 2010).

Aquando das vagas de independência da década de 1960, os líderes dos Estados africanos “*independent developmentalist*”, debateram-se com três questões por resolver.

Primeiro, a maioria dos Estados africanos recém-independentes adotaram como idiomas oficiais as línguas dos respectivos colonizadores europeus. Com as vagas independentistas renomearam-se, também, alguns países: por exemplo, do Sudão Francês nasceu o Mali; do Upper Volta, o Burkina Faso; o Daomé tornou-se no Benim e, ainda, a Costa do Ouro deu lugar ao Gana (Bellucci, 2010).

Segundo, mantiveram-se as fronteiras coloniais estabelecidas na Conferência de Berlim de 1884-1885. A Organização da Unidade Africana (OUA) e a União Africana (UA) defenderam a inviolabilidade e a manutenção das fronteiras herdadas do período colonial. Apesar destas fronteiras resultarem da incorporação das políticas e práticas coloniais nas experiências históricas dos povos africanos e, neste sentido, serem artificiais, Herbst (2000) sustenta que as fronteiras africanas não se constituem como um obstáculo à consolidação dos Estados. Pelo contrário, têm sido fundamentais para os líderes africanos no processo de consolidação e construção dos seus Estados.

Por último, os governantes africanos criaram um determinado sistema de Estado para conseguirem lidar com as dificuldades que enfrentavam no exercício da autoridade sobre os seus respetivos territórios (Herbst, 2000).

Por estes três motivos, alguns autores afirmam que os Estados africanos – cuja independência a maioria adquiriu na década de 1960 – tiveram influências do período colonial. Por exemplo, Bayard (1989) defende que os Estados africanos contemporâneos têm influências do colonialismo e dos impérios pré-coloniais. De igual forma, Herbst (2000, p. 29) sustenta que as fronteiras do período colonial determinaram a formação de Estados soberanos em África que criaram os sistemas políticos africanos. Na perspetiva de Olivier de Sardan (2021), os Estados africanos modernos têm as suas origens no Estado colonial, tendo, após a independência, mantido algumas das características associadas a esta tipologia de Estado. A propósito disto, afirma que os Estados Sahelianos são “*relatively standardized*” (Olivier de Sardan, 2021, p. 52). Por último, Bellucci (2010, p. 36) afirma também que os Estados que se formaram no

continente africano surgiram da ordem colonial “(...) *what can be perceived in Africa and in other parts of the world is a formation of postmodern ethnic, mono-faith States. Such States have sprouted from the colonial and neocolonial order and have accommodated to the prevailing globalization.*”.

Para além disto, “*On an initial level of analysis, in the early 1960s, the States were like their international counterparts. They were endowed with “rational-legal” frameworks, comprising a constitution, civil law and various levels of executive, legislative and judicial power.*” (Bellucci, 2010, p. 27). Os Estados africanos recém-independentes tinham capacidade de conduzir políticas públicas (Bellucci, 2010). Na década de 1960, “*The State appeared as a modernizing force; a transformer of traditions that hampered development; strong and centralized, when not dictatorial; capable of defining and executing public policies and actively participating in all fields of the social and economic life of society.*” (Bellucci, 2010, p. 12).

Deste modo, para efeitos da presente dissertação, apesar de não se ignorar que, para alguns autores, a conceptualização de Estado sobre a qual estão fundadas as Relações Internacionais não se adequar ao estudo do continente africano, argumenta-se que isto não significa que os Estados africanos não sigam o modelo de Estado vestefaliano.

De facto, as bases e os alicerces em que os Estados africanos se fundaram aquando da sua independência são semelhantes às dos Estados europeus, já que possuíam determinados quadros racionais e jurídicos, como uma constituição e poderes legislativo, executivo e judicial. Além disto, os Estados africanos receberam, inclusive, várias influências do período colonial europeu. Acrescente-se, por último, que o facto dos Estados africanos possuírem fronteiras artificiais e apresentarem dificuldades na projeção do poder sobre determinadas partes do seu território também não significa que não sigam o modelo de Estado vestefaliano. Revela, exclusivamente, que não são bem-sucedidos na forma como exercem a sua autoridade – contrariamente aos Estados europeus – pelo que são pouco funcionais. Considera-se, no entanto, que a discussão sobre as tipologias de Estados, aplicada ao estudo de caso do Mali, será remetida para a próxima subsecção 1.2.3..

Por esta razão, a natureza dos Estados africanos não exige a desconstrução total do conceito de Estado, apenas reflete a necessidade de desafiar alguns dos preconceitos

existentes sobre o que constituem os Estados. Assim, sustenta-se que a conceptualização de Estado estabelecida nas Relações Internacionais adequa-se ao estudo do continente africano. Neste sentido, considera-se o Realismo Neoclássico uma abordagem teórica adequada para analisar o comportamento dos Estados em África, em particular o Mali.

O segundo ponto relativo à adequação do Realismo Neoclássico em se constituir como uma abordagem teórica apropriada para estudar temáticas relacionadas com o continente africano é a marginalização ou exclusão da agência africana no estudo das Relações Internacionais. A falta de inclusão de vozes do “Sul Global” – em particular, do continente africano – no estudo das Relações Internacionais é muitas vezes identificada como um dos principais problemas no estudo da disciplina, dado o predomínio do eurocentrismo (Coffie e Tiky, 2021).

Assim, antes de desenvolver este tópico, importa definir agência. Coffie e Tiky (2021) definem-na como a capacidade de diversos atores – entre os quais, Estados, organizações intergovernamentais, sociedade civil e indivíduos – em exercer influência a fim de atingir um conjunto de objetivos. Brown (2012, p. 7) define a agência como “*the faculty of acting or exerting power*” (citado em Coffie e Tiky, 2021, p. 247), pelo que, neste sentido, a agência africana corresponde à capacidade dos atores africanos em negociar com atores externos de forma a que beneficie os primeiros.

Regressando ao cerne deste segundo ponto de análise à adequação do Realismo Neoclássico, Harman e Brown (2013, p. 71) destacam uma linha mais crítica que aborda a inadequação entre as teorias de Relações Internacionais e as realidades africanas, como consequência das deficiências na relação entre ambas, em particular da questão do seu “*bias*” ocidental.

A ocidentalização e o eurocentrismo das Relações Internacionais é visto como o principal problema da disciplina, já que os seus pressupostos são, sobretudo, baseados na História da Europa. Verifica-se, portanto, um predomínio da “*whiteness*” no campo de estudos das Relações Internacionais (Danso e Aning, 2022, p. 69). Acharya e Buzan (2007) mencionam a existência de uma tendência de analisar outras realidades partindo da própria experiência, assumindo a superioridade do seu modelo cultural e revelando falta de receptividade às abordagens não-ocidentais.

Desta forma, as Relações Internacionais e, em geral, as Ciências Sociais têm sido criticadas por reclamarem validade universal partindo, exclusivamente, das

experiências históricas europeias brancas: “*International Relations (IR) has long been criticised for taking a particular (Western) experience as basis for formulating theories with claim to universal validity*” (Anderl e Witt, 2020, p. 1). Esta crítica ao eurocentrismo e ao paroquialismo das Relações Internacionais é partilhada, de igual modo, pelas abordagens não-ocidentais, pós-ocidentais e pós-coloniais (Anderl e Witt, 2020)<sup>32</sup>. Por esta razão, o campo de estudos das Relações Internacionais necessita, assim, de ultrapassar desafios relacionados com a sua génese anglo-saxónica (Acharya, 2014).

Prova disto, surge como exemplo as desigualdades na produção de conhecimento da disciplina. Apesar das relações entre instituições de ensino e investigadores ocidentais e não-ocidentais, a academia ocidental é quem define a agenda e domina a produção de investigação teórica associada às Relações Internacionais. Na prática, isto reflete-se no facto das principais revistas de Relações Internacionais – ocidentais, por sinal – serem dominadas por académicos da tradição anglo-saxónica (Harman e Brown, 2013), bem como pela maioria do conhecimento na área ser produzido por estes mesmos académicos. Assim, os académicos do mundo em desenvolvimento são identificados como meros consumidores da teoria (Smith, 2009).

Desta forma, as conceções ocidentais sob as quais as teorias das Relações Internacionais estão fundadas condicionam que África se encaixe nesses modelos para a compreensão e estudo da disciplina. As ferramentas teóricas de Relações Internacionais são periféricas aos Estudos Africanos, já que na sua maioria são produzidas, estritamente, pelo e para o mundo ocidental. De facto, vários autores evidenciaram esta marginalização – ou até exclusão – do continente africano no estudo das Relações Internacionais, como consequência do seu “*bias*” ocidental.

Smith (2009) revela a inadequação dos conceitos centrais de Relações Internacionais quando aplicados à realidade africana. Além disto, menciona que existem

---

<sup>32</sup> As abordagens não-ocidentais criticam a natureza geográfica das Relações Internacionais, em particular o facto de ser entendida como uma disciplina eurocêntrica e ocidental. Por esta razão, têm tentado introduzir de perspectivas, teorias e visões do mundo não-ocidentais de forma a superar os desafios da disciplina. As abordagens pós-ocidentais optam por ir além dos discursos ocidentais, através da identificação de discursos políticos não-ocidentais com o propósito de que o estudo das Relações Internacionais se torne mais pluralista refletindo, deste modo, como é que a política internacional é praticada noutras regiões do mundo. Por último, as abordagens pós-coloniais procuram revelar como as estruturas de poder global moldam a política internacional, ao invés de se concentrarem principalmente na representação das temáticas não-ocidentais a fim de contribuir para uma disciplina mais pluralista (Anderl e Witt, 2020).

vários estudos onde se questiona a aplicabilidade das Teorias de Relações Internacionais e se verifica a negligência do mundo em desenvolvimento, nomeadamente África.

Tieku (2013) afirma que apesar das teorias *mainstream* da disciplina fornecerem ferramentas importantes para a compreensão da realidade internacional de África, as suas perspetivas individualistas impedem-nas de explicar os fenómenos internacionais desta área regional.

Acharya (2014) denota a marginalização dos Estados e das sociedades não-ocidentais, uma vez que, na sua perspetiva, a disciplina de Relações Internacionais não reflete as vozes, experiências e contribuições teóricas e práticas da maioria. Por este motivo, durante a Convenção de 2014 da Associação de Estudos Internacionais, o autor afirmou que as teorias *mainstream*, as narrativas e os métodos existentes nas Relações Internacionais concedem um lugar marginal ao mundo não-ocidental, pelo que não refletem uma distribuição global dos diferentes atores e agentes: “(...) *mainstream IR theories view the so-called Third World or South or Global South (...) as marginal to the “main story” of world politics*” (Acharya, 2014, p. 651). Criticou, também, o facto das Relações Internacionais considerarem os assuntos relacionados com o mundo não-ocidental como interesse para especialistas dos Estudos de Área (Anderl e Witt, 2020).

Danso e Aning (2022) destacam a incapacidade das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança convencionais em produzir conhecimento e formular políticas sobre a segurança africana, dado o seu “*bias*” eurocêntrico. As experiências e realidades africanas são deixadas para as “*margens do mundo*” por causa do “*methodological whiteness*” (Danso e Aning, 2022, p. 83).

Coffie e Tiky (2021) destacam as razões da existência de uma perspetiva comum na literatura sobre a marginalização do continente africano na disciplina com a representação de África apenas entendida nas “*margins/peripheries of international (global) politics*” ou como “*passive or supplicant*” (Coffie e Tiky, 2021, p. 245 e p. 250) e, ainda, como mera consumidora das normas e das práticas internacionais produzidas pelas grandes potências do “Norte Global”. Esta perceção deve-se ao passado recente do continente marcado pela colonização e exploração, e porque na perspetiva das Relações Internacionais, uma teoria geral de política internacional se baseia nas grandes potências.

Apesar das críticas levantadas evidenciarem uma falta de adequação dos pressupostos teóricos da disciplina quando aplicados às realidades africanas, estes autores também destacaram as potencialidades do estudo de África para a disciplina e apelaram a uma descentralização das Relações Internacionais a fim de refletir a diversidade de perspectivas teóricas e empíricas existentes no “Sul Global”, contribuindo, assim, para a construção de um campo de estudos verdadeiramente universal. Neste sentido, assume-se que estes autores defenderam a integração do estudo do comportamento dos atores do “Sul Global” – entre os quais, atores africanos – na política internacional nesta disciplina.

Smith (2009) salienta que as Teorias de Relações Internacionais têm muito a aprender com as experiências e académicos africanos já que o continente proporciona novos processos políticos, económicos, sociais e culturais. Apesar disto, reconhece-se que nem sempre há interesse ou abertura em considerar as perspectivas desta região.

Harman e Brown (2013, p. 69) verificam um paradoxo sobre o estudo de África nas Relações Internacionais: por um lado, “*pushed to the margins of some mainstream approaches*”; por outro, a noção de maior presença do continente africano neste campo de estudos por ser o local de diversos acontecimentos internacionais importantes desde o período colonial, bem como por dar espaço à realização de investigações empíricas. Além disto, os autores destacaram ainda como o estudo do continente africano poderá beneficiar este campo de estudos na medida em que desafia as noções de Estado e governança, bem como as noções liberais de natureza do sistema internacional, ajudando a melhorar a compreensão dos investigadores sobre a disciplina.

Acharya (2014) propõe o projeto da “*Global International Relations*”, cujo objetivo consiste em criar uma disciplina verdadeiramente universal que reflita inclusão e diversidade. Neste sentido, ao basear-se nas críticas ao paroquialismo das Relações Internacionais, a “*Global IR*” abre espaço a perspectivas relativas à ordem global e às dinâmicas das relações “Norte” vs “Sul Global”, reconhecendo as vozes e a agência do “Sul Global” (Anderl e Witt, 2020). Tal como afirma Acharya (2014, p. 657) “*(...) the project of Global IR and help move our discipline to a new frontier which leaves behind arrogance and exclusion and "where humility and learning drive one's engagements with others" e "Global IR project (...) becomes a vibrant, innovative, and inclusive enterprise that reflects the voices, experiences, interests, and identities of all of humankind."*

A “*Global IR*” baseia-se em seis dimensões-chave (Acharya 2014; Anderl e Witt, 2020): o “*pluralistic universalism*” (Anderl e Witt, 2020, p. 11); o apelo a um campo de estudos que reflita a história mundial – e não apenas a europeia e norte-americana – para que se reconheçam as vozes, experiências e tradições das sociedades ocidentais e não-ocidentais; a inclusão de teorias e métodos de Relações Internacionais; a integração da abordagem dos Estudos de Área, através do estudo das regiões e regionalismos, apelando, deste modo, ao reconhecimento da diversidade e agência regional; o facto de evitar o excecionalismo cultural e o paroquialismo da disciplina e, por último, a adoção de uma ampla conceção de agência.

Coffie e Tiky (2021) criticam a narrativa dos Estados africanos enquanto consumidores das normas e práticas internacionais definidas pelas grandes potências do “Norte Global” dado o seu papel desde a independência. Para tal, destacaram a influência dos Estados e dos líderes africanos na definição e implementação de políticas sobre alterações climáticas, segurança global, migrações, comércio internacional, regionalismo e governação nas negociações internacionais. Estes exemplos práticos reforçam o apelo para a criação de conceitos, teorias e métodos de Relações Internacionais que reflitam experiências e ideias do “Sul Global”, nomeadamente de África.

Deste modo, tendo em consideração as perspetivas dos autores acima mencionados, considera-se que, para efeitos desta dissertação, o Realismo Neoclássico é uma abordagem teórica adequada para o estudo do continente africano, pelo que o estudo de caso em análise pode ser abordado à luz desta perspetiva. Isto contribuirá com novas perspetivas e visões para a disciplina de Relações Internacionais, tornando-a verdadeiramente descentralizada e universal ao refletir as vozes do “Sul Global”, as quais são muitas vezes negligenciadas nos debates teóricos. Além disto, o estudo de África – em particular, do Mali – poderá, de igual forma, trazer novos contributos para os pressupostos do Realismo Neoclássico na medida em que desafia as conceptualizações de Estado sob a qual estão fundadas as Relações Internacionais. Como mencionado anteriormente, estudar Estados africanos exige apenas a necessidade de desafiar alguns dos preconceitos existentes sobre o que constituem os Estados e não a desconstrução total deste conceito.

### *1.2.3. Mali: um Estado forte, fraco, falhado, desintegrado ou colapsado?*

Importa agora classificar a tipologia de Estado que o Mali assume no sistema internacional, analisando-se, para efeito, três pontos. Primeiro, o papel e as funções primárias do Estado, de seguida, as diferentes categorias de Estado abordadas pela literatura, inserindo-se, por último, o Estado maliano numa dessas tipologias.

Os Estados têm a obrigação de responder de forma adequada às preocupações e exigências dos seus cidadãos (Erdmann, 2014). Deste modo, cada Estado tem como função primária garantir a segurança, a fim de evitar invasões externas, erradicar ameaças internas, prevenir crimes e se certificarem que os seus cidadãos resolvem os litígios entre si sem recorrer ao uso de armas. Além da segurança, os Estados são também responsáveis por proporcionar outro tipo de bens públicos, entre os quais: saúde; educação; infraestruturas; equipamentos de comunicação e, ainda, a criação de um sistema económico-financeiro e monetário (Rotberg, 2003).

Por esta razão, de acordo com o seu desempenho, ou seja, com a quantidade de bens públicos que é capaz de fornecer aos seus habitantes, os Estados podem distinguir-se em diversas categorias. Todos os Estados que tenham capacidade de proporcionar estes bens públicos aos cidadãos que vivem dentro dos seus limites territoriais pré-definidos são considerados funcionais. Neste sentido, Rotberg (2003) propõe quatro tipologias de Estados: os “*Strong states*”, os “*Weak states*”, os “*Failed states*” e os “*Collapsed states*”.

Primeiro, os “*Strong states*” que correspondem aos Estados que têm um desempenho positivo no fornecimento de bens públicos – acima descritos – aos seus cidadãos. Além disto, têm capacidade de administrar todo o seu território (Rotberg, 2003).

Segundo, os “*Weak states*” que dizem respeito a um determinado conjunto de países: “*inherently weak*”, dadas as suas limitações geográficas e económicas; “*basically strong*”, porém ocasionalmente fracos devido a conflitos internos, despotismo e ataques externos; uma mistura destas duas tipologias. Normalmente, os “*Weak states*” costumam abrigar vários conflitos intercomunitários com raízes étnicas, religiosas e linguísticas. Além disto, revelam uma capacidade reduzida em fornecer bens públicos, satisfazendo as expectativas dos seus cidadãos em apenas determinadas áreas (Rotberg, 2003).

Terceiro, os “*Failed states*” considerados “*tense, deeply conflicted, dangerous, and contested bitterly by warring factions*” (Rotberg, 2003, p. 5). Na maioria dos casos, as forças governamentais do “*Failed state*” combatem insurgências ou revoltas armadas com origens em dissidências e rivalidades étnicas, religiosas, linguísticas e intercomunitárias. Contrariamente aos “*Strong states*” não têm capacidade para controlar a totalidade do seu território e respetivas fronteiras – a autoridade governamental limita-se, muitas vezes, à capital e a outras regiões específicas – pelo que se verifica a perda de autoridade em determinadas áreas geográficas. Por este motivo, o nível de fracasso do Estado pode ser medido pela extensão de área territorial que o seu governo oficial consegue, de facto, dominar e controlar. Acrescente-se, também, que os “*Failed states*” têm dificuldade em fornecer bens públicos aos seus cidadãos, dada a incapacidade do seu sistema político em desempenhar as funções básicas de um Estado-nação (Rotberg, 2003).

Por último, o “*State collapse*” que corresponde a um estágio “*rare and extreme*” do “*Failed state*”. Não há qualquer tipo de autoridade, pelo que se constitui como uma “*mere geographical expression, a black hole into which a failed polity has fallen.*” (Rotberg, 2003, p. 9). Por esta razão, os seus cidadãos adquirem bens públicos através de meios privados ou de forma *ad hoc* (Rotberg, 2003).

Erdmann (2014, p. 219) sugere uma “*apocalyptic triad*” ao apresentar três categorias de Estados – “*State failure*”, “*State desintegration*” e “*State collapse*” – cuja duração temporal varia consoante os casos. Estas tipologias encontram-se ordenadas por sequência de evolução, já que “*that severe state failure risks turning into state disintegration, which can in turn end in state collapse*” (Erdmann, 2014, p. 220). No entanto, isto não significa que todos os casos de “*State failure*” evoluam necessariamente para a fase mais avançada, o “*State collapse*”.

Primeiro, a “*State failure*”. Esta fase ocorre quando há uma diminuição no desempenho do Estado quanto aos serviços públicos por si prestados. Apesar disto, não se verifica nenhuma redução do monopólio do uso da força ou da sua soberania sobre o território e os cidadãos (Erdmann, 2014).

Segundo, a “*State desintegration*”. Verifica-se uma restrição territorial do monopólio do uso da força, bem como de outros serviços administrativos fornecidos pelo Estado. Além disto, não é desafiada a condição de Estado pelo que não há vontade

de secessão de determinados territórios nem de renúncia à comunidade política (Erdmann, 2014).

Por último, o “*State collapse*” que incorpora duas variações de acordo com o grau de colapso da autoridade estatal: a “*partial state collapse*” e a “*complete state collapse*”. Por um lado, a primeira ocorre quando há perda de soberania dentro de um território limitado, implicando a perda do monopólio do uso da força e desafiando a integridade estatal. Apesar disto, os respetivos governos ainda conseguem controlar partes substanciais do seu território e têm alguma capacidade para lutar pelas restantes partes do país. Por outro lado, a segunda verifica-se quando não há qualquer autoridade central estatal no país ou, na melhor das hipóteses, existe apenas “*a rudimentary central authority*” numa parte do antigo território nacional (Erdmann, 2014, p. 220).

Deste modo, argumenta-se que a classificação do Mali numa das categorias de Estado acima apresentadas depende do período temporal que esteja em análise. Como anteriormente abordado na subsecção 1.1.2., até ao início de 2012, o país era um Estado relativamente estável visto, inclusive, como um caso bem-sucedido de democratização em África, apesar dos antecedentes históricos de rebeliões armadas tuaregues e de constrangimentos vários. No entanto, desde a última rebelião tuaregue e do golpe militar de março de 2012 até 2021, o país tem verificado maior instabilidade marcada pelo agravamento das divergências na região norte e pelo crescimento da ameaça terrorista.

De facto, a evolução da pontuação do Mali no Índice dos Estados Frágeis<sup>33</sup> (Figura 3) revela um agravamento da vulnerabilidade do Estado do Mali desde 2012: o

---

<sup>33</sup> O Índice dos Estados Frágeis mede o nível de vulnerabilidade de um determinado Estado numa escala de 0 (“*Sustainable*”) a 120 (“*Alert*”) pontos. As fases de vulnerabilidade do Estado são as seguintes por ordem crescente: “*Sustainable*”, “*Stable*”, “*Warning*” e “*Alert*”. Para se medir o seu nível de vulnerabilidade são analisados doze indicadores pertencentes a quatro categorias: coesão; economia; política e, ainda, indicadores de natureza social e transversal. Para cada um dos indicadores são atribuídas pontuações numa escala de 0 (intensidade mais baixa ou mais estável) a 10 (intensidade mais elevada ou menos estável), sendo que a pontuação total dos Estados e a sua respetiva classificação final no índice corresponde à soma das pontuações de cada um dos doze indicadores (The Fund for Peace, 2024).

Este índice destaca que a fragilidade dos Estados pode manifestar-se de diversas formas, entre as quais: a perda de controlo do seu território ou do monopólio do uso legítimo da força; a perda de autoridade para tomar decisões coletivas; a incapacidade para fornecer serviços públicos mínimos e, por último, a incapacidade para se relacionar com outros Estados como membro de pleno direito da comunidade internacional (The Fund for Peace, 2024). Como a maioria destas características da fragilidade dos Estados estão presentes nas categorizações de Estado propostas por Rotberg (2003) e Erdmann (2014), utiliza-se este índice com o objetivo de se compreender – através do tratamento de informação estatística – que o Mali incorporou tipologias de Estado distintas nos períodos pré-2012 e pós-2012.

país aumentou de 77,9 pontos, em 2012 para 96,6 pontos, em 2021, passando da fase de vulnerabilidade “Warning” para “Alert” (The Fund for Peace, 2024). Além disto, atente-se que a sua maior subida de pontuação ocorreu entre 2012 e 2013, tendo uma diferença de 11,4 pontos de um ano para o outro. Por estes motivos, sustenta-se que o Mali conheceu tipologias distintas no período pré-2012 e pós-2012. No entanto, atente-se, em particular, o período temporal selecionado para esta dissertação.

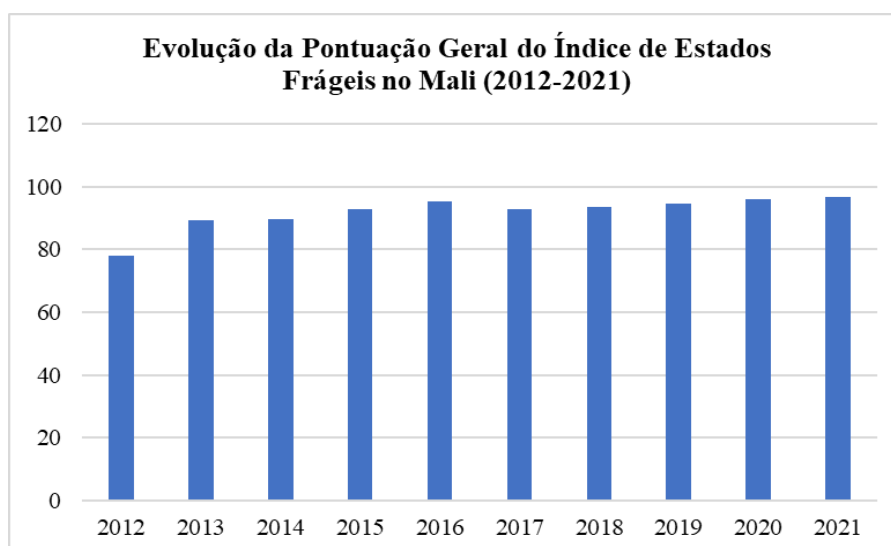


Figura 3: Evolução da Pontuação Geral do Índice de Estados Frágeis no Mali (2012-2021).

Fonte Estatística: The Fund for Peace (2024). / Fonte Gráfica: Elaboração Própria.

Entre 2012-2021, pode considerar-se o Mali em duas categorias de Estado distintas dependendo da abordagem dos autores acima mencionados. Por um lado, tendo em conta as tipologias de Estado propostas por Rotberg (2003), sustenta-se que o Mali corresponde a um “Failed state”. No início de 2012, o Mali experienciou uma guerra civil entre as forças governamentais malianas e a insurgência armada liderada pelos tuaregues que apelavam à secessão da região norte. Por esta razão, o Estado maliano apresentou dificuldades em controlar a totalidade do seu território, pelo que o controlo governamental se limitou à região sul do país e, em particular, à capital Bamako. Além disto, o Mali também não tem tido capacidade para fornecer bens públicos aos habitantes da região norte: “The region is further marginalized in terms of state’s institutions and agents.” (Dias, 2017, p. 90).

Por outro lado, de acordo com a categorização de Erdmann (2014), considera-se o Mali um “partial state collapse” devido à perda parcial de controlo do governo maliano sob a região norte do país – Azawad – para os grupos *jihadistas*. Apesar disto, o governo maliano ainda teve alguma capacidade para controlar a região sul do seu

território, assim como para lutar pela região norte devido, em parte, ao apoio das intervenções francesas – Serval e Barkhane – e da intervenção multilateral ao abrigo das Nações Unidas – a MINUSMA.

Por último, para efeitos da presente dissertação, dá-se preferência à categorização proposta por Rotberg (2003) porque toca em mais aspetos característicos da realidade empírica do estudo de caso. Deste modo, considera-se o Mali um “*Failed state*”<sup>34</sup> entre 2012-2021.

#### 1.2.4. O Processo de Autocratização Política no Mali desde 2012

O V-Dem Institute (Papada e Lindberg, 2023) distingue quatro tipologias de regimes políticos: autocracias fechadas; autocracias eleitorais; democracias eleitorais e democracias liberais<sup>35</sup>. Com base nestas categorias, descreva-se, de seguida, a evolução geral dos regimes políticos na África Subsariana e, posteriormente, no Mali.

Em relação à África Subsariana, apesar da maioria dos países subsarianos terem tido regimes autocráticos fechados ou eleitorais ao longo do tempo (1972-2022), alguns beneficiaram de processos de democratização<sup>36</sup>. Entre 1991 e 1993, países do Sahel como o Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal realizaram as suas primeiras transições democráticas através da realização de eleições presidenciais (Bodian e Villalón, 2021).

Durante a última década (2012-2021), o relatório aponta que doze países da África Subsariana enfrentaram um processo de autocratização, ao passo que apenas cinco verificaram processos de democratização (Papada e Lindberg, 2023). O desempenho negativo dos países subsarianos em vários indicadores de índices como os de Liberdade de Expressão, Liberdade de Associação, Eleições Transparentes,

---

<sup>34</sup> Apesar da categorização aqui proposta, reconhece-se que outros autores podem ter perspetivas diferentes. Olivier de Sardan (2021, pp. 58-59), por exemplo, sustenta que os Estados da África Ocidental Saheliana não se constituem como “*failed states*”, categorização que teve origem em fatores como o legado colonial ou no facto destes Estados ainda se encontrarem em processo de construção. Neste sentido, o autor afirma que apesar da região norte do Mali estar sob o controlo de grupos *jihadistas*, a sul o país continua a ser um ““*real*” state (...) in which the minimal delivery of state services is ensured (even if it is unsatisfactory), and where the external signs of the state are visible everywhere (even if they are a mere façade in part), and where administrations work (even if they work badly or with difficulty).”.

<sup>35</sup> Consultar Anexo D – Figura D1 – Tipos de Regimes Políticos (Papada e Lindberg, 2023, p. 12) (página D-1).

<sup>36</sup> Consultar Anexo D – Figura D2 – Evolução dos Regimes Políticos na África Subsariana (1972-2022) (Papada e Lindberg, 2023, p. 41) (página D-2).

Componente Liberal e Componente Deliberativa explicam, em parte, a autocratização destes países na última década (Boese e Lindberg, 2022). Em 2021, 72% da população total da África Subsariana vivia em autocracias eleitorais; 17% em democracias eleitorais; 11% em autocracias fechadas e, por último, 0% em democracias liberais<sup>37</sup> (Boese e Lindberg, 2022).

Relativamente ao Mali, verificam-se variações quanto ao tipo de regime político ao longo do tempo<sup>38</sup>. Entre 1972-1991, o país viveu uma autocracia fechada. Em 1991, a queda do regime de Moussa Traoré, deu início ao processo de democratização no país. Neste sentido, em 1992, o país passou a viver em autocracia eleitoral e, entre 1993 e 2012, experienciou uma democracia eleitoral. Apesar disto, após vinte anos desde o início do processo de transição democrática, o percurso democrático do Mali sofreu um retrocesso: o país regressou a uma autocracia eleitoral, entre 2013-2014, devido à incapacidade do governo em lidar com os avanços das forças *ihadistas*. Entre 2014 e 2019, o país voltou a ser uma democracia eleitoral, porém em condições de fragilidade e de incapacidade de controlar o seu território (Bodian e Villalón, 2021; Papada e Lindberg, 2023). Em 2020, o Mali experienciou novamente uma autocracia eleitoral, após o golpe militar de Assimi Goïta. Com a realização do golpe de 24 de maio de 2021, que resultou na destituição do Presidente e do Primeiro-ministro, bem como na proclamação de Assimi Goïta como Presidente interino do país, voltou a ser uma autocracia fechada. De facto, estes dois golpes de Estado, realizados num curto espaço de tempo, tiveram um papel crucial no aparecimento de uma nova autocracia fechada no Mali (Boese e Lindberg, 2022). Portanto, desde 2012, verificou-se uma regressão no que respeita a classificação do regime político do Mali (Papada e Lindberg, 2023), como aliás se pode evidenciar quantitativamente com dados do V-Dem Institute.

Numa perspetiva de longo prazo, ao longo da última década, o Mali perdeu cerca de 0,3 pontos no Índice de Democracia Liberal<sup>39</sup> (Boese e Lindberg, 2022), revelando o

---

<sup>37</sup> Consultar Anexo D – Figura D3 – Percentagem de População da África Subsariana por Tipo de Regime Político (Boese e Lindberg, 2022, p. 15) (página D-3).

<sup>38</sup> Consultar Anexo D – Figura D2 – Evolução dos Regimes Políticos na África Subsariana (1972-2022) (Papada e Lindberg, 2023, p. 41) (página D-2).

<sup>39</sup> O Índice de Democracia Liberal do V-Dem Institute estabelece os níveis de democracia entre 0 (mais baixos) a 1 (mais elevados). Para tal, tem em conta indicadores eleitorais de democracia medidos através do Índice de Democracia Eleitoral, entre os quais a qualidade das eleições, os direitos individuais, os media e a liberdade de associação. Além disto, tem em consideração, também, indicadores liberais de democracia medidos através do Índice da Componente Liberal, como os “*checks and balances*”, o

processo de autocratização a que esteve sujeito entre 2011-2021<sup>40</sup>. De facto, o país reduziu a sua pontuação neste índice de cerca de 0,43 pontos, em 2011 para 0,19 em 2021<sup>41</sup>. Estes dados estatísticos validam que o Mali esteve entre os dez países que verificaram um maior decréscimo de pontuação neste índice entre 2011 e 2021, estando, desta forma, situado entre os “*top autocratizers*”.

Numa perspetiva de curto prazo, o Mali aparece listado, novamente, entre os “*top autocratizers*” já que reduziu a sua pontuação no Índice de Democracia Liberal de cerca de 0,32 pontos, em 2018 para 0,19 em 2021 (Anexo D – Figura D6)<sup>42</sup>. Para este recente processo de autocratização do Mali contribuiu, em parte, o aumento da violência contra civis, após o destacamento dos mercenários da Wagner em solo maliano.

---

respeito pelas liberdades civis, o Estado de Direito e a independência do poder legislativo e do poder judicial (Boese e Lindberg, 2022).

<sup>40</sup> Consultar Anexo D – Figura D4 – Países em Democratização e Autocratização (2011-2021) (Boese e Lindberg, 2022, p. 19) (página D-4).

<sup>41</sup> Consultar Anexo D – Figura D5 – Top 10 de Países em Democratização e Autocratização (2011-2021) (Boese e Lindberg, 2022, p. 23) (página D-5).

<sup>42</sup> Consultar Anexo D – Figura D6 – Top 10 de Países em Democratização e Autocratização (2018-2021) (Boese e Lindberg, 2022, p. 25) (página D-6).

## **CAPÍTULO II – O PEDIDO DE INTERVENÇÃO MILITAR EXTERNA POR CONVITE À FRANÇA (2013)**

O objetivo geral deste capítulo consiste em explicar o pedido maliano que fez desencadear a intervenção militar externa por convite de 2013 para compreender as principais opções de política externa deste Estado africano entre 2012-2021, à luz do modelo teórico do Realismo Neoclássico II.

Tendo em conta a descrição da evolução do tipo de regime político no Mali entre 2012-2021, no capítulo anterior, importa destacar que os discursos objeto de análise, neste capítulo e no próximo, para efeitos de análise crítica de discurso, correspondem aos atos discursivos das elites políticas e militares malianas que o país experienciou durante o período em análise. Em particular, como o presente capítulo se dedica ao pedido de intervenção por convite de 2013, analisam-se, aqui, os discursos emitidos pelas elites políticas com ligações à democracia eleitoral de 2012 e à autocracia eleitoral de 2013.

Por último, o presente capítulo divide-se em três secções que seguem a estrutura do Modelo II do Realismo Neoclássico. Como esta abordagem teórica, ao contrário do Neorealismo, incorpora um conjunto de variáveis internas, a par das externas, para explicar as diferentes escolhas de política externa dos Estados, cada secção analisa dinâmicas sistémicas e internas que visam explicar este pedido de intervenção militar externa por convite dirigido à França, em 2013 (Rose, 1998; Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

Desta forma, a primeira secção foca-se numa variável externa. Procura-se analisar a evolução do legado histórico, da política externa e das ações da França na África Subsariana e no Mali desde o período da descolonização, fatores que contribuíram para a criação de determinadas perceções entre as elites político-militares e a população maliana sobre a antiga potência colonial. A segunda e terceira secções dedicam-se, posteriormente, à análise de variáveis internas. Por um lado, na segunda secção, identificam-se estas perceções, tendo em consideração, também, a forma como as elites enquadraram, racionalizaram e apresentaram, nos planos internacional e interno, a realização dos pedidos de intervenção. Por outro lado, na última secção, caracteriza-se o contexto político-social maliano de 2012 e as perceções das elites

político-militares e da população maliana sobre a evolução da crise interna e dos principais problemas que atravessam o país.

## 2.1. O Legado Histórico e a Política Externa da França

Na sequência do avanço dos separatistas tuaregues e dos grupos *jihadistas* armados em direção ao sul do país ameaçando a capital, Bamako, bem como da captura da cidade de Konna e aproximação a Sévaré, em janeiro de 2013, as autoridades governativas do Mali – sob a figura do Presidente interino Dioncounda Traoré – pediram assistência militar à França (Henningsen, 2022; Jourdain e Tûma, 2022; Ahsan, 2023).

Iniciada oficialmente a 11 de janeiro de 2013, a intervenção militar francesa no Mali – denominada de Operação Serval – caracterizou-se pelo envio de cerca de 5 mil soldados franceses para território maliano (Vallin, 2015; Marchal, 2021). Esta intervenção obteve o apoio de diversos países sahelianos como o Burkina Faso, o Chade e o Senegal, assim como da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e, ainda, dos EUA.

Entre os seus principais objetivos salientam-se: proteger o Estado maliano; garantir a restauração da integridade nacional, recuperando os territórios perdidos e, por último, combater e deter o avanço dos grupos *jihadistas* presentes no país, dado o receio francês da difusão do terrorismo pela região do Sahel (Wing, 2013; Marchal, 2021; Ahsan, 2023).

Nos primeiros meses de 2013, a Operação Serval conseguiu travar os avanços das forças insurgentes, resultando na libertação de diversas cidades ocupadas no norte do país (Wing, 2013; Buyoya, 2015; Idrissa, 2021). A título de exemplo, no final de janeiro, os militares franceses retomaram o controlo dos principais centros urbanos no norte do país, como Gao, Kidal e Timbuktu; já no início de fevereiro, os *jihadistas* foram expulsos de Kidal (Clark, Imperato e Baker, 2024).

Por estes motivos, a Operação Serval foi amplamente elogiada tanto na esfera internacional, como a nível interno. Prova disto, foi a receção ao Presidente François Hollande durante a sua visita à cidade de Timbuktu, a 2 de fevereiro de 2013, onde ficou evidenciado o amplo apoio popular à intervenção (Wing, 2013).

A intervenção militar francesa terminou de forma bem-sucedida a 15 de julho de 2014 (Ahsan, 2023) – para dar lugar à Operação regional Barkhane – cumprindo a maioria dos seus objetivos iniciais (Pezard e Shurkin, 2013). O seu sucesso deveu-se, sobretudo, a três razões: primeiro, a preparação dos militares no que respeita a inteligência operacional; segundo, a utilização francesa de bases militares e soldados já destacados no continente africano e, por último, a coordenação entre as várias unidades das forças armadas francesas (Marchal, 2021).

### 2.1.1. Na África Subsariana

A presença de atores externos em África foi uma constante ao longo da História, tendo a França um papel de protagonista na região mesmo antes do início da colonização – no século XVII, por exemplo, os franceses já comercializavam ouro e escravos na região de Saint-Louis, no Senegal (Ahsan, 2023).

No século XX, durante a década de 1960, com a independência das colónias africanas, a França ambicionava manter a sua influência sobre esses territórios e para tal, procurou proteger os seus interesses, estabelecendo relações políticas, económicas, culturais e militares com os novos Estados da África francófona (Vallin, 2015), procedendo, para o efeito, à assinatura de diversos acordos bilaterais (Harshe, 1980). Além disto, a maioria dos líderes dos Estados africanos recém-independentes entendiam a cooperação com a França como vantajosa para os interesses nacionais. “*The policies followed by the independent African states tended to accept French dominance*” (Harshe, 1980, p. 165).

Assim, após a independência das suas colónias em África, a França continuou presente no continente, pelas mãos de De Gaulle, através da *Françafrique*. Esta política foi fulcral para a manutenção da imagem da França como grande potência a nível internacional, garantindo-lhe um “*respectable role of gendarme of Africa*” (Vallin, 2015, p. 83). Inclusive, no contexto global da Guerra Fria, a França agia “*perhaps unconsciously, as the United States' de facto gendarme in Francophone Africa*” (Vallin, 2015, p. 84).

O termo *Françafrique* foi cunhado pelo primeiro Presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, em 1973, com o propósito de caracterizar as ligações formais e informais entre Paris e as suas antigas colónias africanas (Vallin, 2015), no

que se pode apontar como a manutenção de um relacionamento de natureza colonial (Akrimi, 2023).

Djilo e Handy (2021) destacam que, por um lado, correspondia a uma tentativa de aumentar os benefícios do comércio, assim como de manter os países africanos francófonos na esfera de influência cultural francesa; por outro lado, correspondia a um sistema que satisfazia interesses mútuos – envio de minerais para França em troca de segurança e proteção para os países africanos – além de que reduzia as relações com a antiga metrópole a dinâmicas de paternalismo e dominação (Djilo e Handy, 2021).

Desde a descolonização, a presença francesa na região da África Subsariana caracterizou-se em três pilares (Vallin, 2015). Primeiro, o pilar monetário através da criação da zona franco, caracterizada pela partilha da mesma moeda – o franco da *Communauté Financière en Afrique* (CFA) – entre catorze Estados, cuja paridade foi fixada com referência ao franco francês (Harshe, 1980). Segundo, a existência de redes de especialistas franceses nas estruturas financeiras, institucionais e educativas dos Estados africanos. Terceiro, o pilar militar através da presença de soldados franceses em bases militares espalhadas pelos diversos países da região e, também, de conselheiros franceses nos respetivos exércitos do continente. Destaca-se, também, a realização de dois tipos de acordos bilaterais: por um lado, acordos militares técnicos destinados à formação e equipamento dos exércitos locais; por outro, acordos de defesa que legitimavam a interferência francesa nos assuntos internos dos Estados recém-independentes (Harshe, 1980; Vallin, 2015). Como consequência, a França interveio múltiplas vezes em operações de *peacekeeping* em África no período pós-colonial, levando Idrissa (2021, p. 35 e p. 22) a afirmar que estas intervenções militares se têm tornado “*endemic to Africa*” e que “*Since conceding its African colonies independence in 1960, France has intervened militarily on average once every fifteen months for the past sixty years.*”.

Além disto, Harshe (1980) acrescenta que as relações entre a França e os novos Estados africanos após a descolonização se caracterizaram em dois outros aspetos. Primeiro, as relações comerciais, sendo a França o principal parceiro comercial da maioria das ex-colónias nas duas primeiras décadas após a descolonização, em parte devido ao facto das exportações e importações entre estes países ter sido facilitada pela criação pela Zona Franco. Apesar disto, a maioria dos países da Comunidade Económica Europeia (CEE) também se tornaram importantes parceiros comerciais dos

países africanos francófonos. Segundo, a ajuda humanitária que permitiu manter a sua influência na região foi realizada através de duas agências em particular: a *Fondes de l'Aide et de Coopération* e a *Caisse Centrale de Coopération Economique*. O Mali, por exemplo, recebeu cerca de “136,277” milhões de francos da França entre 1960-1968 (Harshe, 1980, p. 169).

Na década de 1990, o genocídio do Ruanda implicou uma viragem na política francesa para África. Até então, o papel militar da França na região tinha sido desempenhado, sobretudo, unilateralmente. Além disto, o surgimento de novos atores de segurança – como os EUA, a China e até países subsarianos como o Chade, a Nigéria e o Ruanda – nesta região de tradicional esfera de influência francesa proporcionaram “*the end of France's exclusive role as gendarme of sub-Saharan Africa*” (Vallin, 2015, p. 92). De facto, a França sofreu um “golpe” na sua função de “*gendarme*” do continente africano ao perceber que já não poderia ser a única com este papel.

Por esta razão, a França teve de reconsiderar e transformar a sua política militar para a África Subsariana numa estratégia de multilateralismo. Assim, a 28 de fevereiro de 2008, o Presidente Nicolas Sarkozy admitiu que a França continuaria a ser um ator militar relevante em África, destacando, no entanto, que o futuro da sua presença militar na região passaria pela cooperação e multilateralismo, ao invés do unilateralismo (Vallin, 2015).

Esta alteração de política evidencia um padrão distinto entre as intervenções militares francesas coetâneas no continente e as realizadas nas décadas de 1960 e 1990. Assim, Paris, antes de iniciar qualquer intervenção militar em solo africano, tem procurado adquirir garantias multilaterais a fim de evitar acusações de neocolonialismo. “*This new pattern is the main reason France was initially so careful regarding a possible intervention in Mali*” (Vallin, 2015, p. 97).

Além disto, esta transformação na política militar francesa tornou-se visível em vários aspetos. Primeiro, verificou-se uma diminuição do número total das forças armadas francesas destacadas em África. Em 1997, quando Jospin assumiu o cargo de Primeiro-ministro estavam destacadas cerca de oito mil tropas em sete Estados africanos, as quais foram reduzidas para cerca de cinco mil no final do seu mandato, em 2002. Segundo, a pressão francesa para o envolvimento da UE em África no início da década de 2000. Desde então, a UE tem lançado várias intervenções militares na África

francófona, sendo exemplos a Operação Artemis na República Democrática do Congo, a Operação EUFOR no Chade e na República Centro-Africana e, ainda, a *European Union Training Mission in Mali* (EUTM Mali). No entanto, considere-se que estas missões europeias em solo africano apenas têm sido possíveis devido aos meios militares franceses, que compõem a maioria dos efetivos<sup>43</sup>. Isto significa que, na maioria das vezes, a França tem procurado intervir em África sob a liderança da UE, já que tem procurado encontrar novas formas de legitimidade para agir na sua tradicional área de influência na região: “*EU has become a visible international actor in Africa, but most of the time through intensive French lobbying. Those European mandates are therefore new forms of legitimacy for Paris’s action in its former pré carré.*” (Vallin, 2015, p. 96).

### 2.1.2. No Mali

O percurso da França cruza-se com o Mali no final do século XIX, quando os europeus iniciaram o seu processo de colonização do país, à época denominado de Sudão Francês. Desde então, a presença francesa no Mali tem sido significativa.

No rescaldo da independência, em termos de política externa, o Mali distanciou-se da França e aproximou-se dos países ligados ao bloco comunista liderado pela URSS, chegando mesmo a estabelecer relações diplomáticas com Moscovo, um mês após a sua independência, em outubro de 1960 (Audinet e Dreyfus, 2023). De facto, no Mali, a influência francesa foi mais indireta nos níveis político, militar e económico, contrariamente ao ocorrido em outros países francófonos. Neste sentido, o Mali também não esteve tão envolvido na estratégia da *Françafrique* de De Gaulle. Além disto, não houve qualquer tipo de intervenção militar francesa entre a sua independência e a Operação Serval, em 2013. Mesmo com estes limites, é reconhecido que a França continuou a ser um ator de relevância para o Mali após a sua independência (Boeke e de Valk, 2021).

Eleito em 1979, o Presidente Traoré manteve relações com o bloco comunista e com a França, embora na década de 1980 se tenha tentado aproximar de outros países

---

<sup>43</sup> No caso da Operação Artemis as forças francesas representavam cerca de 80% das forças totais da UE (Vallin, 2015).

ocidentais – como os EUA – de forma a melhorar os laços com estes, atrair investimentos estrangeiros e promover o setor privado (Clark, Imperato e Baker, 2024).

No início da década de 1990, a França assumiu um papel político importante no Mali ao mediar, juntamente com a Argélia e a Mauritânia, um novo acordo de paz assinado entre o Presidente Alpha Oumar Konaré e os rebeldes tuaregues na sequência da rebelião tuaregue de 1990-1991 (Lecocq e Klute, 2013; Buyoya, 2015).

Após o 11 de setembro de 2001, o Sahel tornou-se numa prioridade para a *Direction Générale de la Sécurité Extérieure* (DGSE), o serviço de inteligência externa francesa, e Paris passou a privilegiar recolha de informações sobre as atividades dos grupos *ihadistas* presentes na região, com o objetivo de localizar e libertar os cidadãos franceses reféns, vítimas de ataques terroristas, senão através de negociações, por meio de operações militares (Boeke e de Valk, 2021). A propósito disto, Vallin (2015) afirma que a proteção de cidadãos ocidentais era um dos elementos que permitiria justificar uma eventual intervenção militar na região.

Tendo isto em conta, considera-se que a insurgência liderada pelos grupos *ihadistas* – tais como o MUJAO, a AQMI e o *Ansar Dine* – e separatistas tuaregues no MNLA no Mali, no início de 2012, levou a que a França concentrasse a sua atenção neste Estado mesmo antes do início da sua intervenção militar por convite, em 2013. Os franceses estavam, de facto, “*itching even before the conflict to destroy Mali’s ‘terrorist nest’.*” (Idrissa, 2021, p. 29).

De acordo com os objetivos multilaterais da sua política para África, Paris exerceu pressão a nível internacional para que se encontrasse uma solução para a questão maliana. Em outubro de 2012, pressionou a aprovação da Resolução 2071 – proposta pelo governo francês – no CSNU para que a CEDEAO enviasse 3300 militares para o norte do Mali de modo a ajudar as forças armadas malianas. Mobilizou, igualmente, esforços nas Nações Unidas para que a Resolução 2085, responsável por implementar a *African-led International Support Mission in Mali* (AFISMA) também fosse aprovada no CSNU. Já no quadro europeu pressionou os seus aliados para o lançamento da missão EUTM Mali, destinada à formação e treinamento das forças armadas malianas (Vallin, 2015).

Na perspetiva dos militares franceses no Sahel, a presença de *ihadistas* no Mali representava uma ameaça que poderia justificar uma intervenção: “*From June 2012, the*

*military came to feel that the crisis was too serious to exclude the option of putting boots on the ground.*” (Marchal, 2021, p. 463). Além disto, razões de natureza económica também poderiam motivar uma eventual intervenção, uma vez que a França pretendia proteger os seus interesses económicos no país e os avanços destes grupos *jihadistas* no norte poderiam prejudicá-los<sup>44</sup>.

Nesta época, o regime maliano encontrava-se dividido entre o capitão Sanogo, líder do golpe militar de 2012, reticente em aceitar uma intervenção externa, e o Presidente interino Traoré que negociou secretamente com François Hollande uma eventual intervenção externa, entre maio e junho de 2012. Havia o receio de que uma presença a longo-prazo da antiga potência colonial pudesse criar descontentamento interno, resistência política e pressão internacional para a democratização (Henningsen, 2022).

Apesar disto, os objetivos que os franceses e os malianos pretendiam com a eventualidade de uma intervenção militar eram, de modo geral, comuns. Por um lado, o Presidente Hollande afirmou que a operação serviria para proteger o Estado maliano (Ahsan, 2023), pelo que *“the terrorists should be destroyed and national integrity recovered”* (Marchal, 2021, p. 461). À sua semelhança, o Primeiro-ministro do Mali, Cheick Modibo Diarra, assumiu perante a 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas que o objetivo de uma eventual intervenção externa seria *“recovering the occupied territories and fighting terrorism”*; *“to take joint, rapid and effective action, because that threat knows no bounds”* e *“With a view to recovering territorial integrity (...) to help the Malian army to retake and ensure the security of our national territory.”* (UN General Assembly, 2012, pp. 23-24).

Vallin (2015, p. 100) menciona que as mais recentes intervenções francesas em África – entre as quais a do Mali – deveram-se ao interesse que a França tinha em iniciá-las, mas também, porque, os *“African state leaders, the UN, other world powers, or even Africans themselves”* esperam que seja Paris a agir e a tomar decisões na eventualidade de conflitos na África francófona. Assim, argumenta-se, como analisado ao longo das duas últimas subsecções, que a própria expectativa dos atores africanos em receber auxílio gaulês na iminência de problemas internos, se explica pela presença

---

<sup>44</sup> Note-se que o Mali detém as terceiras maiores reservas de ouro e urânio do mundo, ambas localizadas na região norte do país. Possui, também, outros recursos naturais tais como petróleo e fosfato. Além disto, a França era um dos principais parceiros económicos de Bamako, em 2011 (Ahsan, 2023).

contínua da França na África Subsariana, desde a descolonização, e os laços que manteve, e estimulou manter e desenvolver, com as suas antigas colónias.

Apesar do destaque dado nesta secção à presença e influência político-militar francesa no Mali, saliente-se que a mesma também se verificou noutros aspetos. Por exemplo, a nível económico, no âmbito do intervencionismo francês no quadro do multilateralismo, muitas vezes sob a liderança da UE, refira-se a contribuição desta organização com cerca de 16 milhões de euros, em 2010, destinada a apoiar o Programa Especial para a Paz, Segurança e Desenvolvimento no norte do Mali. Apesar das suas dificuldades e dos desafios de execução<sup>45</sup> terem “*increased tensions in an already fragile environment*” (Wing, 2013, p. 9), este programa tinha como objetivo diminuir a insegurança e o terrorismo no norte do país através do reforço da presença militar e policial na região.

Ao nível da ajuda humanitária, o Mali esteve entre os principais países destinatários da ajuda alimentar francesa. Desde 2012, Bamako tem recebido quase 15 milhões de euros por parte de Paris para fins de ajuda alimentar (Ambassade de France au Mali, 2018). Foster (2022) afirma, mesmo, que a França é o maior doador bilateral do Mali: entre 2012-2021, este país europeu canalizou cerca de 870,24 milhões de euros para ajudar o Mali, valor superior a qualquer outro fornecido por um Estado-membro da UE (European Union, 2024). Por último, destaque-se, ainda, a presença de uma significativa diáspora maliana em França, bem como o acompanhamento das emissoras televisivas pertencentes ao grupo *France Médias Monde* por cerca de 1/3 da população maliana, antes da sua suspensão no país, em 2022 (Foster, 2022).

Por esta razão, tendo em consideração o Modelo II do Realismo Neoclássico, sustenta-se que os estímulos sistémicos, em particular, o legado histórico da França na África Subsariana e no Mali desde o período da descolonização, assim como a sua preocupação, desde a década de 2000, relativa à presença de grupos *jihadistas* armados no norte do país – retratada nos seus constantes esforços diplomáticos a nível internacional para solucionar a crise maliana – permitiram criar um conjunto de perceções<sup>46</sup> positivas entre as elites políticas e militares e a população maliana sobre a

---

<sup>45</sup> Segundo Hagberg e Körling (2012, p. 116), o programa foi criticado pela sua “*vertical approach*” e por não se ter conseguido envolver com as populações desta região.

<sup>46</sup> Tal como mencionado na introdução deste capítulo, a análise das perceções das elites políticas e militares e da população do Mali sobre a França será desenvolvida ao longo da próxima secção 2.2..

França – “*France’s presence brought psychological benefits to the people of Mali and the Sahel states*” (Ahsan, 2023) – as quais explicam, em parte, o pedido de intervenção por convite do Mali, em janeiro de 2013. Isto evidencia-se pela “*jubilant welcome*” do povo maliano aos militares franceses aquando da sua chegada, na sequência da ameaça dos grupos *ihadistas* em controlar as restantes partes do país (Rono, 2021). Desta forma, os estímulos sistémicos analisados permitiram explicar a opção de política externa tomada pelo Mali, em 2013. No fundo, Bamako pediu assistência externa à França por causa das perceções positivas que tinha em relação à antiga metrópole, criadas, em parte, pelo legado histórico de Paris na região e no seu próprio território.

## **2.2. As Perceções das Elites e da População do Mali sobre a França**

Recorrendo ao Modelo II do Realismo Neoclássico, analisam-se, aqui, as perceções das elites político-militares e da população maliana em relação à antiga potência colonial no período pré-Operação Serval e no rescaldo da mesma a fim de entender se estas contribuíram para a explicação da realização do pedido de intervenção militar externa por convite à França, em 2013.

Neste sentido, as perceções das elites político-militares e da população maliana em relação à França são analisadas, primeiro, mediante as respostas aos inquéritos de opinião realizados à população maliana pela Fundação Friedrich Ebert<sup>47</sup> e, de seguida, pelo Afrobarómetro<sup>48</sup>.

No inquérito de opinião nº 1<sup>49</sup> do “*Mali-Mètre*” (FES, 2012), em dezembro de 2012, foi sondada a opinião da população sobre uma intervenção militar francesa no Mali. 75% dos inquiridos mostraram estar a favor da realização da mesma, com o

---

<sup>47</sup> Desde finais de 2012, a Fundação Friedrich Ebert tem realizado o “*Mali-Mètre*” que se constitui como um barómetro de opinião da população maliana. O seu principal objetivo é não só fornecer um retrato dos problemas e das questões atuais do país, mas também das preocupações dos malianos constituindo-se como um instrumento de recolha de opiniões fidedigno disponível a fornecer dados científicos aos tomadores de decisão, agentes de desenvolvimento, investigadores e estudantes (FES, 2020; FES, 2021).

<sup>48</sup> O Afrobarómetro é uma organização sem fins lucrativos que tem vindo a realizar, ao longo das duas últimas décadas, várias etapas de inquéritos à opinião pública no continente africano que permitem avaliar as atitudes e as experiências dos cidadãos relativamente à democracia, governação, qualidade de vida e sociedade civil, entre outras questões. Entre 1999 e 2022 foram realizadas nove etapas de inquéritos, abrangendo um total de mais de trinta países africanos (Afrobarómetro, 2013; Afrobarómetro, 2021).

<sup>49</sup> Para a sua realização, efetuou-se recolha de dados a partir de uma amostra de 385 indivíduos com pelos menos 18 anos de idade e residentes no distrito de Bamako, escolhidos aleatoriamente, entre 6 e 12 de dezembro de 2012, em todas as comunas do distrito de Bamako, no Mali (FES, 2012).

objetivo de libertar as regiões do norte, dos quais 56,10% a consideraram “*nécessaire*” e 18,70% “*indispensable*”. Contrariamente, cerca de 20% dos entrevistados declararam não estar a favor de uma intervenção, dos quais 13,25% a consideraram “*pas nécessaire*” e 7,27% “*inacceptable*” (FES, 2012, p. 18).

No inquérito de opinião nº 2<sup>50</sup> do “*Mali-Mètre*” (FES, 2013), a percentagem de população favorável à intervenção militar francesa aumentou significativamente. Assim, em fevereiro de 2013, no rescaldo da Operação Serval, a maioria dos inquiridos (97%) mostrou o seu parecer positivo em relação a esta intervenção, dos quais 79% a considerou “*indispensable*” e 18% “*nécessaire*” (FES, 2013, pp. 27-28). Apenas 1% da população inquirida se mostrou contra a intervenção militar francesa. Para além disto, 76% dos inquiridos dizia ser a favor de uma presença militar francesa permanente no Mali, dos quais 39% a consideravam como “*très positive*” e 37% “*positive*”. Apenas 17% dos malianos inquiridos mostrou a sua oposição a uma presença militar francesa permanente em território nacional, dos quais 13% considerava “*négative*” e 4% “*très négative*” (FES, 2013, p. 35).

Na 4ª etapa de inquéritos à opinião pública do Afrobarómetro<sup>51</sup> realizou-se um conjunto de questões destinadas a medir o grau de ajuda que diversos atores externos forneciam ao Mali, na opinião dos cidadãos inquiridos. No que respeita a França, a maioria dos malianos mostrou ter uma perceção positiva sobre a antiga potência colonial ao responder que esta “*help a lot*” (38%) e “*help somewhat*” (25%). Apenas 6% respondeu que a França “*Do nothing, no help*” e 15% “*Help a little bit*” (Afrobarómetro, 2008, p. 56). De modo geral, o mesmo sucede na opinião em relação à UE: a maioria dos malianos entrevistados respondeu “*help a lot*” (28%) e “*help somewhat*” (24%), sendo apenas 6% os que responderam que a organização europeia “*Do nothing, no help*” e 15% “*Help a little bit*” (Afrobarómetro, 2008, p. 56).

---

<sup>50</sup> Para efeito, procedeu-se à recolha de dados a partir de uma amostra de 384 indivíduos escolhidos aleatoriamente, entre os dias 13 e 20 de fevereiro de 2013, nas comunas do distrito de Bamako, no Mali. À data de realização do inquérito, todos os inquiridos possuíam no mínimo 18 anos de idade e eram residentes no distrito de Bamako (FES, 2013).

<sup>51</sup> A realização destes inquéritos à opinião pública do Mali decorreu entre 15 e 31 de dezembro de 2008, recorrendo, para efeito, a uma amostra aleatória e representativa de 1232 adultos. Contrariamente ao “*Mali-Mètre*” de 2012 e 2013 que se limitaram à realização de inquéritos na capital, o Afrobarómetro realizou inquéritos de opinião nas oito regiões do Mali, abrangendo tanto áreas urbanas como rurais (Afrobarómetro, 2008).

Por último, Foster (2022) mostra que houve um crescimento da percentagem dos inquiridos malianos com atitudes favoráveis em relação à França de 75% para 97%, entre novembro de 2012 e fevereiro de 2013, altura em que se atingiu o valor máximo, no rescaldo da Operação Serval<sup>52</sup>. Isto ficou evidenciado, em primeiro, pela adesão positiva do povo maliano à chegada das forças militares francesas, vistas como libertadoras (Vallin, 2015); em segundo, pela forma efusiva como os malianos receberam o Presidente François Hollande, aquando da sua visita ao país, a 10 de fevereiro de 2013, mostrando um sentimento de gratidão pública pela Operação Serval, retratando a inicial euforia em relação à intervenção militar de Paris.

Deste modo, verifica-se que as perceções das elites político-militares e da população maliana em relação à antiga potência colonial, no período pré-Operação Serval e no rescaldo da mesma, eram bastante positivas. Assim, identificadas estas perceções, importa agora identificar o último fator que influenciou as mesmas: a forma como as elites políticas e militares malianas enquadraram, racionalizaram e apresentaram, a nível internacional e interno, a realização dos seus pedidos de intervenção.

Tendo em consideração os problemas enfrentados no país como consequência da crise de 2012, os quais, nas palavras do Primeiro-ministro do Mali, na 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas, eram a *“northern part”* ter sido *“occupied by armed groups consisting of fundamentalist terrorists, drug traffickers and criminals of every other sort.”*; a *“presence (...) of terrorist groups of various nationalities on our soil and in the Sahel region”*; a *“deterioration”* das *“humanitarian conditions”* nomeadamente a violação dos *“human rights”* e o *“the flow of internally displaced persons and of people seeking refuge in neighbouring countries”* (UN General Assembly, 2012, p. 23), a mensagem que Modibo Diarra tentou transmitir, ao plano internacional e interno, em certas partes do seu discurso, relaciona-se com a possibilidade de uma intervenção militar externa auxiliar na resolução da crise interna e das dificuldades que o país atravessava.

Por esta razão, durante a 67ª Assembleia Geral da ONU, o Primeiro-ministro do Mali procurou identificar de que modo é que uma intervenção militar externa em solo

---

<sup>52</sup> Consultar Anexo E – Figura E1 – Evolução das Atitudes do Mali em relação à França (2012-2022) (Foster, 2022, p. 16) (página E-1).

maliano poderia trazer benefícios internos. Primeiro, através da recuperação dos territórios ocupados pelos grupos *jihadistas* e do combate a esta ameaça regional, solicitando os esforços e cooperação da comunidade internacional “(...) *the interim President of the Republic of Mali to request, on 1 September, the Economic Community of West African States for assistance in recovering the occupied territories and fighting terrorism. Similar requests have been made to the Security Council through the Secretary-General, as well as to the French Republic, the United States of America, the African Union and the European Union.*”. Segundo, através da restauração da integridade nacional e da garantia da segurança em todo o país “*With a view to recovering territorial integrity, we are calling for the adoption by the Security Council of a resolution authorizing, under Chapter VII of the Charter of the United Nations, intervention by an international military force so as to help the Malian army to retake and ensure the security of our national territory*” (UN General Assembly, 2012, pp. 23-24).

Em 2013, durante a 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente do Mali Ibrahim Boubacar Keïta confirmou o sucesso que a intervenção militar levada a cabo pela França teve ao trazer os resultados e benefícios que o Primeiro-ministro Diarra, no ano anterior, esperava que se refletissem no país. A propósito disto, Keïta afirmou que a “*Operation Serval, a life-saving operation, that halted the advance of jihadists towards the south of Mali.*” e “*Finally, to the European Union and all bilateral and multilateral partners, (...) help our country, which enabled us to overcome the crisis, making it possible for me to stand here today.*” (UN General Assembly, 2013, pp. 7-8).

Segundo Van Dijk (2015), o poder é uma forma de controlo. O poder é exercido, primeiro, através do acesso e do controlo ao “*public discourse*” (Van Dijk, 2015, p. 469). Segundo, através do controlo da mente das pessoas mediante tal ato discursivo, constituindo-se isto como uma forma de reprodução de hegemonia e dominação.

Por este motivo, a análise crítica de discurso concentra-se na forma como os emissores dos discursos – grupos, instituições e elites – controlam as estruturas discursivas e, através delas, influenciam o modo como os seus destinatários constroem determinados modelos mentais de situações ou contextos particulares e, ainda, as suas atitudes sociais, ideologias e conhecimento sociocultural. Desta forma, para Van Dijk (2015), os discursos reproduzem abusos de poder, hegemonia e dominação social de um

grupo sobre o outro: neste caso, dos emissores para com os destinatários do respetivo ato de comunicação.

Assim, sustenta-se que o Primeiro-ministro Modibo Diarra, membro do regime da democracia eleitoral (2012), através do seu discurso, perante a 67<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas – ao destacar a forma como uma intervenção militar externa poderia ajudar na estabilização do seu país – influenciou as perceções e as representações mentais gerais das restantes elites políticas e militares do país e da população maliana sobre a França, na medida em que a audiência interna ficou convencida de que uma intervenção gaulesa poderia ser vantajosa. Deste modo, recorrendo ao Modelo II do Realismo Neoclássico, sustenta-se que esta variável interna das perceções das elites político-militares e da população maliana pode explicar, em parte, a opção do Mali em pedir assistência militar à antiga potência colonial, em 2013. Verifica-se, portanto, de acordo com Van Dijk (2015), a reprodução de elementos de poder das elites políticas malianas para com a sua população e restantes elites, já que através das suas estruturas discursivas tentaram convencer a audiência interna – mas, também a audiência internacional – das vantagens que uma eventual intervenção externa traria para o território do seu país.

### **2.3. O Contexto Político-Social no Mali**

Para a compreensão desta secção é necessário ter em consideração a evolução dos acontecimentos internos no Mali, ocorridos na sequência da Rebelião Tuaregue de 2012, tais como o golpe militar de março de 2012; a declaração de independência de Azawad; as divergências entre o MNLA e os grupos *jihadistas* armados e o seu avanço pelo território maliano.

A evolução deste contexto político-social no Mali, ao longo de 2012, contribuiu, através de duas formas, para a tomada de decisão e a implementação de políticas, tais como o pedido de intervenção militar externa por convite à França em 2013.

Primeiro, a evolução negativa dos acontecimentos internos neste país africano, ao longo de 2012, levou a que as elites políticas e militares malianas acreditassem que a solução para a crise passaria cada vez mais por uma intervenção militar externa. Deste modo, assume-se que o agravamento da crise influenciou as perceções destas elites sobre qual seria a melhor solução a tomar face aos problemas internos levando-as,

consequentemente, a optar por determinadas decisões de política externa. O contexto interno foi, então, utilizado como a principal justificação dada pelas elites políticas e militares do Mali para a realização de assistência militar externa por convite, sendo tal possível comprovar através da análise crítica de discurso.

Durante a 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2012, o Primeiro-ministro maliano, Modibo Diarra, descreveu, detalhadamente, ao longo do seu discurso, a crise que o seu país atravessava. Identificada pelas palavras de Diarra como “*sad situation*” e “*one of the most difficult periods in its history*” (UN General Assembly, 2012), a crise caracterizou-se pela ocupação da região norte por parte de grupos armados constituídos por terroristas fundamentalistas, traficantes de drogas e outro tipo de criminosos; pela violação dos Direitos Humanos; por um aumento no número de pessoas deslocadas a nível interno, assim como de refugiados nos países vizinhos e, por último, pela destruição de infraestruturas e locais de importância histórico-cultural nacionais (UN General Assembly, 2012). A propósito, Diarra afirmou que “*Mali is facing tremendous humanitarian needs in terms of housing, food, health, education and nutrition for refugees, displaced persons and wage earners. During his stay in the region, the United Nations High Commissioner for Refugees stated on 31 July 2012 that the crisis in Mali was “one of the most neglected humanitarian situations in the world”.*” (UN General Assembly, 2012, p. 24).

Neste sentido, Diarra assumiu que foi o agravamento desta crise interna que motivou, sobretudo, a ideia de um pedido de assistência militar com vista a solucioná-la. As seguintes expressões, no seu discurso, evidenciam-no: “*That sad situation led the interim President of the Republic of Mali to request, on 1 September, the Economic Community of West African States for assistance in recovering the occupied territories and fighting terrorism. Similar requests have been made (...) to the French Republic (...).*”; “*The presence today of terrorist groups of various nationalities on our soil and in the Sahel region (...) should mobilize the entire international community*” e “*we are calling for the adoption by the Security Council of a resolution authorizing, under Chapter VII of the Charter of the United Nations, intervention by an international military force so as to help the Malian army to retake and ensure the security of our national territory. The Government of Mali would like to see the immediate arrival of such a force to support the defence and security forces of Mali (...)*” (UN General Assembly, 2012, pp. 23-24).

Se a crise interna de 2012 se assumiu como a principal razão que fez desencadear o pedido de assistência militar externa, no ano seguinte, durante a 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente Ibrahim Boubacar Keïta sentiu necessidade de prestar palavras de agradecimento a diversos atores externos devido à ajuda disponibilizada. Destacam-se expressões como “ (...) *to express the gratitude of my people to the whole of the international community for the invaluable support it showed to my country, Mali (...)*”; “*This is also the right time and place to thank France and its President, François Hollande, for launching Operation Serval, a life-saving operation, that halted the advance of jihadists towards the south of Mali.*” e “(...) *to the European Union and all bilateral and multilateral partners, I would like to say that the people of Mali are grateful for the wonderful international mobilization to help our country, which enabled us to overcome the crisis (...)*” (UN General Assembly, 2013, pp. 7-8).

Segundo, a forma como as elites políticas e militares da democracia eleitoral de 2012 – neste caso, o Primeiro-ministro Diarra – apresentaram e enquadraram a frágil situação de segurança do Mali nos seus discursos, perante a 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas, influenciou as perceções do povo maliano sobre a crise e os problemas que afetavam o país. Tal é evidenciado, entre 2008-2012, mediante a análise dos inquéritos de opinião realizados pelo Afrobarómetro e pela Fundação Friedrich Ebert.

Em 2008, durante a 4ª Etapa de inquéritos à opinião do Afrobarómetro foram questionados quais os principais problemas que o país atravessava à época. Destacaram-se a fome e escassez de alimentos (36%); o fornecimento de água (10%); a pobreza e a agricultura (ambas com 13%). Note-se que categorias como crime e segurança (2%); instabilidade política e tensões étnicas (1%) e guerra civil (0%) ainda não eram vistos entre os principais problemas na perceção da opinião pública (Afrobarómetro, 2008, p. 28). Apesar disto, quando questionados sobre o desempenho do governo relativamente à redução do crime, os inquiridos mostraram-se divididos. Por um lado, 52% mostrou o seu descontentamento ao responder “*very badly*” (27%) e “*badly*” (25%). Por outro lado, 46% mostrou-se satisfeito ao responder “*fairly well*” (38%) e “*very well*” (8%) (Afrobarómetro, 2008, p. 31).

Entre 2012-2013, no decorrer da 5ª Etapa de inquéritos à opinião pública do Afrobarómetro<sup>53</sup> (2013, p. 10) questionou-se o número de vezes que os inquiridos ou membros da sua família não se sentiram em segurança nas respetivas zonas residenciais. A maioria (57%) assumiu nunca se ter sentido em segurança, constituindo-se como uma minoria (8%) aqueles que declararam terem estado sempre em segurança. Este sentimento de insegurança agravava-se nas áreas rurais, onde 61% dos seus inquiridos declararam nunca se terem sentido em segurança face aos 47% das áreas urbanas. Isto explica-se, sobretudo, pelo facto das áreas rurais da região norte do Mali terem sido as mais afetadas pela ameaça terrorista *jihadista* na sequência da crise iniciada em 2012.

Relativamente à crise interna de 2012, o inquérito de opinião nº 1 do “*Mali-Mètre*” (FES, 2012, p. 9) questionou quais as causas da crise político-institucional e securitária na opinião dos malianos inquiridos. As três principais causas indicadas foram a má gestão das rebeliões no norte do país (57,66%); a fraqueza dos partidos políticos no poder (41,56%) e, ainda, a falta de preparação das forças armadas locais (21,30%). Cerca de uma semana após a recolha de dados pela Fundação Friedrich Ebert, o Afrobarómetro (2013, p. 60) procedeu com uma questão idêntica, obtendo como respostas: 31% mencionou a falta de patriotismo dos líderes estatais; 17% a fraqueza do Estado e 11% os terroristas estrangeiros. O Afrobarómetro (2013, p. 63) questionou, ainda, os inquiridos sobre possíveis soluções para terminar com a crise político-securitária, iniciada em 2012. As três respostas mais citadas foram o diálogo entre o Estado e os grupos armados do Norte (29%); a guerra entre as Forças Armadas do Mali e os grupos armados do Norte (25%) e a guerra de apoio à CEDEAO (13%).

Desta forma, os dados da 5ª Etapa de Inquéritos à Opinião Pública evidenciam que houve uma mudança na perceção dos malianos em relação à questão de segurança no seu país desde 2008, aquando da realização da 4ª Etapa de Inquéritos à Opinião Pública do Afrobarómetro. Recorde-se que, para este efeito, em 2008, o crime e segurança apenas era o principal problema no país na perspetiva de 2% dos inquiridos.

Tendo em consideração esta evolução das perceções da população maliana sobre os acontecimentos nacionais, sustenta-se que a opinião pública se tenha tornado mais

---

<sup>53</sup> Para a realização destes inquéritos à opinião pública do Mali procedeu-se à recolha de dados entre 16 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2013. Recorreu-se, para tal, a uma amostra aleatória e representativa de 1200 cidadãos adultos com pelo menos 18 anos de idade. No entanto, por motivos de segurança, foram excluídas da amostra as três regiões do norte do Mali – Timbuktu, Kidal e Gao – as quais continham cerca de 10% da população total do país (Afrobarómetro, 2013).

ativa e consciente sobre os problemas locais. O enquadramento proporcionado pelas estruturas discursivas das elites malianas na Assembleia Geral das Nações Unidas poderá, em certa medida, ter contribuído para a criação destas perceções internas, relativas à crise nacional, junto da opinião pública. Este argumento pode ser explicado com base na análise dos níveis de confiança e aprovação da população maliana sobre o Presidente da República e o governo nacional aquando do discurso na ONU.

No inquérito de opinião nº 1 do “*Mali-Mètre*” (FES, 2012, p. 10), a maioria da população inquirida assumiu ter confiança no Presidente interino (53,5%), dos quais: 17,92% a caracterizavam como “*juste confiance*”; 20,26% como “*modérément confiance*” e 15,32% como “*très confiance*”. Por oposição, 41,56% afirmou não confiar nesta figura. Além disto, a maior parte dos inquiridos (81,3%) assumiu, também, ter confiança em relação ao Governo da União Nacional (81,3%): 31,43% consideravam-na como “*juste confiance*”; 21,04% como “*modérément confiance*” e 28,83% como “*très confiance*”. Apenas 14,81% disse não ter confiança (FES, 2012, p.11).

Na 5ª Etapa de inquéritos à opinião pública do Afrobarómetro as opiniões dos inquiridos seguiram a mesma tendência que a dos inquéritos anteriores no que respeita o nível de confiança que assumiam ter na figura do Presidente da República. De modo geral, 67% dos indivíduos mostrou ter algum nível de confiança: 26% declarou ter “*très confiance*”; 18% “*partiellement confiance*” e 23% “*juste un peu confiance*”. Apenas 29% declarou “*pas du tout confiance*” (Afrobarómetro, 2013, p. 37).

Neste sentido, como os níveis de confiança e aprovação em relação ao Presidente da República e ao governo nacional eram, de modo geral, positivos, a população maliana estava, portanto, mais recetiva aos discursos proferidos pelas elites nacionais perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, pelo que se tornou mais consciente sobre as questões relacionadas com a crise interna, identificadas nesses mesmos atos discursivos. Por esta razão, de acordo com Van Dijk (2015), considera-se que os atos discursivos foram um dos meios pelas quais as elites tentaram controlar e influenciar as perceções do público-alvo da sua mensagem. Desta forma, o peso da opinião pública maliana terá sido um aspeto que as elites tiveram em consideração na hora de pedir assistência militar externa à antiga potência colonial, em janeiro de 2013.

De modo a sintetizar a presente secção, tendo em conta o Modelo II do Realismo Neoclássico, sublinha-se que a variável interna do contexto político-social maliano de

2012 influenciou os processos intervenientes de tomada de decisão e implementação de políticas do governo, contribuindo, assim, para a explicação da escolha de política externa do Mali de 2013. Tal aconteceu, primeiro, porque o agravamento da crise interna levou as elites políticas e militares malianas a crer que a solução passaria por uma eventual intervenção militar externa, abrindo caminho para que tomassem tal decisão; segundo, a forma como as elites políticas e militares apresentaram e enquadraram a crise interna nas suas estruturas discursivas pode ter influenciado as perceções da população no que respeita os principais problemas do país, na medida em que os níveis de confiança dos últimos em relação aos primeiros os tornaram mais recetivos aos seus discursos na ONU. Neste sentido, munidas pelo crescente peso da opinião pública interna, as elites decidiram levar a cabo um pedido de intervenção militar externa por convite à França, em 2013.

### ***Síntese Conclusiva***

Apesar da amplitude geral da pergunta de partida e suas derivadas que conduzem a investigação, este capítulo concentrou-se apenas na análise do pedido maliano de intervenção militar externa por convite à França, em 2013. Por esta razão, houve necessidade de estreitar, nesta síntese conclusiva, a questão de partida e suas derivadas, bem como as respetivas hipóteses de trabalho ao período histórico e ator externo alvo de análise neste capítulo.

No presente capítulo procurou-se responder à pergunta de partida desta dissertação “De que forma se explicam as opções de política externa do Mali no que concerne ao pedido de intervenção militar externa por convite de 2013?”. Tendo por base o Modelo II do Realismo Neoclássico (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016), evidenciou-se que os estímulos sistémicos e as variáveis políticas internas afetaram os processos intervenientes de perceção, tomada de decisão e implementação de políticas, permitindo explicar esta opção de política externa do Mali, em 2013.

Recordando as questões derivadas elencadas na Problematização e que conduzem a presente investigação, face à primeira, “De que forma estímulos políticos sistémicos como a presença da França na África Subsariana e no Mali desde o período pós-independência influenciaram a opção de política externa maliana de 2013?”, considera-se a validação da H1. Estímulos sistémicos como a presença histórica de Paris

na região da África Subsariana e no Mali desde o período da descolonização, marcada pelo seu papel de ator *protetor* e até “*gendarme*”, permitiram a criação de um conjunto de percepções positivas locais que contribuíram para a decisão de pedir auxílio externo à França, em janeiro de 2013. Não se adianta a validação da H2, não só pela inexistência contemporânea de comparação com a intervenção russa, mas em larga medida, porque se considera que o pedido de intervenção externa francesa é melhor explicado pela pressão sistémica do legado histórico e relacionamento bilateral com Paris.

Quanto à segunda questão derivada enunciada na Problematização “De que modo fatores políticos internos influenciaram a opção de política externa do Mali de 2013?” considera-se validada a H3, porque o modo como as elites políticas e militares do regime da democracia eleitoral (2012) enquadraram, racionalizaram e apresentaram nos seus discursos, a nível internacional e interno, a realização do pedido de intervenção em 2013, influenciou a variável interna das percepções em relação à antiga potência colonial, explicando, assim, o seu pedido de intervenção militar externa por convite de 2013. Isto deve-se ao facto de as elites terem sido bem-sucedidas na tentativa de convencer o público interno das vantagens relacionadas com a eventualidade de uma intervenção externa em território maliano. Por último, considera-se, também, a validação da H4 pela ligação possível de estabelecer entre o agravamento da crise interna ter influenciado as percepções das elites sobre a necessidade de encontrar uma solução para esta questão, decidindo pela intervenção externa e influenciado, de igual forma, as percepções da opinião pública local.

No próximo capítulo analisa-se o pedido de intervenção militar externa por convite dirigido à Rússia, mediante atuação do Grupo Wagner, em 2021, recorrendo, da mesma forma, ao Modelo II do Realismo Neoclássico.

### **CAPÍTULO III – O PEDIDO DE INTERVENÇÃO MILITAR EXTERNA POR CONVITE À RÚSSIA (2021)**

O objetivo geral deste capítulo consiste em explicar o pedido maliano de intervenção militar externa por convite de 2021 para compreender as principais opções de política externa deste Estado africano entre 2012-2021, tendo em consideração o modelo teórico do Realismo Neoclássico II e privilegiando a análise dos discursos emitidos pelas elites políticas pertencentes à autocracia fechada de 2021.

Este capítulo divide-se em quatro secções. A primeira dedica-se aos resultados da Operação Barkhane, sendo, para tal, analisada a evolução da presença militar francesa na região e no país ao longo da década de 2010, bem como as perceções malianas relativas a este ator externo no final da década. São, também, tidos em consideração os fatores que explicam estas perceções, relacionados de maneira geral com o legado histórico e as ações de política externa da França e da Rússia na região e no país. Por este motivo, alguns destes fatores aqui identificados explicam, de igual modo, as perceções face a Moscovo.

Tal como no segundo capítulo, as restantes três secções seguem a estrutura delineada pelo Realismo Neoclássico de Tipo II mediante a incorporação de um conjunto de variáveis sistémicas e internas destinadas a explicar as diferentes escolhas de política externa dos Estados, em particular o pedido de intervenção militar externa por convite dirigido à Rússia, em 2021 (Rose, 1998; Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016).

Deste modo, por um lado, a segunda secção examina uma variável externa. Analisa-se a evolução do legado histórico e da política externa da URSS/Rússia na África Subsariana e no Mali desde o período da Guerra Fria, fatores que contribuíram para a criação de determinadas perceções entre as elites político-militares e a população maliana em relação a este ator externo. Por outro lado, as últimas duas secções focam-se em variáveis internas: na terceira secção identificam-se estas perceções, tendo em conta, outro fator não abordado até ao momento (a forma como as elites enquadraram, racionalizaram e apresentaram, nos planos internacional e interno, a necessidade de encontrar um novo parceiro de segurança); já na quarta secção caracteriza-se o contexto político-social maliano na transição entre as décadas de 2010-2020, assim como as

percepções das elites político-militares e da população maliana sobre a evolução da crise interna e dos principais problemas que atravessam o país.

### 3.1. Os Resultados da Operação Barkhane

Ao longo da década de 2010, François Hollande lançou várias operações militares no continente africano, entre as quais se destacam a Operação Serval e a Operação Barkhane (Marchal, 2021).

Iniciada em janeiro de 2013, a Operação Serval transformou-se numa operação de contraterrorismo a nível regional – denominada de Operação Barkhane. Anunciada a 1 de agosto de 2014, esta intervenção tinha uma escala territorial maior que a antecessora, já que envolvia cinco países sahelianos: Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger (Akrimi, 2023). Sediada na capital chadiana, N’Djamena, tinha como objetivos principais: a manutenção da estabilidade e do controlo da região; a erradicação da ameaça *jihadista*, mediante a destruição de esconderijos e refúgios dos grupos armados na região e do desmantelamento das suas armas com o apoio das forças regionais. Com estes objetivos em mente, ao longo da década de 2010, Paris foi estabelecendo mais bases militares no Sahel com a autorização dos respetivos Chefes de Estado da região (Ahsan, 2023).

Além destas duas intervenções, em 2020, estabeleceu-se, ainda, a *Task Force Takuba* – em apoio à Barkhane – e refira-se que a França colaborou com outros países da UE ao abrigo da MINUSMA das Nações Unidas (Parens, 2022) e da EUTM Mali. Desta forma, em 2020, o Sahel passou a ser “casa” para cerca de oito mil soldados, considerado o maior destacamento de forças militares europeias no estrangeiro (Jourdain e Tûma, 2022; Tûma, 2022).

Apesar disto, após os sucessos iniciais da Operação Serval, a França começou a ter algumas dificuldades. Paris enfrentou um declínio da sua tradicional influência no Sahel: “*As Operation Barkhane carried on, there was a risk of destabilising the region further from widespread instability and violence.*” (Ahsan, 2023). Isto explica-se, sobretudo, pelo facto desta região ter continuado a verificar a existência de problemas relacionados com corrupção, nepotismo, declínio democrático, frágil governação ou subdesenvolvimento, além das ameaças securitárias como a emergência de grupos extremistas violentos.

Este declínio da influência francesa culminaria com os golpes militares de agosto de 2020 e maio de 2021 que afetaram a presença da França no país (Pokalova, 2023). A rejeição das exigências a nível internacional, pela Junta Militar, relativas ao cumprimento dos prazos de transição política (Tûma, 2022), agravou rapidamente a relação entre o Mali e os seus aliados ocidentais, em particular a França: “*After a May 2021 military revolt (...), Bamako’s relations with its neighbors, Paris, and other international partners gradually soured.*” (Jourdain e Tûma, 2022). Assim, a Junta Militar do Mali pressionou o término das operações francesas em solo maliano (Jourdain e Tûma, 2022).

Por estes motivos e, tendo em consideração, os elevados custos económicos e político-diplomáticos da Operação Barkhane, em junho de 2021, Macron anunciou uma alteração na política externa da França para o Sahel ao proceder à progressiva redução da presença militar francesa na região, dentro do prazo de um ano (Akrimi, 2023; Pokalova, 2023). Para Jourdain e Tûma (2022), o fim das atividades levadas a cabo pela Operação Barkhane e pela *Task Force Takuba*, assim como as incertezas quanto ao futuro da EUTM Mali<sup>54</sup> e ao envolvimento europeu na MINUSMA da ONU revelam a perda de influência europeia e, sobretudo, francesa nesta região.

A par desta perda de influência, as perceções da população maliana em relação à antiga potência colonial também se alteraram neste período. A este respeito, recorde-se que o Anexo E – Figura E1 evidencia, de forma geral, uma tendência decrescente nas atitudes positivas do Mali em relação à França na última década. Em fevereiro de 2013, cerca de 95% das atitudes malianas eram favoráveis a Paris, ao passo que em março de 2021 apenas cerca de 35% das mesmas atitudes se mostravam como favoráveis. Esta constatação leva Foster (2022, p. 23) a afirmar que “*Malian perception of France’s foreign intervention took a sharp turn from an initial euphoric heralding as a ‘hero’ and ‘messiah’ after Operation Serval’s failure to return the town of Kidal in 2013 to the Forces Armées Maliennes*” e “*report France’s actions in Kidal negatively consistently, using terms such as ‘plot’, and depicting France as the ‘culprit’*”.

---

<sup>54</sup> A propósito disto, por exemplo, o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, anunciou a suspensão das missões de treinamento militar desenvolvidas pela EUTM Mali, considerando a falta de garantias explícitas pelas autoridades governamentais malianas de que os militares treinados pela UE não estariam envolvidos com a Wagner (Jourdain e Tûma, 2022).

Dando conta desta alteração na natureza das percepções da população maliana face à França, na 7ª Etapa de inquéritos à opinião pública do Afrobarómetro<sup>55</sup> (2018, p. 67) os malianos já se mostravam mais divididos quanto ao papel de Paris no país. À questão que procurava saber a opinião dos malianos sobre a utilidade da Operação Barkhane na recuperação da integridade territorial e da unidade nacional do seu país, 31% dos inquiridos consideraram que a intervenção não mostrou “*aucune utilité*”; 13% assumiu ser “*just un peu utile*”; 20% declarou ser “*quelque peu utile*” e 35% defendeu que era “*beaucoup utile*” (Afrobarómetro, 2018, p. 67).

Na 8ª Etapa de inquéritos à opinião pública do Afrobarómetro<sup>56</sup> (2021, p. 22) apenas 16,1% dos malianos consideraram a França como o melhor modelo de desenvolvimento futuro do seu país. Houve, portanto, uma diminuição significativa em relação aos 33% que, em 2014, detinham essa opinião (Afrobarómetro, 2016, p. 59). Para além disto, 57,8% dos malianos assumiram a influência económica e política da França sob o Mali como negativa, dos quais 41,7% consideraram ser “*très négative*” e 16,1% “*quelque peu négative*”. Por oposição, 33,6% declararam ter uma opinião positiva em relação à influência francesa no país, sendo que 16,9% considerava “*quelque peu positive*” e 16,7% “*très positive*” (Afrobarómetro, 2021, p. 23). Por último, 62,5% consideraram “*un problème majeur*” a presença de forças armadas em território maliano (Afrobarómetro, 2021, p. 77).

Da mesma forma, o “*Mali-Mètre XII*”<sup>57</sup> evidenciou uma mudança nas percepções dos malianos em relação à França, em comparação com as identificadas no capítulo anterior. Ao avaliar o nível de satisfação dos malianos em relação ao trabalho desenvolvido pela Operação Barkhane<sup>58</sup>, por um lado, 45% dos inquiridos mostraram-se insatisfeitos com esta intervenção militar, dos quais 30% assumiram estar “*très*

---

<sup>55</sup> Estes inquéritos à opinião pública do Mali realizaram-se a partir da recolha de dados entre 8 e 24 de fevereiro de 2017 em nove regiões administrativas, as quais: Bamako, Gao, Kayes, Kidal, Koulikoro, Mopti, Ségou, Sikasso e Timbuktu. Recorreu-se, para tal, a uma amostra aleatória e representativa de 1200 cidadãos adultos com idades iguais ou superiores a 18 anos (Afrobarómetro, 2018).

<sup>56</sup> Para realizar estes inquéritos à opinião pública do Mali procedeu-se à recolha de dados entre 16 de março e 3 de abril de 2020 em oito regiões administrativas, as quais: Bamako, Gao, Kayes, Koulikoro, Mopti, Ségou, Sikasso e Timbuktu. Recorreu-se, para tal, a uma amostra aleatória e representativa de 1200 cidadãos adultos com pelo menos 18 anos de idade (Afrobarómetro, 2021).

<sup>57</sup> Para a realização deste inquéritos, os dados foram recolhidos a partir de uma amostra de 2258 indivíduos com 18 ou mais anos, entre 8 e 26 de março de 2021, no distrito de Bamako e em todas as outras capitais regionais do Mali (FES, 2021).

<sup>58</sup> No “*Mali-Mètre XI*” o nível de insatisfação dos inquiridos em relação ao trabalho da Barkhane chegou mesmo a alcançar os 66% (FES, 2021, p. 55).

*insatisfait*” e 15% *“plutôt insatisfait”*. Por outro lado, 34% declarou estar satisfeito com o trabalho desta operação, sendo que 29% revelou estar *“plutôt satisfait”* e apenas 5% *“très satisfait”* (FES, 2021, p. 54).

Procurou-se, ainda, neste inquérito de opinião, saber qual o ator externo em que os inquiridos tinham mais confiança para a estabilização do país. Entre os atores apresentados – MINUSMA, Barkhane e G5 Sahel – a operação francesa foi a que obteve uma menor percentagem de confiança (9%), apesar de 29% ter assumido não ter qualquer confiança em nenhum destes atores externos (FES, 2021, p. 58).

No entanto, estas perceções negativas sobre a França não surgem apenas entre população maliana, já que também se encontram nos discursos das elites políticas e militares malianas.

No discurso da 76ª Assembleia Geral da ONU, em 2021, o Primeiro-ministro Choguel Maïga acusou a França de ter abandonado o seu país *“the French Operation Barkhane suddenly initiated its withdrawal”*, *“The unilateral announcement of Barkhane’s withdrawal”* e *“The new situation created by the end of Operation Barkhane has presented Mali with a fait accompli and effectively abandoned it in mid-stream”* (UN General Assembly, 2021, p. 4). Em resposta, Macron assumiu estar *“shocked”* com a acusação e condenou o estabelecimento de um novo governo militar no país, alegando a sua falta de legitimidade democrática dada a realização de dois golpes num curto período temporal (Rono, 2021).

Em 2022, durante a 77ª Assembleia Geral da ONU, o discurso de Abdoulaye Maïga ficou marcado por um conjunto de mais acusações dirigidas a Paris, entre as quais a de traição, pelo facto da França ter abandonado o país *“qu’après avoir été abandonné en plein vol, le 10 juin 2021, par la France qui a décidé unilatéralement de retirer la force Barkhane du Mali, mon pays a été ensuite poignardé dans le dos par les autorités françaises.”*; a de apoio do governo francês às sanções internacionais dirigidas ao seu país na sequência dos golpes militares *“obscurantisme de la junte française nostalgique de pratique néocoloniale, condescendante, paternaliste et revancharde, qui a commandité et prémédité des sanctions inédites, illégales, illégitimes et inhumaines”*; e a de promoção de rivalidades étnicas *“obscurantisme de la junte française qui s’est rendue coupable d’instrumentalisation des différends ethniques”* e violação do espaço

aéreo maliano “*en apportant des renseignements, des armes et munitions aux groupes terroristes.*” (UN General Assembly, 2022, pp. 9-10).

Em conclusão, podem elencar-se cinco fatores que contribuíram para a deterioração das perceções da população maliana e das elites político-militares relativas a Paris, no decorrer da última década.

Primeiro, a instrumentalização russa, conseguida pela popularidade de meios de comunicação afetos ao *Kremlin*, das divergências existentes entre a Junta Militar do Mali e a França e respetivos aliados ocidentais (Tũma, 2022), através de campanhas de desinformação e retórica antiocidental na região que alimentaram o ressentimento da população maliana contra a antiga potência colonial (Russell e Pichon, 2019; Jourdain e Tũma, 2022). Fridman, Baudais e Gigitashvili (2023) identificam um conjunto de páginas de *Facebook*, administradas no Mali, como um destes veículos de desinformação russa já que visavam promover a imagem da Rússia enquanto alternativa preferencial ao Ocidente. Desta forma, não só Moscovo estabelece uma narrativa crítica do passado colonial e das políticas atuais dos países ocidentais (Foster, 2022), como representa a Federação Russa e o Grupo Wagner enquanto apoiantes da soberania dos países africanos (Lanfranchi e Bruijne, 2022; Jacobsen e Larsen, 2024).

Segundo, a incapacidade dos militares franceses em combater a ameaça *jihadista* no país. O Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a África Ocidental, perante o CSNU, declarou que os ataques terroristas aumentaram cinco vezes em países como o Burkina Faso, o Mali e o Níger, desde 2016 (Ahsan, 2023).

Embora a intervenção francesa devesse ter alterado a situação securitária no Sahel – por exemplo, diminuindo o número de grupos armados – acabou por ter o efeito contrário (Rono, 2021) e o cenário de segurança na região deteriorou-se progressivamente, verificando-se um aumento da violência – com mais mortos e deslocados na região – além dos conflitos étnicos e instabilidade política. Para além disto, os grupos *jihadistas* passaram a organizar-se de forma mais coesa e eficiente no final da década de 2010 na região norte do Mali (Idrissa, 2021). Deste modo, a intervenção francesa apenas prejudicou a sua credibilidade e reputação entre os Estados Sahelianos (Ahsan, 2023).

Terceiro, a avaliação distinta das ameaças nacionais por parte do Mali e dos seus parceiros ocidentais, sobretudo, a França. Para Bamako, a principal ameaça à segurança

da nação eram os separatistas tuaregues do MNLA, dado o histórico de rebeliões separatistas no norte. Na visão de Paris, os grupos *ihadistas* armados constituíam-se a principal ameaça securitária. Por este motivo, o discurso “*loyalist*” no Mali condena o facto da França tratar os tuaregues como um aliado legítimo de negociação e não como uma ameaça. No entanto, para a França, o conflito entre os separatistas tuaregues e o governo maliano correspondia a um assunto interno deste Estado, pelo que tentaria permanecer imparcial ao mesmo, causando contradições entre as ações e os objetivos propalados na sua retórica (Whitehouse, 2018; Ahsan, 2023).

Quarto, a rejeição da política local e do legado colonial de Paris no país e na região, visível nas manifestações e protestos populares malianos após a condenação francesa do golpe militar de 2021, entendidas como sinal da permanente interferência francesa na vida político-militar local, e fazendo com que os malianos “*call the presence of French soldiers an occupation, and demand their speedy exit. Many are happy for the Russians to replace them.*” (Rono, 2021). Akrimi (2023) confirma esta mesma contestação generalizada à presença e políticas francesas no continente africano, com passado de interação ou domínio gaulês.

Por último, atente-se nos níveis de satisfação com a gestão da transição e as figuras associadas a este processo. No inquérito de opinião do “*Mali-Mètre*” XII (FES, 2021, p. 25), 65% dos malianos assumiram estar satisfeitos com a gestão da transição, ao passo que 30% se mostraram insatisfeitos. Entre os principais órgãos de transição, 34% dos malianos afirmaram ter maior confiança no Presidente de transição; e 16% dividiam as suas opções entre o Vice-Presidente, o governo e o Conselho Nacional de Transição. Apesar disto, 23% consideraram ter o mesmo nível de confiança em qualquer uma destas figuras, sendo que 18% assumiu não ter confiança em nenhum (FES, 2021, p. 28).

As elites que mereciam a confiança das populações souberam assim utilizar o palco das Nações Unidas para investir contra a presença e o legado francês, já de si fragilizado por resultados operacionais inconsequentes e uma estratégia construída com lapsos. A título de exemplo, as elites malianas referiam-se a Paris como “*une junte au service de l’obscurantisme*” (UN General Assembly, 2022, p. 9), influenciando, neste sentido, de forma negativa as perceções da população local em relação à antiga potência colonial.

### 3.2. O Legado Histórico e a Política Externa da URSS/Rússia

O pedido de intervenção militar externa realizado pelas autoridades malianas ao Grupo Wagner, no final de 2021, ocorreu tendo em consideração um contexto interno e regional específico.

Primeiro, a reorganização dos grupos *jihadistas*, localizados na região norte, em órgãos com maior capacidade de coesão no final da década de 2010 (Idrissa, 2021). Isto foi facilitado, sobretudo, pela fraca presença das instituições estatais nas zonas fronteiriças (Dieng, 2021), levando, por exemplo, a região de Liptako-Gourma<sup>59</sup> a constituir-se como o epicentro da violência *jihadista* (Center for Preventive Action, 2024). Algumas das ações destes grupos ficaram pautadas pela realização de ataques e raptos a alvos civis e militares, bem como ataques a propriedades públicas e privadas. Neste sentido, 2021 registou o maior número de ataques terroristas e mortes por terrorismo<sup>60</sup> no Mali desde 2011, um aumento de 56% e 46%, respetivamente, face a 2020 (IEP, 2022). Além dos atos violentos, o crime organizado intensificou-se, com destaque para o tráfico de drogas, de armas e de pessoas (Dieng, 2021).

Segundo, a realização de dois golpes militares no Mali entre 2020 e 2021. O golpe militar de 18 de agosto de 2020 levou à destituição do governo do Presidente Ibrahim Boubacar Keïta e do Primeiro-ministro Boubou Cissé e, conseqüentemente, nomeou-se um governo de transição liderado pelo Presidente Bah Ndaw e pelo Vice-Presidente Assimi Goïta. Após o golpe, seguiram-se sanções internacionais, nomeadamente a suspensão do Mali na UA e na CEDEAO e o facto dos EUA terem deixado de enviar ajuda para o país. Menos de um ano após este golpe, um novo golpe militar a 25 de maio de 2021 derrubou o governo de transição civil no poder desde agosto de 2020. No seguimento deste golpe, Goïta passou a assumir o cargo de Presidente interino do Mali (Foster, 2022; Henningsen, 2022; Ahsan, 2023).

Terceiro, a declaração de Macron, em junho de 2021, que revelava a alteração da presença militar francesa no Sahel. Anunciou a retirada da Operação Barkhane no prazo de um ano e a conseqüente diminuição do número de soldados franceses destacados na

---

<sup>59</sup> A região de Liptako-Gourma é constituída pelas três fronteiras conjuntas entre o Mali, o Burkina Faso e o Níger (Center for Preventive Action, 2024).

<sup>60</sup> A este respeito, em 2021, ocorreram 340 incidentes terroristas e foram registadas 604 mortes por terrorismo no Mali (IEP, 2022).

região, como forma de reduzir os custos económicos e político-diplomáticos exigidos por esta intervenção externa (Akrimi, 2023; Pokalova, 2023).

Por último, a necessidade de sobrevivência política – internacional e interna – da Junta Militar do Mali. A saída gradual das tropas francesas do Sahel deixou o governo do Mali com maior disponibilidade para procurar um novo parceiro de segurança que o ajudasse a resolver a crise interna *jihadista* (Adeoye, 2021) e a manter a sua existência política.

Sob este contexto particular, verificou-se algum mediatismo dando conta do aumento da cooperação militar entre o *Kremlin* e o Mali (Lanfranchi e Bruijne, 2022). Em setembro de 2021, os meios de comunicação social mencionavam a possibilidade do governo maliano e o Grupo Wagner terem negociado um acordo referente à entrada de soldados russos em território maliano para não só treinar as forças armadas locais, como também proteger altos funcionários do Estado (Thompson, Doxsse e Bermudez Jr., 2022; Ferreira, Kostiuik e Rodrigues, 2023).

Neste sentido, a viragem do Mali para esta empresa militar privada não se destinava apenas a abordar questões de segurança, mas sobretudo a reforçar a sua posição política interna. O ressurgimento das relações com a Rússia permitiria, assim, às autoridades de Bamako adquirir apoio numa das suas principais preocupações internacionais – a sua sobrevivência política (Lanfranchi e Bruijne, 2022). Por esta razão, a presença da Wagner no país serviria, desta forma, para “*coup-proof the regime*”, em troca de concessões financeiras e minerais (Thompson, Doxsse e Bermudez Jr., 2022).

Embora ambas as partes tenham, inicialmente, negado o estabelecimento deste acordo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergei Lavrov, recebeu, em Moscovo, o seu homólogo maliano, Abdoulaye Diop, aquando da existência desses mesmos rumores (Adeoye, 2021) e acabou por reconhecer a presença da Wagner no Mali, afirmando que a mesma se baseava no convite estabelecido pelo governo maliano à Rússia para combater o terrorismo no país, ainda que negando qualquer ligação direta com o Estado russo (Pokalova, 2023).

A Wagner chegaria ao Mali em dezembro de 2021, envolvida em “*great secrecy*” (Pokalova, 2023, p. 15), sob forte condenação dos principais parceiros internacionais de Bamako, entre os quais alguns países europeus e os EUA (Thompson,

Doxsse e Bermudez Jr., 2022). Desde a sua chegada, o grupo tem estado nas áreas em que as forças militares europeias – sobretudo, francesas – se retiraram ou têm estado ausentes (Jourdain e Tũma, 2022).

### *3.2.1. Na África Subsariana*

À semelhança da França – como evidenciado no capítulo anterior – a Rússia tem sido um dos atores externos cuja presença mais se destaca na África Subsariana. No entanto, o seu envolvimento tem as suas raízes no legado histórico da URSS com o continente africano ao longo da segunda metade do século XX.

Durante a Guerra Fria, a URSS apoiou diversos movimentos independentistas na África Subsariana e, posteriormente, os Estados que daí surgiram, de diversas formas, passando por assistência económica, cooperação militar e defesa e atribuição de bolsas de estudo<sup>61</sup>, em estratégias que visavam desequilibrar a balança de poderes a seu favor, e capitalizar ganhos institucionais, ideológicos e materiais nos novos Estados soberanos (Lanfranchi e Bruijne, 2022).

Em 1991, a dissolução da URSS obrigou a recém-formada Federação Russa a colocar um ponto final em algumas das ambições globais de outrora (Russell e Pichon, 2019; Adeoye, 2021). Como os problemas internos e a falta de recursos económicos a impossibilitavam de continuar a perseguir os seus objetivos, as elites políticas russas tiveram de reorientar a sua política externa para as áreas adjacentes ao seu território, (Russell e Pichon, 2019; Lanfranchi e Bruijne, 2022). Como consequência, verificou-se uma diminuição da sua interferência e influência em África.

Com o início do século XXI, a política externa de Putin tem tentado reafirmar a Rússia como ator global. A deterioração das relações com o mundo ocidental – sobretudo, após as sanções impostas na sequência da anexação da Crimeia (2014) – obrigou Moscovo a revitalizar antigas alianças da era soviética, em particular no continente africano (Pokalova, 2023). Houve, portanto, uma renovação do interesse de Moscovo em África, que regressou à agenda de política externa da Rússia (Adeoye, 2021).

---

<sup>61</sup> De acordo com Lanfranchi e Bruijne (2022), no período da Guerra Fria, o número de estudantes africanos que estudaram na URSS ao abrigo destas bolsas de estudo ultrapassou os 50 mil. Russell e Pichon (2019) referem mesmo que cerca de 200 mil africanos estudaram em politécnicos, universidades e academias militares soviéticas.

A presença renovada da Rússia na região caracterizou-se pelo envolvimento do próprio governo e de conglomerados apoiados pelo Estado – em especial, nos setores da energia e extrativo. Além disto, verifica-se, de igual modo, a implantação de empresas militares privadas, cujos proprietários possuem ligações com o *Kremlin*. Apesar de trabalharem dentro de uma ampla estrutura definida pelos interesses estatais russos, estas empresas também têm os seus próprios interesses privados (Lanfranchi e Bruijne, 2022). O exemplo mais conhecido é o Grupo Wagner<sup>62</sup>, cujo líder Yevgeny Prigozhin era próximo de Putin (Russell e Pichon, 2019).

Estas empresas têm vindo a prestar serviços de segurança nos países em que operam, em troca de recursos minerais e apoio diplomático. Entre estes serviços contam-se assistência militar; treino de forças de segurança; proteção de oficiais de elevado escalão e de infraestruturas de energia e mineração e realização de campanhas de desinformação (Lanfranchi e Bruijne, 2022; Rampe, 2023).

De forma resumida, nos últimos anos, o crescimento das relações da Rússia com a África Subsariana caracterizou-se em três aspetos (Lanfranchi e Bruijne, 2022):

- 1) Cooperação Político-Diplomática com estreitamento das relações diplomáticas e maior número de visitas de lideranças estatais. Destaca-se, a título de exemplos, a realização da primeira Cimeira Rússia-África, em 2019, que contou com a presença de representantes de quarenta e três países africanos, e o recurso ao veto russo no CSNU para proteger os seus aliados africanos de sanções e condenações internacionais relacionadas com os Direitos Humanos. Apesar disto, refira-se que o número total de missões diplomáticas russas em África ainda é diminuto em comparação com a dos EUA, China e alguns Estados-membros da UE (Russell e Pichon, 2019).
- 2) Cooperação Económica. Entre 2010-2019, o comércio da Rússia com os Estados africanos alcançou 2,8 mil milhões de dólares por ano, apesar da UE, China e EUA ainda serem os maiores parceiros comerciais desta região. De facto, as importações e exportações russas com África ainda são relativamente marginais quando comparadas com as destes atores externos presentes na região. Saliente-se que a indústria do armamento é a principal exportação de

---

<sup>62</sup> Entre outros exemplos mencionam-se o Grupo Patriot e o *Sewa Security Services* (Lanfranchi e Bruijne, 2022).

Moscovo para África, enquanto que os produtos agrícolas são a maior exportação africana para a Rússia (Russell e Pichon, 2019).

- 3) Cooperação Militar. Embora a presença militar russa no continente seja bastante reduzida em comparação com os EUA e a França<sup>63</sup>, foram realizados vários esforços para reverter esta situação. Entre 2015 e 2019, Moscovo assinou acordos bilaterais de âmbito militar com vinte países africanos que tratavam de assuntos como a venda de armamento; acesso a portos marítimos e bases aéreas em solo africano; treino das forças de segurança africanas e presença de conselheiros militares russos. Salienta-se um aumento de 28% nas exportações de armamento russo para o continente africano entre 2012-2021, o que torna a Rússia a maior fornecedora de armas a África. A Rússia tem, também, contribuído com a presença de forças militares nas operações de *peacekeeping* da ONU em África (Russell e Pichon, 2019).

Normalmente, a recente presença de Moscovo nesta região tende a intensificar-se quando há uma deterioração dos laços entre os governos africanos e os seus parceiros ocidentais (Lanfranchi e Bruijne, 2022), sendo a presença da Wagner mais notória em países que têm uma relação mais problemática com o Ocidente, como a República Centro-Africana, Mali ou Sudão (Rampe, 2023).

Quanto aos motivos, Moscovo tem procurado intensificar as suas relações com vários países africanos, na última década, por quatro razões de natureza distinta:

- 1) Políticas. Dadas as características clientelistas do sistema política russo, criar oportunidades económicas no exterior que beneficiem, sobretudo, os empresários russos mais afetados pelas sanções económicas ocidentais pode ser uma forma de os manter leais às elites políticas do *Kremlin*, além do retorno financeiro que permitirá encher os cofres do Estado (Lanfranchi e Bruijne, 2022).
- 2) Económicas. Na sequência das rivalidades geopolíticas existentes com o Ocidente foram impostas sanções económicas contra a Rússia, cortando o acesso de várias das suas empresas aos principais mercados ocidentais. Deste

---

<sup>63</sup> Ao contrário destes atores externos, a Rússia não detinha nenhuma base militar na região (Lanfranchi e Bruijne, 2022). Apesar disto, refira-se, a título complementar, que Le Cam *et al.* (2024) noticiaram no jornal *Le Monde* o estabelecimento da primeira base militar russa no continente africano – localizada no Burkina Faso – em 2024.

modo, África passou a ser vista como um mercado de elevado potencial económico, devido à sua vastidão e abundância de recursos naturais, levando as empresas mais afetadas pelas sanções a transferir as suas atividades para esta região (Lanfranchi e Bruijne, 2022).

- 3) Diplomáticas. Devido ao crescente isolacionismo, salienta-se a necessidade da Rússia em encontrar novos aliados para reforçar a sua posição em organizações de âmbito multilateral, tais como as Nações Unidas (Lanfranchi e Bruijne, 2022).
- 4) Geopolíticas. A tentativa russa de ganhar novos aliados no continente africano através do enfraquecimento das suas alianças com os ocidentais, tendo em consideração a insatisfação e o ressentimento das elites africanas face ao Ocidente (Lanfranchi e Bruijne, 2022).

### *3.2.2. No Mali*

Na sequência da independência do Mali, em 1960, estabeleceram-se as primeiras relações bilaterais com a URSS a nível militar, económico, técnico e académico que perdurariam durante a Guerra Fria, com a nova nação sempre dependente dos recursos militares soviéticos (Lanfranchi e Bruijne, 2022).

Na década de 1990, a cooperação entre Moscovo e Bamako sofreu algumas alterações no âmbito da nova política externa fruto da queda da URSS (Lanfranchi e Bruijne, 2022). Apesar disto, em 1994, assinou-se um acordo de cooperação na área de defesa entre a Rússia e o Mali, revisto em 2019, com incidência na cooperação política e militar na área do contraterrorismo, tendo para efeito o Mali recebido equipamento militar ao abrigo deste acordo bilateral (Pokalova, 2023).

Na década de 2010, à semelhança do período soviético, a Rússia e o Mali voltaram a fortalecer as suas relações bilaterais. Destacam-se o aumento dos intercâmbios diplomáticos e a realização de acordos de cooperação militar entre ambos os países. A nível económico, refira-se o envolvimento de diversas empresas estatais russas como a Gazprom, Rosneft, Rosatom, Rusal e Severstal e o facto do Mali se

constituir como um dos países africanos com maior percentagem de importações de armas russas no período entre 2012-2021<sup>64</sup> (Lanfranchi e Bruijne, 2022, p. 24).

Além deste reforço na cooperação formal entre os dois países, a política russa no Mali também se caracterizou pela implantação de uma empresa militar privada – o Grupo Wagner – em 2021<sup>65</sup>, em resposta a um pedido de assistência por parte do governo maliano, numa altura em que Paris já tinha anunciado a sua intenção de retirada das suas tropas contraterroristas do Sahel (Pokalova, 2023), substituindo a tradicional aliança de segurança com a França e a presença das suas forças contraterroristas no país (Pokalova, 2023).

Ao implementar a Wagner em território maliano, a Rússia – através da atuação desta empresa – limitou-se a adotar uma estratégia de “*three-step template*” (Foster, 2022, p. 11), seguida noutros contextos em África (Tûma, 2022). De modo geral, esta estratégia caracteriza-se: primeiro, pela realização de campanhas de desinformação que têm como objetivo espalhar mensagens antifrancesas e pró-russas; segundo, pelo aumento da cooperação militar, posicionando a Wagner como fornecedora de serviços de segurança e apoio militar ao governo maliano em operações de combate a grupos *jihadistas* rebeldes; por último, a procura por investimentos no setor da exploração mineira por parte de empresas russas (Foster, 2022; Rampe, 2023). Estes três aspetos caracterizam, desta forma, a recente política externa do *Kremlin* para o Mali.

Apesar disto, Jourdain e Tûma (2022) referem que esta nova parceria com a Rússia se centra, sobretudo, na proteção do regime da Junta Militar, através do fornecimento e venda de armamento russo e da presença de conselheiros militares em território maliano em troca de recursos minerais disponíveis no país. Por este motivo, os mesmos autores referem que “*Facing increasing pressure from the international community, coup leader Colonel Assimi Goïta turned to Wagner to effectively help preserve his grasp on power.*”.

---

<sup>64</sup> Consultar Anexo F – Figura F1 – Presença da Rússia em África (Lanfranchi e Bruijne, 2022, p. 24) (página F-1).

<sup>65</sup> Apesar da chegada da Wagner ao Mali em dezembro de 2021, Parens (2022, p. 9) refere a existência de antecedentes quanto à introdução desta empresa militar privada no país: “*Around September 2020, Mali’s transitional government agreed to accept 1000 Wagner group contractors “to conduct training, close protection, and counterterrorism operations.” In 2019, Mali’s then-government agreed to receive four Russian attack helicopters, MI-171s with weapons and ammunition, which were allegedly delivered as a “donation” on January 9, 2021, as part of a Mali-Russia military cooperation convention.*”.

Caracterizada a natureza deste recente envolvimento entre o *Kremlin* e o Mali, refira-se que o fortalecimento destas relações deve ser compreendido à luz de três fatores relacionados com as ações de política externa francesa e russa.

Primeiro, a deterioração das relações entre o Mali e os seus tradicionais parceiros ocidentais como abordado na secção anterior. Como consequência da frustração causada pela incapacidade da intervenção militar francesa em resolver os seus problemas internos relacionados com o avanço do *ihadismo* e tendo, ainda, em conta as críticas aos golpes de Estado (Ahsan, 2023), Goïta optou, portanto, por uma viragem geopolítica ao substituir a França pela Rússia como principal parceiro internacional, procurando, assim, ter uma maior cooperação com este ator externo, que passa a ser uma alternativa à cooperação com o Ocidente e ao percecionado neocolonialismo francês, revelando a “*largely opportunistic nature of Russia’s engagement*” (Lanfranchi e Bruijne, 2022, p. 26).

Segundo, a exploração por parte de Moscovo da insatisfação das elites políticas e militares da autocracia fechada do Mali com a antiga potência colonial e os seus aliados europeus (Lanfranchi e Bruijne, 2022; Jourdain e Tûma, 2022).

Terceiro, a necessidade de Bamako continuar a ter um membro permanente do CSNU como seu principal aliado. Ao contrário da França e dos seus parceiros ocidentais, a Rússia não assume qualquer preocupação pela garantia da democracia e Direitos Humanos (Adeoye, 2021). Além disto, a utilização do poder de veto por parte da Federação Russa pode impedir que o governo maliano sofra sanções internacionais oriundas da UE e da CEDEAO. Estes são aspetos que para uma Junta Militar sob ameaça de isolamento internacional fazem de Moscovo o aliado ideal. Tal contribuiu não só para o fortalecimento das relações com Moscovo (Lanfranchi e Bruijne, 2022), mas também para o agravamento dos laços com Paris, na medida em que apesar de ser igualmente um membro permanente do CSNU se revelou bastante crítica do golpe militar de maio de 2021 ao condená-lo internacionalmente.

Por último, considerando o Modelo II do Realismo Neoclássico, sustenta-se que estímulos sistémicos como o legado histórico da URSS no período da Guerra Fria e, posteriormente, o renovado crescimento da presença russa na África Subsariana e no Mali, associado à necessidade de preencher o vazio de poder deixado pela França com o

fim da Operação Barkhane, na última década<sup>66</sup>, contribuíram para a formação de um conjunto de percepções<sup>67</sup> positivas entre as elites políticas e militares e a população maliana sobre Moscovo, as quais explicam, em parte, o pedido de intervenção por convite de Bamako, em 2021. A vaga de protestos populares que ocorreram no Mali, ao longo de 2021, revelando a existência de um ressentimento antifrancês e uma abertura à cooperação com a Rússia evidencia estas percepções positivas (Foster, 2022).

Deste modo, os estímulos sistémicos – interligados com as dinâmicas internas – analisados nesta secção permitiram explicar a opção de política externa tomada pelo Mali, em 2021.

### 3.3. As Percepções das Elites e da População do Mali sobre a Rússia

Tendo em consideração o Modelo II do Realismo Neoclássico, segue-se uma análise das percepções das elites político-militares e da população maliana relativamente à Rússia, no período anterior à operação militar levada a cabo pela Wagner, para compreender se permitem explicar o pedido de intervenção militar externa por convite de 2021. Estas percepções são analisadas de acordo com as respostas aos inquéritos de opinião produzidos pela GALLUP e pela FPVN.

De acordo com Bikus (2022), Reinhart (2022) e Galal (2023a), a taxa de aprovação média da liderança da Rússia em África (42%) era mais elevada que a média global (33%) e que qualquer outra região do mundo<sup>68</sup>, em 2021. Em contrapartida, 25% dos africanos desaprovaram a liderança russa (Reinhart, 2022). Este padrão de aprovação da liderança russa foi sempre mais elevado nesta região que em comparação com a média global no período entre 2007-2021<sup>69</sup>. Inclusive, a aprovação da Rússia em África aumentou cerca de oito pontos percentuais entre 2017-2021, crescendo de 34% (2017) para 42% (2021).

---

<sup>66</sup> A este propósito, o Primeiro-ministro Choguel Maïga afirmou no decorrer do seu discurso durante a 76<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas que “*The new situation created by the end of Operation Barkhane (...) prompting us to explore ways to ensure better security independently, together with other partners, so as to fill the void that will inevitably result from the closure of a number of Barkhane sites in the northern part of Mali.*” (UN General Assembly, 2021, p. 4).

<sup>67</sup> A análise das percepções das elites políticas e militares e da população do Mali sobre a Rússia será remetida para a próxima secção 3.3..

<sup>68</sup> Américas (36%); Ásia (33%) e Europa (22%). Consultar Anexo F – Figura F2 – Aprovação da Liderança da Rússia por Região (2021) (Reinhart, 2022) (página F-2).

<sup>69</sup> Consultar Anexo F – Figura F3 – Evolução da Aprovação da Liderança da Rússia em África e no Mundo (2007-2021) (Bikus, 2022) (página F-3).

Neste sentido, como África possuía a maior aprovação média regional em relação à Rússia, muitos dos países que apresentaram níveis mais elevados de aprovação da liderança russa estavam localizados neste continente. Em 2021, a nível regional, os países da África Ocidental e Central foram os que apresentaram maiores taxas de aprovação da liderança de Moscovo quando comparado com os países da África Oriental e do Sul<sup>70</sup>.

Em 2021, aquando do início da intervenção militar externa por convite à Rússia, a maioria dos inquiridos malianos (84%) afirmaram aprovar a liderança russa. Apenas 8% rejeitou esta liderança<sup>71</sup> (Bikus, 2022). A propósito, refira-se que esta aprovação do Mali corresponde à taxa mais elevada de aprovação da liderança russa a nível global, em 2021<sup>72</sup> (Reinhart, 2022). Além disto, o Mali é o país da África Ocidental, cuja taxa de aprovação da liderança russa entre 2020-2021 registou mais alterações, neste caso, em termos de crescimento anual: verificou-se um aumento de 25% neste período (Bikus, 2022).

Em setembro de 2021, a Fundação para a Proteção dos Valores Nacionais (FPVN), sancionada pelos EUA dadas as suas ligações com o Grupo Wagner, publicou uma sondagem de opinião pública<sup>73</sup> (Thompson, Doxsse e Bermudez Jr., 2022) que questionava se os malianos apoiavam o pedido de auxílio do Presidente do Mali às empresas militares privadas russas no combate ao  *jihadismo* . A maioria dos residentes malianos (87,4%) respondeu apoiar, sendo que apenas 5,2% afirmou não apoiar (FPVN, 2021). Apesar desta sondagem refletir os esforços de propaganda e desinformação levados a cabo pelas empresas militares privadas russas que visam espalhar um sentimento pró-russo, evidencia o apoio crescente do Mali à cooperação com a Wagner (Thompson, Doxsse e Bermudez Jr., 2022).

Nas manifestações e protestos na capital maliana, em maio de 2021, contra a influência francesa no país, os manifestantes exibiam, simultaneamente, bandeiras

---

<sup>70</sup> Por exemplo, a Zâmbia (22%), África do Sul (30%), Tanzânia (32%), Uganda (37%) e Zimbabué (39%), localizados nas zonas oriental e sul de África, encontram-se entre os países que apresentaram os níveis de apoio e aprovação à liderança russa mais baixos (Bikus, 2022; Galal, 2023b).

<sup>71</sup> Consultar Anexo F – Figura F4 – Aprovação da Liderança da Rússia na África Ocidental e Central (2021) (Bikus, 2022) (página F-4).

<sup>72</sup> Consultar Anexo F – Figura F5 – Aprovação da Liderança da Rússia no Mundo (2021) (Reinhart, 2022) (página F-5).

<sup>73</sup> A recolha de dados para esta sondagem de opinião pública realizou-se a partir de uma amostra de 1038 inquiridos entre 20 e 25 de setembro de 2021 (FPVN, 2021).

russas e malianas (Foster, 2022, p. 2). Neste sentido, Foster (2022, p. 24) acrescenta que ao contrário da presença francesa no país, *“often questioned”*, *“Russia’s presence is seen as ‘sincere’”* e Rono (2021) afirma que *“many are happy for the Russians to replace them”*. Já Macron também reconheceu este maior nível de confiança da Junta Militar do Mali no *Kremlin* e, em particular, no Grupo Wagner, que em França: *“the junta which is in power after two coups d’etats considers them [Wagner] to be the best partners they can find to protect their power, not to fight against terrorism.”* (Pokalova, 2023, p. 15).

Desta forma, evidencia-se que, poucos meses antes da chegada do Grupo Wagner a território maliano, as perceções das elites político-militares e da população maliana em relação a Moscovo eram, significativamente, positivas. Consideradas estas perceções, procede-se à análise do último fator que contribuiu para a construção das mesmas: o modo como as elites políticas e militares malianas enquadraram, racionalizaram e apresentaram, a nível internacional e interno, nos seus discursos, a necessidade de encontrar um novo aliado de segurança.

No seu discurso perante a 74<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2019, o Presidente Ibrahim Boubacar Keïta identificava o ambiente de insegurança como um dos principais problemas nacionais, com o *“resurgence of attacks by terrorist groups, violent extremists and drug traffickers on our civilian populations”*, bem como o facto destes *“tried to extend their areas of influence and illicit activities to the centre, by exploiting disputes between human groups”* (UN General Assembly, 2019, pp. 33-34).

Na 76<sup>a</sup> Assembleia Geral, em 2021, o Primeiro-ministro Choguel Maïga reconheceu escassas melhorias securitárias desde março de 2012 *“the situation continues to deteriorate progressively to the point that entire sections of the national territory are beyond the Government’s control (...) the threats posed by terrorism and other forms of banditry and transnational crime continue, unfortunately, (...) to threaten the foundations of the State”* (UN General Assembly, 2021, p. 3). Para além disto, acrescenta, ainda, o anúncio de retirada progressiva das forças militares francesas do país como outro problema que o país atravessava no momento.

Neste sentido, tendo em consideração os problemas internos do país, a mensagem que as elites político-militares do Mali fizeram questão de discursivamente transmitir e sublinhar no palco global, a nível internacional e interno, relaciona-se com

o facto destes problemas levarem à necessidade de ter novos parceiros internacionais para assegurar a segurança interna e, simultaneamente, preencher o vazio de poder que iria resultar do fim da Operação Barkhane no Mali. Tal é possível evidenciar pelas palavras de Maïga “*The new situation created by the end of Operation Barkhane (...) prompting us to explore ways to ensure better security independently, together with other partners, so as to fill the void that will inevitably result from the closure of a number of Barkhane sites in the northern part of Mali.*” (UN General Assembly, 2021, p. 4).

Por esta razão, o Primeiro-ministro maliano apelou à audiência internacional para se concentrar e refletir sobre como agir para alterar este cenário no país e na região. Ao citar alguns parágrafos das Resoluções 2100 (2013)<sup>74</sup> e 2164 (2014)<sup>75</sup> e ao assumir a contínua relevância dos mesmos no contexto de degradação securitária em que o seu país se encontrava, Choguel Maïga estava a incitar todos os atores que compõem o sistema internacional a tomar uma ação a fim de resolver a ameaça terrorista na região e no país (UN General Assembly, 2021). Atente-se, por exemplo, ao décimo segundo parágrafo preambular da Resolução 2164 (2014) que destaca que “*terrorism can only be defeated by a sustained and comprehensive approach involving the active participation and collaboration of all States, and regional and international organizations to impede, impair, and isolate the terrorist threat*” (UN General Assembly, 2021, p. 3).

Destaque-se que este apelo realizado ao longo do discurso da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2021, sobre a necessidade de ter um novo parceiro internacional, acabou, posteriormente, por surtir um efeito positivo.

Durante a 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2022, o novo Primeiro-ministro, Tenente-Coronel Abdoulaye Maïga, por exemplo, elogiou a cooperação entre o Mali e a Rússia: “*C’est l’occasion pour moi de saluer les relations de coopération exemplaire et fructueuse entre le Mali et la Russie*” (UN General Assembly, 2022, p. 16). Embora assuma que a insegurança e a ameaça *jihadista* ainda persistam, Maïga destacou os progressos existentes nesta questão “*je suis heureux et fier de vous*

---

<sup>74</sup> A Resolução 2100 (25 de abril de 2013) foi responsável pelo estabelecimento da MINUSMA (UN General Assembly, 2021).

<sup>75</sup> A Resolução 2164 (25 de junho de 2014) foi responsável pela renovação do mandato da MINUSMA (UN General Assembly, 2021).

*annoncer que les groupes terroristes ont été sérieusement affaiblis et la peur a même changé de camp.*” (UN General Assembly, 2022, p. 5), visando não só refletir a eficácia das ações russas, como enfatizar o compromisso de Moscovo em atuar de forma distinta ao que Paris havia feito, igualmente percecionado e refletido nas dinâmicas das perceções internas.

Desta forma, o apelo no seu discurso por outro parceiro internacional de segurança para o Mali pode ter influenciado as perceções e as representações mentais coletivas das restantes elites políticas e militares do país e da população maliana sobre a Rússia, sobretudo, tendo em consideração, o legado histórico e a política externa deste ator externo na região e no país nos últimos anos. Consequentemente, o facto do público interno percecionar Moscovo como um aliado de segurança mais viável que a França na ajuda ao combate à ameaça terrorista, pode explicar a realização do pedido de intervenção militar externa por convite ao Grupo Wagner, em 2021.

Por este motivo, segundo o Modelo II do Realismo Neoclássico, sustenta-se que esta variável interna das perceções das elites político-militares e da população maliana podem explicar, em parte, a opção de política externa do Mali de pedir assistência militar a Moscovo, em 2021.

### **3.4. O Contexto Político-Social no Mali**

Para entender esta secção deve ser tido em conta a evolução da conjuntura político-social no Mali e na região do Sahel, na transição entre as décadas de 2010 e 2020, anteriormente abordada. Esta conjuntura influenciou de duas maneiras a tomada de decisão e a implementação de políticas, em particular o pedido de intervenção militar externa por convite à Rússia em 2021.

Em primeiro lugar, a evolução do contexto político-social maliano nos últimos anos, caracterizada pelos aspetos acima mencionados, levou as elites políticas e militares do Mali a crer que a resolução para a crise e instabilidade interna, assim como a forma de garantir a segurança interna no país passaria por colaborar com novos parceiros internacionais que preenchessem o vazio de poder deixado pelo fim da Operação Barkhane – em particular, através de uma nova intervenção militar externa por convite dado o encerramento de várias bases militares francesas no norte do país. Deste modo, sustenta-se que os acontecimentos internos influenciaram as perceções das

elites malianas ligadas ao regime da Junta Militar, levando-as a tomar determinadas decisões de política externa. Assim, considera-se que o contexto interno foi a principal justificação que as elites políticas e militares do Mali apresentaram para encontrar um parceiro de segurança que preenchesse o vazio deixado pelos franceses no país, nomeadamente mediante através da realização de uma intervenção militar externa por convite. Neste sentido, atente-se, de seguida, à análise crítica de discurso.

No decorrer da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente Ibrahim Boubacar Keïta abordou no seu discurso o agravamento da situação de segurança interna no país marcada pela ressurgência de ataques conduzidos por grupos *jihadistas* armados contra a população civil, assim como a expansão da área de atuação destes grupos para outras regiões do país “*terrorists and other criminal groups have tried to extend their areas of influence and illicit activities to the centre*”. Além disto, identificou, também, a existência de outro tipo de atividades criminosas como o tráfico de drogas, armas e seres humanos “*Their goal is to create spaces to expand their criminal activities, including trafficking in drugs, arms, human beings and illicit goods, taking advantage of the State’s weak presence*”. Por último, salienta que a crise no norte e centro do país teve como consequência a deslocação de milhares de cidadãos malianos, seja a nível interno ou em direção aos países fronteiriços “*The crises in the northern and central regions of Mali have caused massive movements of thousands of our compatriots. (...) refugees in neighbouring countries or internally displaced persons*” (UN General Assembly, 2019, p. 34).

Da mesma maneira, durante o seu discurso perante 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Primeiro-ministro Choguel Maïga reconheceu a deterioração progressiva da situação de segurança interna do país entre 2012 e 2021 “*From March 2012 to 25 September 2021, as I address the Assembly from this rostrum, the situation in my country has hardly improved*”. Na sua perspetiva a situação interna ficou marcada pela “*the hydra of terrorism, violent extremism and instability*” ou “*threats posed by terrorism and other forms of banditry and transnational crime*”, assim como pelo facto de determinadas regiões do próprio território estarem fora do controlo do governo maliano e, ainda, pelas violações de Direitos Humanos tais como “*mass killings, villages being wiped off the map and innocent civilians being mowed down, including women and infants, who are often burned alive*” (UN General Assembly, 2021, pp. 2-4).

Deste modo, a deterioração da crise interna no Mali e a saída das tropas francesas da Operação Barkhane da região e do país fomentou a ideia de procurar ou arranjar um novo aliado internacional de segurança que preenchesse o vazio de poder que resultaria do fim desta intervenção militar francesa na última década (UN General Assembly, 2021, p. 4). Acredita-se que esse preenchimento poderia passar pelo pedido de uma nova intervenção militar externa dirigida, por sua vez, ao novo aliado internacional de segurança.

Como o agravamento da crise interna e a retirada da Operação Barkhane do Sahel e do país se constituíram como os principais motivos para procurar um novo aliado de segurança a nível internacional, no decorrer da 77<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas, o Primeiro-ministro reservou algum tempo no final do discurso para saudar as relações de cooperação com a Rússia, dando a entender que viu em Moscovo um parceiro internacional que pudesse ajudar a resolver os seus desafios e problemas internos (UN General Assembly, 2022, p. 16).

Em segundo lugar, o modo como o Primeiro-ministro Choguel Maïga e, de modo geral, as elites político-militares da autocracia fechada de 2021 enquadraram a situação de segurança do Mali nos seus discursos, perante a 76<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas, influenciou a criação de determinadas perceções entre a população maliana em relação à crise. Para tal, é necessário ter em consideração, primeiro, os inquéritos de opinião disponibilizados pela Fundação Friedrich Ebert e, de seguida, pelo Afrobarómetro.

De acordo com o inquérito de opinião do “*Mali-Mètre*” XI<sup>76</sup> (FES, 2020, p. 17), os principais desafios que o Mali deveria ter em consideração na perspetiva dos inquiridos eram a luta contra a insegurança (46%<sup>77</sup>); a melhoria do sistema educativo (36%); a luta contra a pobreza (27%); a luta contra a insegurança alimentar (26%) e a melhoria do sistema sanitário (23%). Além disto, 17%<sup>78</sup> reconheceram a gestão do problema do norte como o principal problema.

---

<sup>76</sup> Partindo de uma amostra de 5057 indivíduos com 18 ou mais anos, recolheram-se dados, entre 6 e 24 de outubro de 2020, nas regiões de Bamako, Gao, Kayes, Kidal, Koulikoro, Mopti, Ségou, Sikasso e Timbuktu, para a realização deste inquérito de opinião (FES, 2021).

<sup>77</sup> 87,03% dos inquiridos de Gao – uma das regiões do norte – reconheceram a luta contra a insegurança como o principal desafio que o país atravessava (FES, 2020, pp. 53-54).

<sup>78</sup> Na perspetiva de 60,94% dos inquiridos de Kidal – uma das regiões do norte – a gestão do problema do norte constituía-se como um dos principais desafios do país (FES, 2020, pp. 53-54).

O inquérito de opinião do “*Mali-Mètre*” XII (FES, 2021) avaliou a perspetiva dos malianos sobre a evolução da situação geral do país no último ano. Constatou-se que para a maioria dos inquiridos (42%) a situação geral do país se deteriorou; para 33% registou melhorias e, por último, na visão de 24% o cenário do país permaneceu igual (FES, 2021, p. 19). De modo geral, as perceções dos malianos em relação à evolução da situação geral do país mostraram-se cada vez mais negativas ao longo do tempo: por exemplo, no “*Mali-Mètre*” VIII apenas 26% dos inquiridos assumiu a degradação da situação interna do país, atingindo-se um pico de 66% no “*Mali-Mètre*” XI no que respeita a mesma questão (FES, 2021, p. 22).

À semelhança do inquérito de opinião “*Mali-Mètre*” XI, questionaram-se quais os principais desafios enfrentados pelo Mali na perspetiva da população inquirida. Neste sentido, as respostas obtidas foram: luta contra o desemprego jovem (47%); luta contra a insegurança (45%); luta contra a insegurança alimentar (43%); luta contra a pobreza (39%); melhoria na educação (38%) e gestão do problema do norte (22%) (FES, 2021, p. 22).

Durante a 8ª Etapa de inquéritos à opinião pública do Afrobarómetro (2021), 85,6% dos malianos inquiridos consideraram que o país estava a seguir um rumo negativo, ao passo que apenas 14,4% consideraram estar a tomar uma direção positiva. Além disto, 75,5% dos inquiridos assumiram que a forma como o governo estava a responder à questão da redução da criminalidade era negativa, dos quais 53,5% diziam ser “*très mal*” e 22% “*plutôt mal*”. Em alternativa, 24,4% achavam positivo o modo como o governo lidava com esta questão, sendo que 18,3% afirmava ser “*plutôt bien*” e 6,1% “*très bien*” (Afrobarómetro, 2021, p. 58). Assim, não espanta que a categoria de “*Crime et insécurité*” tenha sido a primeira resposta dada na opinião de 23,8% dos malianos; a segunda resposta para 8,8% e, por fim, a terceira resposta na perspetiva de 10,4% relativamente aos principais problemas que o país atravessava. A propósito disto, 97,1% dos inquiridos considerava a insegurança e 96,2% via o terrorismo como “*un problème majeur*” (Afrobarómetro, 2021, p. 76).

Dando conta deste ambiente de insegurança vivido no país, 40,4% dos respondentes declararam nunca se terem sentido em segurança no próprio bairro habitacional durante o último ano, em oposição aos 20,2% que afirmaram sempre se terem sentido em segurança (Afrobarómetro, 2021, p. 67).

Deste modo, sustenta-se que a apresentação e o enquadramento proporcionado pelas elites político-militares malianas sobre o contexto interno do país nas suas estruturas discursivas, perante as Assembleias Gerais da ONU, poderão ter contribuído para a construção destas perceções da opinião pública sobre a deterioração das questões internas, na medida em que esta se possa ter tornado mais consciente acerca do agravamento da situação local.

Este argumento pode ser explicado à luz da análise do grau de satisfação e aprovação da população maliana em relação à gestão da transição e às principais figuras políticas deste processo, identificado no final da primeira secção deste capítulo. Como o grau de satisfação e aprovação com a gestão da transição era elevado, a população maliana mostrou-se, por conseguinte, mais aberta e receptiva aos discursos enunciados durante as Assembleias Gerais das Nações Unidas pelas elites político-militares pertencentes ao regime de transição surgido na sequência do golpe militar de 2021, tornando-se, assim, mais consciente no que concerne as questões internas. Neste sentido, as elites tentaram controlar e influenciar as perceções do público interno e internacional, recorrendo, para tal, a estas mesmas estruturas discursivas (Van Dijk, 2015).

Por este motivo, o peso da opinião pública do Mali foi um fator a ter em conta pelas elites político-militares não só quando estas optaram por procurar um novo aliado internacional de segurança que preenchesse o vazio deixado pela França, bem como quando decidiram pedir ajuda militar externa à Rússia – em particular, ao Grupo Wagner – no final de 2021.

Por último, à luz do Modelo II do Realismo Neoclássico, sustenta-se que a variável interna do contexto político-social do Mali na transição entre as décadas de 2010-2020 influenciou de duas maneiras os processos intervenientes de tomada de decisão e implementação de políticas, contribuindo, desta forma, para a explicação da opção de política externa do Mali, em particular o seu pedido de intervenção militar externa por convite à Rússia, em 2021.

Primeiro, a evolução da instabilidade interna no país, nos últimos anos, levou as elites político-militares malianas a acreditar que a colaboração com novos aliados internacionais capazes de substituir a presença militar francesa da Operação Barkhane na região – eventualmente, por meio de uma nova intervenção militar externa por

convite – seria a melhor solução para a resolução desta crise. Segundo, o modo como as elites enunciaram e descreveram a situação de segurança interna do Mali nos seus discursos pode ter contribuído para a construção de determinadas perceções entre a população maliana relativamente aos principais problemas do país, sobretudo, tendo em consideração os seus elevados níveis de satisfação e aprovação em relação às principais figuras da gestão da transição. Deste modo, como consequência do peso da opinião pública interna, as elites malianas decidiram pedir assistência militar externa ao Grupo Wagner, em 2021.

### ***Síntese Conclusiva***

À semelhança do capítulo anterior, este capítulo dedicou-se à análise de apenas um dos pedidos malianos de intervenção militar externa por convite a atores externos – neste caso, o pedido realizado à Rússia, em 2021. Por este motivo, houve necessidade de afunilar, nesta síntese conclusiva, a amplitude da pergunta de partida e suas derivadas, assim como as respetivas hipóteses de trabalho ao período histórico e ator externo específicos deste capítulo.

O presente capítulo visou responder à pergunta de partida desta investigação “De que forma se explicam as opções de política externa do Mali no que concerne ao pedido de intervenção militar externa por convite de 2021?”. Considerando o Modelo II do Realismo Neoclássico (Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016), verificou-se que os estímulos sistémicos e as variáveis políticas internas influenciaram os processos intervenientes de perceção, tomada de decisão e implementação de políticas, explicando a escolha de política externa do Mali de 2021.

Face à primeira questão derivada efetuada na Problematização, “De que forma estímulos políticos sistémicos como a presença da URSS/Federação Russa na África Subsariana e no Mali desde o período pós-independência influenciaram a opção de política externa maliana de 2021?”, valida-se a H1. Estímulos sistémicos como o legado histórico da URSS durante a Guerra Fria e, mais recentemente, o recrudescimento da presença da Rússia na África Subsariana e no Mali formaram perceções positivas locais que explicam, em parte, a decisão de pedir assistência militar externa ao Grupo Wagner, no final de 2021. Da mesma forma, valida-se a H2, uma vez que a intervenção militar francesa teve determinados resultados que influenciaram os processos de tomada de

decisão e implementação de políticas do Mali, neste caso a sua viragem para Moscovo e o respetivo pedido de intervenção militar externa à Wagner. Isto significa que o destacamento da intervenção russa em território maliano deve-se, em parte, aos resultados da Operação Barkhane, liderada pela França, descritos na primeira secção deste capítulo. Deste modo, o convite à intervenção militar externa russa teve em consideração a existência de uma relação entre o “legado e relacionamento” e os “meios e resultados”, quanto à França.

Relativamente à segunda questão derivada mencionada na Problematização “De que modo fatores políticos internos influenciaram a opção de política externa do Mali de 2021?”, validou-se a H3. A forma como as elites político-militares malianas pertencentes ao regime da autocracia fechada enquadraram nas suas estruturas discursivas, a nível internacional e interno, a necessidade do Mali cooperar com outros aliados internacionais para garantir a segurança interna do país influenciaram as perceções coletivas das restantes elites e da população em relação à Rússia, as quais podem explicar o pedido de ajuda militar dirigido a Moscovo, em 2021. Considera-se, por fim, a validação da H4 já que a evolução da instabilidade política interna influenciou as perceções das elites sobre a necessidade de encontrar um novo aliado internacional que preenchesse o vazio deixado pela França – nomeadamente, através de uma intervenção militar externa – e influenciou, igualmente, as perceções da opinião pública local pela forma como as elites abordaram o contexto interno do Mali nos seus atos discursivos.

## CONCLUSÃO

Ao dedicar a sua análise às opções de política externa do Mali no que respeita aos seus pedidos de intervenção militar externa por convite à França (2013) e à Rússia (2021), o tema e objeto de estudo da presente dissertação proporcionaram um aprofundamento das dinâmicas políticas, militares e sociais que caracterizam, o Estado maliano e, de maneira geral, a região do Sahel, encontrando-se, por esta razão, relacionados com o campo disciplinar dos Estudos de Área e, em particular, com os Estudos Africanos.

Tal assume relevância, já que a área de especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais oferece um conjunto de unidades curriculares que se focam em áreas regionais.

Tendo em consideração as conceções de índole ocidental da disciplina de Relações Internacionais – visíveis, por exemplo, pela hegemonia da tradição anglo-saxónica nas principais revistas académicas da área – confirmou-se a existência de uma tendência deste campo de estudos para analisar outras realidades geográficas partindo da sua própria génese.

Como consequência deste enviesamento, verificou-se uma marginalização do estudo das sociedades e Estados não-ocidentais – nomeadamente, do continente africano – no seio das Relações Internacionais, enquanto principal lacuna da literatura. Por esta razão, constatou-se a falta de abordagens teóricas realistas no estudo de temáticas relacionadas com África, sendo exemplo a questão das intervenções externas nesta região. De modo geral, a exclusão das perspetivas do “Sul Global”, como resultado da génese eurocêntrica das Relações Internacionais, é frequentemente apontada como um dos principais problemas da disciplina.

Neste sentido, a presente investigação contribuiu de duas maneiras para o preenchimento desta lacuna da literatura. Primeiro, utilizaram-se pressupostos realistas de Relações Internacionais para analisar a realidade africana. Em particular, aplicou-se o modelo teórico do Realismo Neoclássico de Tipo II ao estudo de caso do Mali. Tendo em consideração a interação entre as variáveis sistémicas e internas – distanciando-se, assim, das vertentes clássica e neorrealista da escola realista – o objetivo desta abordagem teórica consiste em explicar as escolhas de política externa dos Estados,

constituindo-se, por este motivo, como uma teoria que se enquadra na análise da temática e objeto de estudo alvo desta dissertação. Desta forma, a aplicação deste modelo teórico ao estudo da realidade africana permitiu uma aproximação entre as disciplinas de Relações Internacionais e os Estudos de Área, nomeadamente os Estudos Africanos.

Segundo, o estudo do continente africano – mediante o estudo de caso do Mali – enriqueceu a disciplina de Relações Internacionais e, simultaneamente, trouxe novos contributos para os pressupostos teóricos do Realismo Neoclássico.

Por um lado, esta investigação contribuiu para a descentralização da disciplina de Relações Internacionais numa tentativa de alcançar um campo de estudos verdadeiramente universal, fazendo cumprir, neste sentido, o projeto de “*Global International Relations*”, proposto por Acharya (2014), caracterizado pela inclusão das vozes, visões e perspetivas do “Sul Global” e pelo estudo de diferentes regiões no âmbito dos Estudos de Área.

Por outro lado, desafiou-se a conceptualização de Estado estabelecida nas Relações Internacionais. Como alguns autores realistas defenderam que esta conceptualização não se adequava ao estudo da realidade africana, desafiaram-se alguns dos seus preconceitos sobre o que constituíam, de facto, os Estados africanos – por exemplo, no que respeita a questão da artificialidade das suas fronteiras. Assim, ao compreender que os Estados em África têm influências do modelo de Estado europeu vestefaliano, concluiu-se que não haveria necessidade de desconstrução total deste conceito. Apesar de algumas diferenças, as bases do Estado africano são as mesmas que a do Estado europeu, pelo que a análise de um estudo de caso em África pode ter contribuído, desta forma, para que não seja negligenciada a noção de Estado em outras realidades geográficas no âmbito da conceptualização de Estado proposta pelo Realismo Neoclássico.

De modo geral, ao longo da dissertação, considerando o tema e objeto de estudo da presente dissertação, visaram-se explicar os pedidos malianos de intervenção militar externa por convite de 2013 e 2021 – à luz da estrutura fornecida pelo Realismo Neoclássico de Tipo II. Por esta razão, tenham-se em consideração, de seguida, as principais conclusões, retiradas desta investigação, sobre cada um destes pedidos de intervenção militar externa por convite.

Quanto ao pedido de intervenção realizado à França (2013), primeiro, as dinâmicas sistêmicas – nomeadamente, o legado histórico francês na região desde a descolonização na década de 1960 e as suas respetivas ações de política externa a nível internacional que visavam combater a ameaça *jihadista* no norte do país e solucionar a crise de 2012 – criaram um conjunto de perceções positivas na mentalidade coletiva das elites políticas e população maliana que podem ter contribuído para a realização deste pedido de intervenção. Além disto, não foi aqui possível validar uma relação entre o legado e relacionamento e os meios e resultados, dada a inexistência de um grau de comparação anterior com outra intervenção, cujos resultados pudessem ter tido influência no pedido de intervenção estabelecido em 2013.

Segundo, as dinâmicas internas – tais como as já mencionadas perceções positivas e o agravamento do contexto político-social interno, em simultâneo, com a crescente consciência da opinião pública sobre os problemas que o país atravessava – influenciaram a tomada de decisão e implementação de políticas por parte das elites políticas malianas, levando-as a optar por um pedido de intervenção militar externa.

Em relação ao pedido de intervenção realizado à Rússia (2021), primeiro, as dinâmicas externas – a presença da URSS no período da Guerra Fria e o recente envolvimento da Federação Russa na região da África Subsariana e no Mali – formaram várias perceções positivas entre as elites políticas e a população sobre este ator externo, podendo ter tido influência no pedido de intervenção. Acrescente-se que, ao contrário do pedido de intervenção de 2013, o convite à intervenção russa teve em consideração os resultados negativos do legado e relacionamento francês, em particular da Operação Barkhane na década de 2010.

Segundo, as dinâmicas internas – como as perceções positivas das elites políticas e da população maliana sobre Moscovo e o crescimento da instabilidade político-social no país a par do maior peso da opinião pública do país sobre quais os principais problemas do país – influenciaram a decisão tomada pelas elites políticas malianas no que concerne a procura por auxílio militar externo.

Desta forma, a análise dos estímulos sistêmicos e das dinâmicas internas caracterizadoras do Mali, fornecidas pela estrutura delineada pelo Realismo Neoclássico de Tipo II, permitiram explicar as opções de política externa do Mali em pedir intervenções militares à antiga potência colonial (2013) e à Rússia (2021).

Importa, de seguida, identificar quais os principais constrangimentos e/ou dificuldades sentidas ao longo do processo de execução desta investigação. Primeiro, a utilização do Realismo Neoclássico de Tipo II, enquanto abordagem teórica, serviu, sobretudo, o propósito de cumprir com uma investigação académica. Este modelo permitiu que se efetuasse uma leitura mais abrangente dos respetivos atores ao efetuar uma análise dos mesmos na dimensão estatal. Neste sentido, forneceu uma perspetiva “macro” dos acontecimentos ao explicar a forma como o Estado maliano, nos níveis interno e internacional, justificou os seus pedidos de intervenção militar externa por convite de 2013 e 2021.

Apesar disto, reconhece-se que o modelo teórico seguido não teve a capacidade que outras teorias – como o Construtivismo – têm para captar outras unidades de análise, relevantes no contexto africano, como as sociedades étnicas. Por este motivo, o Realismo Neoclássico de Tipo II falhou em fornecer uma perspetiva “micro” dos acontecimentos caracterizadores deste estudo de caso, sem negligenciar, no entanto, os seus esforços para analisar o comportamento da sociedade maliana através do estudo da evolução das perceções das elites políticas e da população maliana, numa tentativa de cobrir as lacunas deixadas pelo Neorealismo de Waltz.

Segundo, a dificuldade de acesso a determinado tipo de dados relacionados com o continente africano. Isto explica-se pela existência de uma menor quantidade destes dados quando comparada com a disponibilização de dados e informação, por exemplo, por parte do continente europeu. Em concreto, verificou-se alguma dificuldade em aceder a discursos emitidos pelas elites políticas malianas em diferentes contextos – por exemplo, nas Assembleias Nacionais do país ou no âmbito de visitas de Estado entre malianos e os seus homólogos franceses e russos – para fins de análise crítica de discurso. A par disto, a disponibilização e acessibilidade dos atos discursivos emitidos pelas elites malianas nas Assembleias Gerais das Nações Unidas, no *website* da mesma organização, explicam a razão pela qual estes foram os únicos discursos alvo de análise crítica na presente dissertação.

Por último, identificam-se algumas das principais linhas de investigação futuras e eventuais recomendações para esta pesquisa científica, passíveis de aprofundamento num prosseguimento de estudos doutorais. Relativamente ao conteúdo da investigação:

- 1) Alargar o período temporal da investigação com o objetivo de aprofundar o estudo dos resultados internos da intervenção levada a cabo pelo Grupo Wagner em território maliano, tendo em consideração o desenvolvimento de acontecimentos posteriores, como a eclosão do conflito na Ucrânia, em 2022;
- 2) Analisar, a par das justificações apresentadas pelo Mali aquando do convite de intervenção militar à França, as justificações dadas para a expulsão do embaixador francês e, consequente, apoio à retirada das suas forças militares do país desde 2021;
- 3) Diversificar o tipo de intervenções militares externas em estudo, com possibilidade de analisar intervenções de natureza multilateral – sendo exemplo a MINUSMA das Nações Unidas – e não restringir a investigação apenas a intervenções desempenhadas por atores estatais ou representantes dos mesmos no plano externo;
- 4) Realizar um estudo comparado entre os pedidos de intervenção militar por convite à França (2013) e Rússia (2021), ao invés da abordagem aqui seguida de estudo de caso único para identificar e compreender as principais semelhanças e diferenças entre ambos os processos;
- 5) Substituir o ator principal da investigação, atribuindo maior destaque aos atores externos intervenientes no Mali, nomeadamente na avaliação das eventuais consequências internas dos processos de entrada e saída nestes Estados, com processos de decisão distintos devido à sua natureza política – democrática, no caso da França; autoritária, no caso da Rússia.

Em relação à metodologia utilizada destaca-se:

- 1) Proceder, em conjunto com a análise crítica de discurso, à utilização de outros instrumentos metodológicos de recolha de dados, como inquéritos por entrevistas, às precedentes e atuais elites políticas malianas, tais como diplomatas destacados em diversos países europeus para traçar a evolução das suas perceções em relação aos atores externos responsáveis pelas intervenções militares estudadas;
- 2) Realizar tratamento estatístico após realização de inquéritos por questionário a uma amostra representativa da população maliana, ao invés de limitar a investigação ao tratamento de informação quantitativa caracterizado pela

recolha de dados produzidos pela Fundação Friedrich Ebert e Afrobarómetro, a fim de identificar e compreender de que modo evoluíram as perceções sociais e a opinião pública face aos atores externos França e Rússia.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros

- Bayard, J. F. (1989) *L'état en Afrique, la politique du ventre*. Paris: Fayard.
- Creswell, J.W. (2009) *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 3<sup>rd</sup> edn. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Dunn, K.C. e Shaw, T.M. (2001) *Africa's Challenge to International Relations Theory*. Basingstoke: Palgrave.
- Enzensberger, H.M. (1994) *Civil Wars: From L.A. to Bosnia*. New York: The New Press.
- Henningsen, T.B. (2022) *Western Intervention and Informal Politics - Simulated Statebuilding and Failed Reforms*. Abingdon, Oxon: Routledge.
- McFate, S. (2014) *The Modern Mercenary: Private Armies and What They Mean for World Order*. New York: Oxford University Press.
- Ortiz, C. (2010) *Private Armed Forces and Global Security: A Guide to the Issues*. Santa Barbara: Praeger.
- Ripsman, N., Taliaferro, J. e Lobell, S. (2016) *Neoclassical Realist Theory of International Politics*. New York: Oxford University Press.
- Schmidt, E. (2018) *Foreign Intervention in Africa after the Cold War: Sovereignty, Responsibility, and the War on Terror*. Athens, Ohio: Ohio University Press.
- Waltz, K.N. (1979) *Theory of International Politics*. Berkeley: Addison-Wesley Publishing Company.

### Capítulos de Livros

- Bodian, M. e Villalón L.A. (2021) “The Democratic Struggle in the Sahel”, in L.A. Villalón (ed.) *The Oxford Handbook of the African Sahel*. Oxford: Oxford University Press, pp. 387–404.
- Conrad, S. (2019) “Abordagens Concorrentes”, in S. Conrad (eds), *O que é a história global?* Lisboa: Edições 70, pp. 53–80.

- Herbst, J. (2000) “The Challenge of State-Building in Africa”, in J. Herbst (ed.) *States and Power in Africa - Comparative Lessons in Authority and Control*. New Jersey: Princeton University Press, pp. 11–32.
- Ibrahim, I. (2021) “Jihadist Insurgencies in the Sahel”, in L.A. Villalón (ed.) *The Oxford Handbook of the African Sahel*. Oxford: Oxford University Press, pp. 569–586.
- Jervis, R. (2016) “Theories of International Relations”, in F. Costigliola and M.J. Hogan (eds.) *Explaining the History of American Foreign Relations*. 3rd edn. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 9–24.
- Kiras, J. (2020) “Terrorism and Globalization”, in J. Baylis, S. Smith, e P. Owens (eds.), *The Globalization of World Politics - An Introduction to International Relations*. 8th edn. Oxford: Oxford University Press, pp. 449–465.
- Marchal, R. (2021) “French Interventions in the Sahel”, in L.A. Villalón (ed.) *The Oxford Handbook of the African Sahel*. Oxford: Oxford University Press, pp. 459–474.
- Mearsheimer, J. (2013) “Structural Realism”, in T. Dunne, M. Kurki e S. Smith (eds.) *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. 3rd edn. Oxford: Oxford University Press, pp. 71–88.
- Neuman, S.G. (1998) “International Relations Theory and the Third World: An Oxymoron?”, in S.G. Neuman (ed.) *International Relations Theory and the Third World*. New York: St. Martin’s Press, pp. 1–30.
- Olivier de Sardan, J.P. (2021) “The Construction of States and Societies in the Sahel”, in L.A. Villalón (ed.) *The Oxford Handbook of the African Sahel*. Oxford: Oxford University Press, pp. 51–68.
- Pereira, J.S. (2016) “Terrorismo Transnacional”, in J.V. Borges e T.F. Rodrigues (eds.), *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global*. Porto: Fronteira do Caos, pp. 51–70.
- Robinson, W.I. (2007) “Theories of Globalization”, in G. Ritzer (ed.) *The Blackwell Companion to Globalization*. Wiley-Blackwell, pp. 125–143.

- Rotberg, R.I. (2003) “Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators”, in R.I. Rotberg (ed.) *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*. Brookings Institution Press e World Peace Foundation, pp. 1–26.
- Tieku, T. (2013) “Theoretical Approaches to Africa's International Relations”, in T. Murithi (ed.), *Handbook of Africa's International Relations*. 1st edn. Londres: Routledge, pp. 1–18.
- Van Dijk, T.A. (2015) “Critical Discourse Analysis”, in D. Tannen, H.E. Hamilton, and D. Schiffrin (eds.) *The Handbook of Discourse Analysis*. 2<sup>a</sup> ed. Willey Blackwell, pp. 466–485.
- Walther, O.J. e Retainé, D. (2021) “Mapping the Sahelian Space”, in L.A. Villalón (ed.) *The Oxford Handbook of the African Sahel*. Oxford: Oxford University Press, pp. 15–34.
- Whitehouse, B. (2018) “Public Perceptions of Violent Extremism in Mali”, in O.J. Walther and W.F.S. Miles (eds.) *African Border Disorders - Addressing Transnational Extremist Organizations*. London and New York: Routledge, pp. 170–186.

## Artigos

- Acharya, A. (2014) “Global International Relations (IR) and Regional Worlds: A New Agenda for International Studies”, *International Studies Quarterly*, 58(4), pp. 647–659.
- Acharya, A. e Buzan, B. (2007) “Why is there no non-western international relations theory? An introduction”, *International Relations of the Asia-Pacific*, 7(3), pp. 287–312.
- Agnew, J. (1994) “The Territorial Trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory”, *Review of International Political Economy*, 1(1), pp. 53-80.
- Anderl, F. e Witt, A. (2020) “Problematising the Global in Global IR”, *Millennium: Journal of International Studies*, 49(1), pp. 1–26.

- Bannelier, K. e Christakis, T. (2013) “Under the UN Security Council's Watchful Eyes: Military Intervention by Invitation in the Malian Conflict”, *Leiden Journal of International Law*, 26(4), pp. 855–874.
- Bellucci, B. (2010) “The State in Africa”, *The Perspective of the World Review*, 2(3), pp. 9–42.
- Boeke, S. e de Valk, G. (2021) “The Unforeseen 2012 Crisis in Mali: The Diverging Outcomes of Risk and Threat Analyses”, *Studies in Conflict & Terrorism*, 44(10), pp. 835–854.
- Bötticher, A. (2017) “Towards Academic Consensus Definitions of Radicalism and Extremism”, *Perspectives on Terrorism*, 11(4), pp. 73-77.
- Brown, W. (2012) “A question of agency: Africa in international politics”, *Third World Quarterly*, 33(10), pp. 1889–1908.
- Buyoya, P. (2015) “The Recurrent Security Crisis in Mali and the Role of the African Union”, *PRISM*, 5(2), pp. 60–71.
- Coffie, A. e Tiky, L. (2021) “Exploring Africa’s Agency in International Politics”, *Africa Spectrum*, 56(3), pp. 243–253.
- Danso, K. e Aning, K. (2022) “African experiences and alternativity in International Relations theorizing about security”, *International Affairs*, 98(1), pp. 67–83.
- Dias, A. M. (2017) “Radicalization Processes in the Sahel and the Trajectory of Militant Islamist Movements in Mali (2012-2018)”, *Nação e Defesa*, nº 148, pp. 82-94.
- Dieng, A. (2021) “The Sahel: Challenges and opportunities”, *International Review of the Red Cross*, 103(918), pp. 765–779.
- Eizenga, D. e Williams, W. (2020) “O Enigma da JNIM e dos grupos islamistas militantes no Sahel”, *Resumo de Segurança em África*, dezembro.
- Erdmann, G. (2014) “Apocalyptic triad: state failure, state disintegration and state collapse: structural problems of democracy in Africa”, *German Journal of Comparative Politics*, 8, pp. 215–236.

- Ferreira, C. S., Kostiuk, O. e Rodrigues, Y. (2023) “Wagner Group: An instrument of Russian foreign policy?”, *Revista Portuguesa de Ciência Política*, (19), pp. 49–68.
- Foster, A. (2022) “Leadership Dynamics in Foreign Interventions: Russia and France in Mali 2012-2022”, *Leadership & Developing Societies*, 7(1), pp. 1–52.
- Foucher, M. (2014) “External Interventions in Countries in Crisis,” *European Issues*, (302), pp. 1-5.
- Galito, M.S. (2012) “Terrorismo, Etnicidade e Extremismo Islâmico no Sahel”, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 3(2), pp. 148–161.
- Galito, M.S. (2013) “Terrorismo na Região do Sahel”, *CEsA Working Papers*, (118), pp. 1– 35.
- Hagberg, S. e Körling, G. (2012) “Socio-political Turmoil in Mali: The Public Debate following the Coup d’État on 22 March 2012”, *Africa Spectrum*, 47(2–3), pp. 111–125.
- Harman, S. e Brown, W. (2013) “In from the margins? The changing place of Africa in International Relations”, *International Affairs*, 89(1), pp. 69–87.
- Harshe, R. (1980) “French Neo-Colonialism in Sub-Saharan Africa”, *India Quarterly*, 36(2), pp. 159–178.
- Idrissa, R. (2021) “The Sahel: a Cognitive Mapping”, *New Left Review*, (132), pp. 5–39.
- Jacobsen, K.L. e Larsen, K.P. (2024) “Wagner Group Flows: A Two-Fold Challenge to Liberal Intervention and Liberal Order”, *Politics and Governance*, 12, pp. 1–16.
- Kalyvas, S. N. (2001). ““New” and “Old” Civil Wars: A Valid Distinction?”, *World Politics*, 54(1), pp. 99–118.
- Kleczkowska, A. (2019) “The Misconception About the Term “Intervention by Invitation””, *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht* 2019, 79.
- Kozub-Karkut, M. (2019) “Neoclassical Realism and Foreign Policy Analysis – A Possible Way of Integration?”, *Teoria Polityki*, (3), pp. 201–227.

- Lecocq, B. e Klute, G. (2013) “Tuareg separatism in Mali”, *International Journal*, 68(3), pp. 424–434.
- Lemke, D. (2003) “African Lessons for International Relations Research”, *World Politics*, 56(1), pp. 114–138.
- May, J.F. e Guengant, J.-P. (2014) “Les Défis Démographiques des Pays Sahéliens”, *Études*, 6(4206), pp. 19–30.
- Mendes, P.E. (2019) “As teorias principais das Relações Internacionais: Uma avaliação do progresso da disciplina”, *Relações Internacionais (R:I)*, vol. 61, pp. 95-122.
- Murphy, J. (2002) “Impact of Terrorism on Globalization and Vice-Versa”, *The International Lawyer*, 36(1), pp. 77–89.
- Nawaz, M. K. (1959). “Intervention By Invitation and the United Nations Charter”, *International Studies*, 1(2), pp. 203-209.
- Nolte, G. (2011) “Intervention by Invitation”, *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, VI, pp. 282–289.
- Pokalova, E. (2023) “The Wagner Group in Africa: Russia’s Quasi-State Agent of Influence”, *Studies in Conflict & Terrorism*.
- Ribeiro, P., Costa, A. D. e Fernandes, H. (2014) “Intervenção Militar Francesa no Mali - Operação «SERVAL»”, *IESM Atualidade*, abril.
- Ripsman, N. (2017) “Neoclassical Realism”, *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*, pp. 1-21.
- Rose, G. (1998) “Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy”, *World Politics*, 51(1), pp. 144–172.
- Smith, K. (2009) “Has Africa Got Anything to Say? African Contributions to the Theoretical Development of International Relations”, *The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs*, 98(402), pp. 269–284.
- Spearin, C. (2024) “Wagner Group - A Tool and Target of Great Power Competition in Africa: Implications for Canada”, *Canada’s Journal of Global Policy Analysis*, 79(1), pp. 111–125.

- Spet, S. (2015) “Operation Serval: Analyzing the French Strategy against Jihadists in Mali”, *ASPJ Africa & Francophonie*, 6(3), pp. 66–79.
- Théroux-Bénoni, L.-A., Assanvo, W., Maïga, I., Abatan, J., Ba, F., Gnonsekan, P., Kanté, A., Keïta, K., Sawadogo, W. (2016) “Mali’s young “jihadists”: Fuelled by faith or circumstance?”, *Institute for Security Studies Policy Brief*, (89), pp. 1–8.
- Vallin, V.-M. (2015) “France as the Gendarme of Africa, 1960-2014”, *Political Science Quarterly*, 130(1), pp. 79–101.
- Visser, L. (2020) “Intervention by invitation and collective self-defence: two sides of the same coin?”, *Journal on the Use of Force and International Law*, 7(2), pp. 292–316.
- Visser, L. (2019) “May the Force Be with You: The Legal Classification of Intervention by Invitation”, *Netherlands International Law Review*, 66, pp. 21–45.
- Walt, S.M. (1998) “International Relations: One World, Many Theories”, *Foreign Policy*, (110), pp. 29–46.
- Waltz, K. (1996) “International Politics Is Not Foreign Policy”, *Security Studies*, 6(1), pp. 54–57.

## Relatórios

- Audinet, M. e Dreyfus, E. (2023) *A Foreign Policy by Proxies? The Two Sides of Russia’s Presence in Mali*. rep. No. 97, Institut de Recherche Stratégique de l’École Militaire (IRSEM). Disponível em: <https://www.irsem.fr/media/report-irsem-97-russia-mali-en.pdf> (Consultado a 26 de agosto de 2024).
- Barrios, C. e Koepf, T. (2014) *Re-mapping the Sahel: transnational security challenges and international responses*. rep. EU Institute for Security Studies. Disponível em: <https://doi.org/10.2815/39205> (Consultado a 14 de abril de 2024).

- Baudais, V., Bourhrous, A. e O’driscoll, D. (2021) *The peacekeeping, peacebuilding and security architecture in the Sahel*. rep. Stockholm International Peace Research Institute. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep28281.10> (Consultado a 17 de outubro de 2023).
- Boese, V.A. e Lindberg, S.I. (eds.) (2022) *Democracy Report 2022: Autocratization Changing Nature?* rep. V-Dem Institute, University of Gothenburg. Disponível em: [https://v-dem.net/documents/19/dr\\_2022\\_ipyOpLP.pdf](https://v-dem.net/documents/19/dr_2022_ipyOpLP.pdf) (Consultado a 13 de outubro de 2023).
- Boyle, A.S. (2012) *Mali: A Timeline & Factsheet*. rep. American Security Project. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep06017> (Consultado a 12 de outubro de 2023).
- Gaub, F. (2013) *Civil wars: a very short introduction*. rep. European Union Institute for Security Studies (EUISS). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep06775> (Consultado a 15 de outubro de 2023).
- Gersovitz, M. e Kriger, N. (2013) *What Is a Civil War?: A Critical Review of Its Definition and (Econometric) Consequences*. rep. World Bank. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep02509> (Consultado a 15 de outubro de 2023).
- Institute for Economics & Peace (2022) *Global Terrorism Index 2022: Measuring the Impact of Terrorism*. rep. Institute for Economics & Peace. Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2022/03/GTI-2022-web-04112022.pdf> (Consultado a 11 de outubro de 2023).
- Lanfranchi, G. e Bruijne, K. (2022) *The Russians are coming! The Russians are coming? Russia’s growing presence in Africa and its implication for European policy*. rep. Clingendael, Netherlands Institute of International Relations. Disponível em: [https://www.clingendael.org/sites/default/files/2022-06/The\\_Russians\\_are\\_coming\\_4proof.pdf](https://www.clingendael.org/sites/default/files/2022-06/The_Russians_are_coming_4proof.pdf) (Consultado a 19 de outubro de 2022).
- Papada, E. e Lindberg, S.I. (eds.) (2023) *Democracy Report 2023: Defiance in the Face of Autocratization*. rep. V-Dem Institute, University of Gothenburg.

- Disponível em: [https://www.v-dem.net/documents/30/V-dem\\_democracyreport2023\\_highres.pdf](https://www.v-dem.net/documents/30/V-dem_democracyreport2023_highres.pdf) (Consultado a 13 de outubro de 2023).
- Parens, R. (2022) *The Wagner Group's Playbook in Africa: Mali*. rep. Foreign Policy Research Institute. Disponível em: <https://www.fpri.org/article/2022/03/the-wagner-groups-playbook-in-africa-mali/> (Consultado a 1 de junho de 2024).
- Pezard, S. e Shurkin, M. (2013) *Toward a Secure and Stable Northern Mali: Approaches to Engaging Local Actors*. rep. RAND Corporation. Disponível em: [https://www.rand.org/pubs/research\\_reports/RR296.html](https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR296.html) (Consultado a 13 de outubro de 2023).
- Thurston, A. (2017) *Al-Qaeda in the Islamic Maghreb (AQIM): An Al-Qaeda Affiliate Case Study*. rep. Center for Naval Analyses. Disponível em: [https://www.cna.org/archive/CNA\\_Files/pdf/dim-2017-u-016119-2rev.pdf](https://www.cna.org/archive/CNA_Files/pdf/dim-2017-u-016119-2rev.pdf) (Consultado a 27 de dezembro de 2024).
- UNDP (2021) *A Regeneration: Implementing the United Nations Integrated Strategy for the Sahel (UNISS): UNDP's contribution*. rep. UNDP. Disponível em: <https://www.undp.org/africa/waca/publications/regeneration-implementing-united-nations-integrated-strategy-sahel-uniss-undps-contribution> (Consultado a 17 de agosto de 2024).
- UNDP (2022) *Dynamics of Violent Extremism in Africa: Conflict Ecosystems, Political Ecology and the Spread of the Proto-State*. rep. UNDP. Disponível em: [https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-03/Dynamics%20of%20VE%20in%20Africa%20-%20Report%20-%20English%20-%20Final\\_.pdf](https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-03/Dynamics%20of%20VE%20in%20Africa%20-%20Report%20-%20English%20-%20Final_.pdf) (Consultado a 15 de março de 2023)
- UNDP (2016) *Preventing Violent Extremism Through Promoting Inclusive Development, Tolerance and Respect for Diversity: a development response to addressing radicalization and violent extremism*. rep. UNDP. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/Discussion%20Paper%20-%20Preventing%20Violent%20Extremism%20by%20Promoting%20Inclusive%20Development.pdf> (Consultado a 24 de janeiro de 2025).

Van Ostaeyen, P. e Aning, K. (2023) *Status of ISWAP and ISGS in West Africa and Sahel*. rep. Konrad-Adenauer-Stiftung. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/260257/24994116/Status+of+ISWAP+and+ISGS+in+West+Africa+and+Sahel.pdf/4e8f49d2-0666-48ea-f2f5-4264ef7bb1c2?version=1.0&t=1687255283610> (Consultado a 27 de dezembro de 2024).

Wing, S.D. (2013) *Mali's Precarious Democracy and the Causes of Conflict*. rep. United States Institute of Peace. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2013/04/malis-precarious-democracy-and-causes-conflict> (Consultado a 13 de outubro de 2023).

## Recursos Digitais

Adeoye, A. (2021) *Russia's presence in Mali raises concerns*. Chatham House. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2021/12/russias-presence-mali-raises-concerns> (Consultado a 17 de outubro de 2023).

African Union (2014) *The African Union Strategy For The Sahel Region*. Addis Ababa: Peace and Security Council. Disponível em: [https://archives.au.int/bitstream/handle/123456789/8599/PSC%20PR%203%20CDXLIX\\_E.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://archives.au.int/bitstream/handle/123456789/8599/PSC%20PR%203%20CDXLIX_E.pdf?sequence=1&isAllowed=y) (Consultado a 16 de abril de 2024).

Afrobarómetro (2008) *Summary of Results. Round 4 Afrobarometer Survey in Mali, 2008*. Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/publication/mali-round-4-summary-results-2008/> (Consultado a 28 de dezembro de 2023).

Afrobarómetro (2013) *Sommaire des résultats. Round 5 Afrobarometer Enquete au Mali, 2012*. Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/publication/sommaire-des-resultats-de-round-5-enquete-au-mali-2012/> (Consultado a 28 de dezembro de 2023).

Afrobarómetro (2016) *Résumé des Résultats. 6eme Tour de l'Afrobaromètre Enquête en/au Mali 2014*. Disponível em: [https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/02/mli\\_r6\\_sor.pdf](https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/02/mli_r6_sor.pdf) (Consultado a 28 de dezembro de 2023).

- Afrobarómetro (2018) *Résumé des Résultats. 7ème Tour de l'Enquête Afrobaromètre au Mali 2017*. Disponível em: [https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/02/mli\\_r7\\_sor\\_fr\\_110418.pdf](https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/02/mli_r7_sor_fr_110418.pdf) (Consultado a 28 de dezembro de 2023).
- Afrobarómetro (2021) *Résumé des Résultats. Enquête Afrobarometer Round 8 au Mali, 2020*. Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/publication/resume-des-resultats-enquete-afrobarometer-round-8-au-mali-2020-0/> (Consultado a 28 de dezembro de 2023).
- Ahsan, A. (2023) *In Retreat: French Influence in the Sahel Region*. Russian International Affairs Council. Disponível em: <https://russiancouncil.ru/en/blogs/al-ahsan/in-retreat-french-influence-in-the-sahel-region/> (Consultado a 27 de dezembro de 2023).
- Akrimi, Y. (2023) *The Françafrique: Unveiling Anti-French Sentiments and France's Complex Role in Africa*. Brussels International Center. Disponível em: <https://www.bic-rhr.com/research/francafrique-unveiling-anti-french-sentiments-and-frances-complex-role-africa> (Consultado a 27 de dezembro de 2023).
- Al Jazeera (2021) *Mali approached Russian military company for help: Lavrov*. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/9/25/mali-approached-russian-private-companies-moscow-not-involved> (Consultado a 13 de maio de 2024).
- Ambassade de France au Mali (2018) *Présentation de l'aide française au Mali*. Disponível em: <https://ml.ambafrance.org/Presentation-de-l-aide-francaise-au-Mali-1153> (Consultado a 16 de Agosto de 2024).
- Bikus, Z. (2022) *Africans Divided on Russia's Leadership Before Ukraine War*. Gallup. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/391718/africans-divided-russia-leadership-ukraine-war.aspx> (Consultado a 18 de outubro de 2023).
- Center for Preventive Action (2024) *Violent Extremism in the Sahel*. Council on Foreign Relations. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/violent-extremism-sahel> (Consultado a 24 de maio de 2023).

- CIA (2024) *The World Factbook – Mali*. Washington, DC: Central Intelligence Agency. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/> (Consultado a de 10 abril de 2024).
- Clark, A., Imperato, P.J. e Baker, K.M. (2024) *Mali*. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Mali> (Consultado a 10 de agosto de 2024).
- Coker, C. (2002) *Globalisation and Terrorism*. Disponível em: <https://www.g7.utoronto.ca/conferences/2002/tokyo/cocker.pdf> (Consultado a 26 de maio de 2023).
- Council of the European Union (2021) *Council conclusions on the European Union’s Integrated Strategy in the Sahel*. Brussels: Council of the European Union. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7723-2021-INIT/en/pdf> (Consultado a 17 de agosto de 2024).
- DCAF – Geneva Centre for Security Sector Governance (2024). *Private Military and Security Companies (PMSCs)*. SSR Backgrounder Series. Geneva: DCAF, 2024. Disponível em: [https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/DCAF\\_BKG\\_2\\_6\\_PrivateMilitarySecurityCompanies.pdf](https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/DCAF_BKG_2_6_PrivateMilitarySecurityCompanies.pdf) (Consultado a 28 de maio de 2024).
- Djilo, F. e Handy, P.-S. (2021) *Françafrique is a blunt tool for explaining foreign policy*. Institute for Security Studies. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/francafrique-is-a-blunt-tool-for-explaining-foreign-policy> (Consultado a 3 de agosto de 2024).
- European Council on Foreign Relations (2024) *Mapping African Regional Cooperation - G5 Sahel*. Disponível em: <https://ecfr.eu/special/african-cooperation/g5-sahel/> (Consultado a 28 de junho de 2023).
- European Union (2024) *ODA Dashboard - Team Europe Explorer*. Disponível em: [https://team-europe-explorer.europa.eu/oda/explore-oda\\_en](https://team-europe-explorer.europa.eu/oda/explore-oda_en) (Consultado a 29 de dezembro de 2024).
- FPVN (2021) *Socio-Political Situation in The Republic of Mali*. FZNC. Disponível em: [https://fznc.ru/wp-content/uploads/2021/09/mali-2021\\_en.pdf](https://fznc.ru/wp-content/uploads/2021/09/mali-2021_en.pdf). Arquivado em: <https://web.archive.org/web/20220402153901/https://fznc.ru/wp->

- [content/uploads/2021/09/mali-2021\\_en.pdf](content/uploads/2021/09/mali-2021_en.pdf). (Arquivado entre 10 de outubro de 2021 e 14 de maio de 2022 e Consultado a 15 de outubro de 2024).
- Fridman, O., Baudais, V. e Gigitashvili, G. (2023) *Enhancing the capabilities of CSDP missions and operations to identify and respond to disinformation attacks*. European Parliament. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2023/702578/EXPO\\_IDA\(2023\)702578\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2023/702578/EXPO_IDA(2023)702578_EN.pdf) (Consultado a 1 de janeiro de 2025).
- Friedrich-Ebert-Stiftung (2012) *Enquête d'opinion: «Que veulent les Maliens?»*, Novembre 2012, No. 1. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mali/10100/2012-01.pdf> (Consultado a 27 de dezembro de 2023).
- Friedrich-Ebert-Stiftung (2013) *Mali-Mètre Enquête d'opinion: «Que pensent les Maliens?»*, Février 2013, No. 2. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mali/10100/2013-02.pdf> (Consultado a 27 de dezembro de 2023).
- Friedrich-Ebert-Stiftung (2021) *Mali-Mètre Enquête d'opinion: «Que pensent les Malien(ne)s?»*, Mars 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mali/10100/2021-12.pdf> (Consultado a 27 de novembro de 2023).
- Friedrich-Ebert-Stiftung (2020) *Mali-Mètre Enquête d'opinion: «Que pensent les Malien(ne)s?»*, Octobre 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mali/10100/2020-octobre.pdf> (Consultado a 27 de dezembro de 2023).
- Galal, S. (2023a) *Approval ratings of the job performance of Russia's leadership in Africa from 2007 to 2021*. Statista. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1305599/african-approval-ratings-of-the-leadership-of-russia/> (Consultado a 18 de outubro de 2023).
- Galal, S. (2023b) *Approval ratings of the job performance of Russia's leadership in Africa in 2021, by selected country*. Statista. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1305610/african-approval-ratings-of-the-leadership-of-russia-by-country/> (Consultado a 18 de outubro de 2023).
- Global Terrorism Database START (2022) *Global Terrorism Database Heat Maps*. Disponível em: [https://www.start.umd.edu/gtd/features/GTD\\_Heatmaps.html](https://www.start.umd.edu/gtd/features/GTD_Heatmaps.html) (Consultado a 5 de maio de 2023).

- Institut de Droit International (2007) “*Present Problems of the Use of Armed Force in International Law – A. Self-defence*” (27 October 2007, 10ème Commission). Santiago. Disponível em: [https://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/06/2007\\_san\\_02\\_en.pdf](https://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/06/2007_san_02_en.pdf) (Consultado a 13 de abril de 2024).
- Institut de Droit International (2011) “*Present Problems of the Use of Force in International Law – Sub-Group C – Military Assistance on Request*” (8 September 2011, Tenth Commission). Rhodes. Disponível em: [https://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/06/2011\\_rhodes\\_10\\_C\\_en.pdf](https://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/06/2011_rhodes_10_C_en.pdf) (Consultado a 13 de abril de 2024).
- Institute for Economics & Peace (2023) *Global Terrorism Index*. Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/maps/global-terrorism-index/#/> (Consultado a 15 de dezembro de 2023).
- Jourdain, M. e Tùma, P. (2022) *As Europe withdraws from Mali, Russia gets the upper hand*. Atlantic Council. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/as-europe-withdraws-from-mali-russia-gets-the-upper-hand/> (Consultado a 6 de dezembro de 2022).
- Kremlin (1996) *The Criminal Code of the Russian Federation No. 63-FZ of June, 1996*. Moscow. Disponível em: [https://www.wto.org/english/thewto\\_e/acc\\_e/rus\\_e/wtaccrus58\\_leg\\_362.pdf](https://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/rus_e/wtaccrus58_leg_362.pdf) (Consultado a 19 de janeiro de 2025).
- Le Cam, M. et al. (2024) *Au Burkina Faso, la première base militaire russe d’Africa Corps*. Le Monde. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/afrique/video/2024/03/06/au-burkina-faso-la-premiere-base-militaire-russe-d-afrika-corps\\_6220477\\_3212.html](https://www.lemonde.fr/afrique/video/2024/03/06/au-burkina-faso-la-premiere-base-militaire-russe-d-afrika-corps_6220477_3212.html) (Consultado a 1 de janeiro de 2025).
- Nichols, M. (2021) *Lavrov says Mali asked private Russian military company for help*. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/mali-asked-private-russian-military-firm-help-against-insurgents-ifx-2021-09-25/> (Consultado a 13 de maio de 2025).

- Passante, P.R. (2021) *The Affect of Globalization on Terrorism*. thesis. University of New Haven. Disponível em: [https://digitalcommons.newhaven.edu/masterstheses/180/?utm\\_source=digitalcommons.newhaven.edu%2Fmasterstheses%2F180&utm\\_medium=PDF&utm\\_campaign=PDFCoverPages](https://digitalcommons.newhaven.edu/masterstheses/180/?utm_source=digitalcommons.newhaven.edu%2Fmasterstheses%2F180&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages) (Consultado a 24 de maio de 2023).
- PRB (2015) *Demographic Challenges of the Sahel*. PRB. Disponível em: <https://www.prb.org/resources/demographic-challenges-of-the-sahel/> (Consultado a 14 de abril de 2024).
- Rampe, W. (2023) *What Is Russia's Wagner Group Doing in Africa?* Council on Foreign Relations. Disponível em: <https://www.cfr.org/in-brief/what-russias-wagner-group-doing-africa> (Consultado a 17 de outubro de 2023).
- Reinhart, R. (2022) *Russia's Leadership Not Highly Popular Before Ukraine War*. Gallup. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/391775/russia-leadership-not-highly-popular-ukraine-war.aspx> (Consultado a 18 de outubro de 2023).
- RFI (2022) *Mali anuncia saída do G5 do Sahel*. Rádio França Internacional – RFI. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica/20220516-mali-anuncia-sa%C3%ADda-do-g5-do-sahel> (Consultado a 4 de abril de 2024).
- Rono, M. (2021) *Mali's plan for Russia mercenaries to replace French troops unsettles Sahel*. BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-58751423> (Consultado a 1 de dezembro de 2022).
- Russell, M. e Pichon, E. (2019) *Russia in Africa: A new arena for geopolitical competition*. European Parliamentary Research Service. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS\\_BRI\(2019\)6422\\_83](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2019)6422_83) (Consultado a 19 de outubro de 2022).
- The Fund for Peace (2024) *Fragile States Index*. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/global-data/> (Consultado a 13 de agosto de 2024).
- Thompson, J., Doxsse, C. e Bermudez Jr., J. (2022) *Tracking the Arrival of Russia's Wagner Group in Mali*. Center for Strategic & International Studies. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/tracking-arrival-russias-wagner-group-mali> (Consultado a 5 de dezembro de 2022).

- Tũma, P. (2022) *Mali: West out, Russia in, and then?* Atlantic Council. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/report/mali-west-out-russia-in-and-then/> (Consultado a 26 de dezembro de 2022).
- US Department of State (2025) *Foreign Terrorist Organizations*. Disponível em: <https://www.state.gov/foreign-terrorist-organizations/> (Consultado a 15 de janeiro de 2025).
- UN General Assembly (2022) *Discours du Colonel Abdoulaye MAIGA Premier ministre p.i, Chef du Gouvernement du Mali, à l'occasion du Débat général de la 77ème Session ordinaire de l'Assemblée générale des Nations Unies New York, le 24 septembre 2022*. United Nations. Disponível em: [https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/77/ml\\_fr.pdf](https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/77/ml_fr.pdf) (Consultado a 8 de agosto de 2024).
- UN General Assembly (2019) *United Nations General Assembly Seventy-Fourth Session, 6th Plenary Meeting (25 September 2019, A/74/PV.6)*. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n19/292/05/pdf/n1929205.pdf> (Consultado a 8 de agosto de 2024).
- UN General Assembly (2021) *United Nations General Assembly Seventy-Sixth Session, 15th Plenary Meeting (25 September 2021, A/76/PV.15)*. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n21/265/65/pdf/n2126565.pdf> (Consultado a 8 de agosto de 2024).
- UN General Assembly (2013) *United Nations General Assembly Sixty-Eighth Session, 15th Plenary Meeting (27 September 2013, A/68/PV.15)*. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n13/487/84/pdf/n1348784.pdf> (Consultado a 8 de agosto de 2024).
- UN General Assembly (2012) *United Nations General Assembly Sixty-Seventh Session, 11th Plenary Meeting (26 September 2012, A/67/PV.11)*. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n12/522/19/pdf/n1252219.pdf> (Consultado a 8 de agosto de 2024).
- United Nations (1977) *Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of International Armed Conflicts (Protocol I)*. (8 June 1977). Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/protocol->

additional-geneva-conventions-12-august-1949-and (Consultado a 19 de janeiro de 2025).

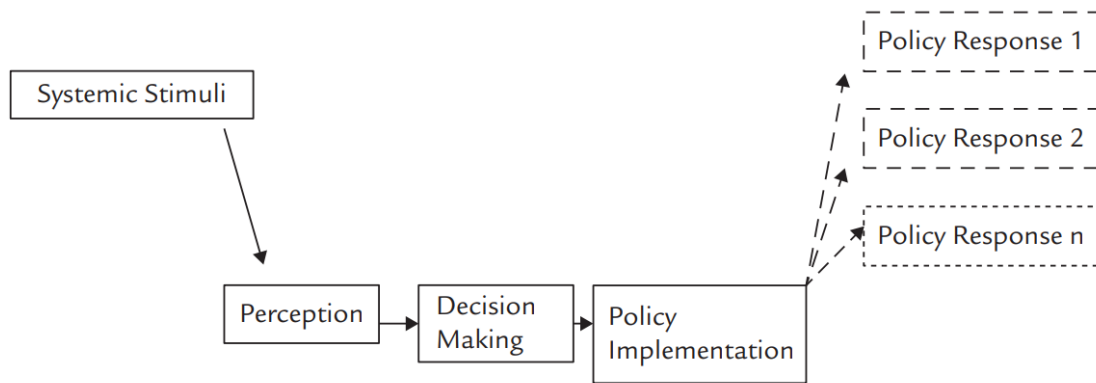
United Nations (2024) *United Nations Charter (full text)*. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text> (Consultado a 23 de março de 2024).

Wires, N. (2021) *Mali denies deployment of Russian mercenaries from Wagner Group*. France 24. Disponível em: <https://www.france24.com/en/africa/20211225-mali-denies-deployment-of-russian-mercenaries-from-wagner-group> (Consultado a 13 de maio de 2024).

## ANEXOS

### Anexo A – Modelos de Realismo Neoclássico

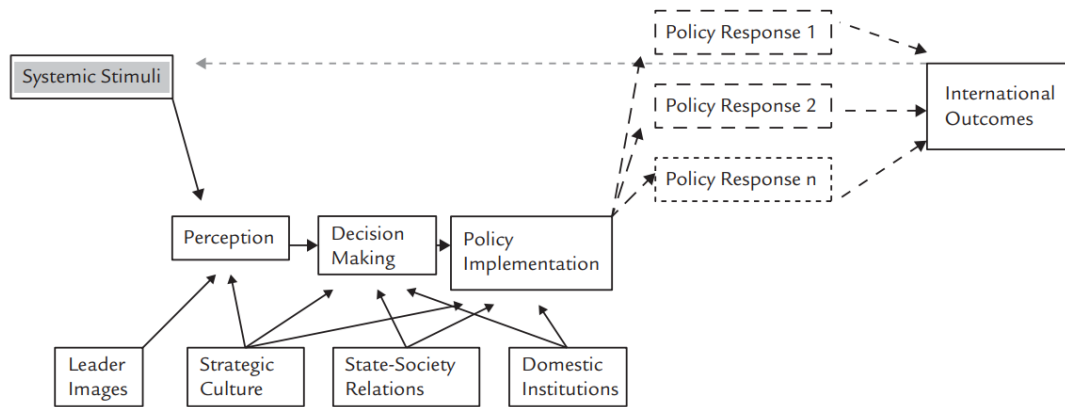
Figura A1 – Realismo Neoclássico de Tipos I e II



**Figure 1.2**  
The Types I and II Neoclassical Realist Model of Foreign Policy

(Fonte: Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 31).

*Figura A2 – Realismo Neoclássico de Tipo III*



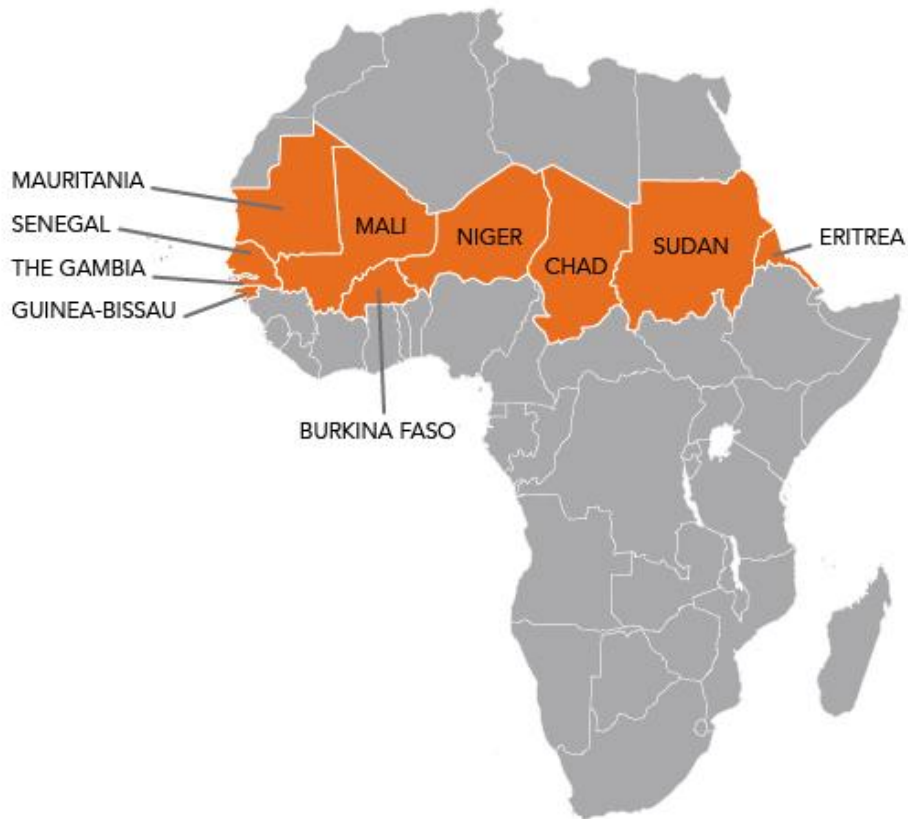
**Figure 2.1**  
Type III Neoclassical Realist Model

(Fonte: Ripsman, Taliaferro e Lobell, 2016, p. 34).

## Anexo B – Mapas da Região e do País em Estudo

Figura B1 – Sahel

**THE SAHEL REGION INCLUDES 10 COUNTRIES THAT VARY DEMOGRAPHICALLY.**



(Fonte: PRB, 2015).

Figura B2 – Mali



(Fonte: Clark, Imperato e Baker, 2024).

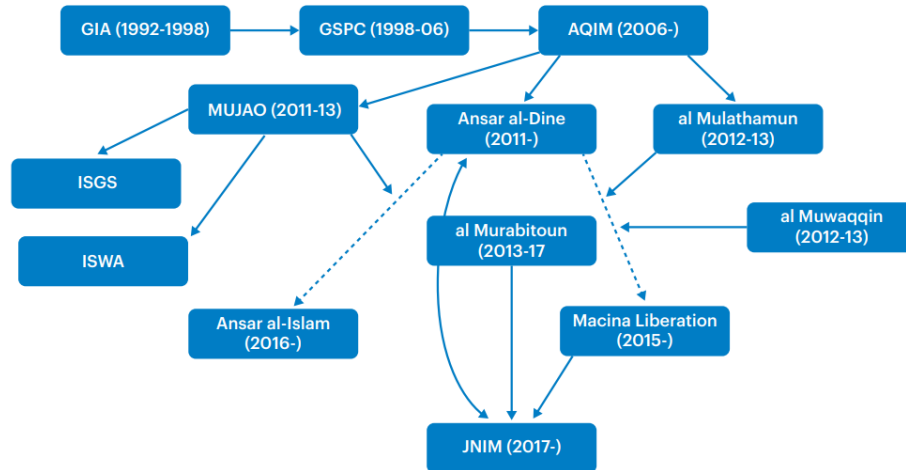
## Anexo C – Evolução do Terrorismo no Sahel e no Mundo

Figura C1 – Evolução dos Grupos Salafitas-Jihadistas no Sahel (1992-2017)

FIGURE 3.5

### Evolution of Salafi-jihadi groups in the Sahel

Many terrorist groups split or merge into other groups.



Source: Dragonfly TerrorismTracker, UCDP, IEP calculations

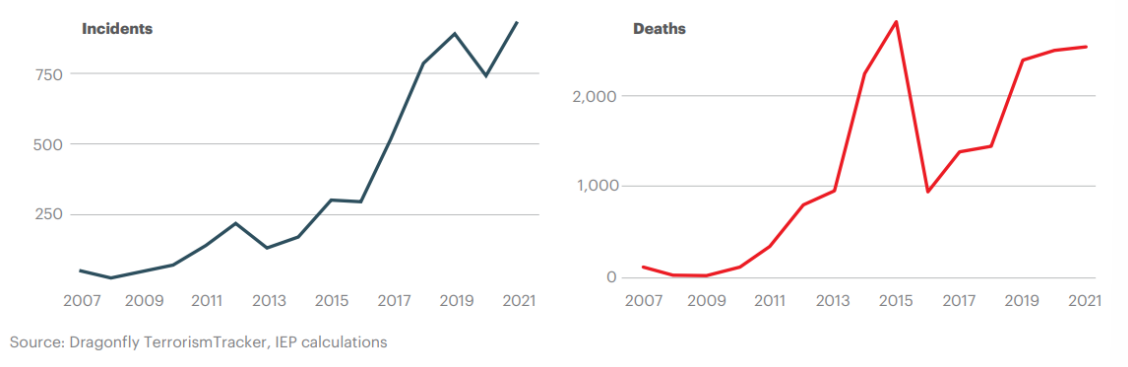
(Fonte: IEP, 2022, p. 49).

*Figura C2 – Ataques e Mortes por Terrorismo no Sahel (2007-2021)*

FIGURE 3.2

**Incidents and deaths from terrorism in the Sahel, 2007-2021**

Both incidents and deaths increased by well over 1,000 per cent from 2007 to 2021.



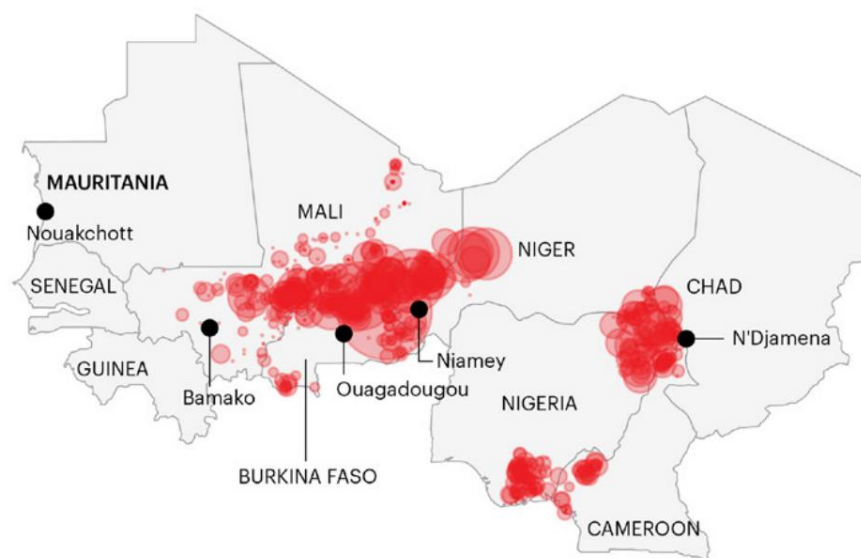
(Fonte: IEP, 2022, p. 46).

*Figura C3 – Ataques Terroristas no Sahel (2007-2021)*

FIGURE 3.3

**Terrorist attacks in the Sahel, 2007-2021**

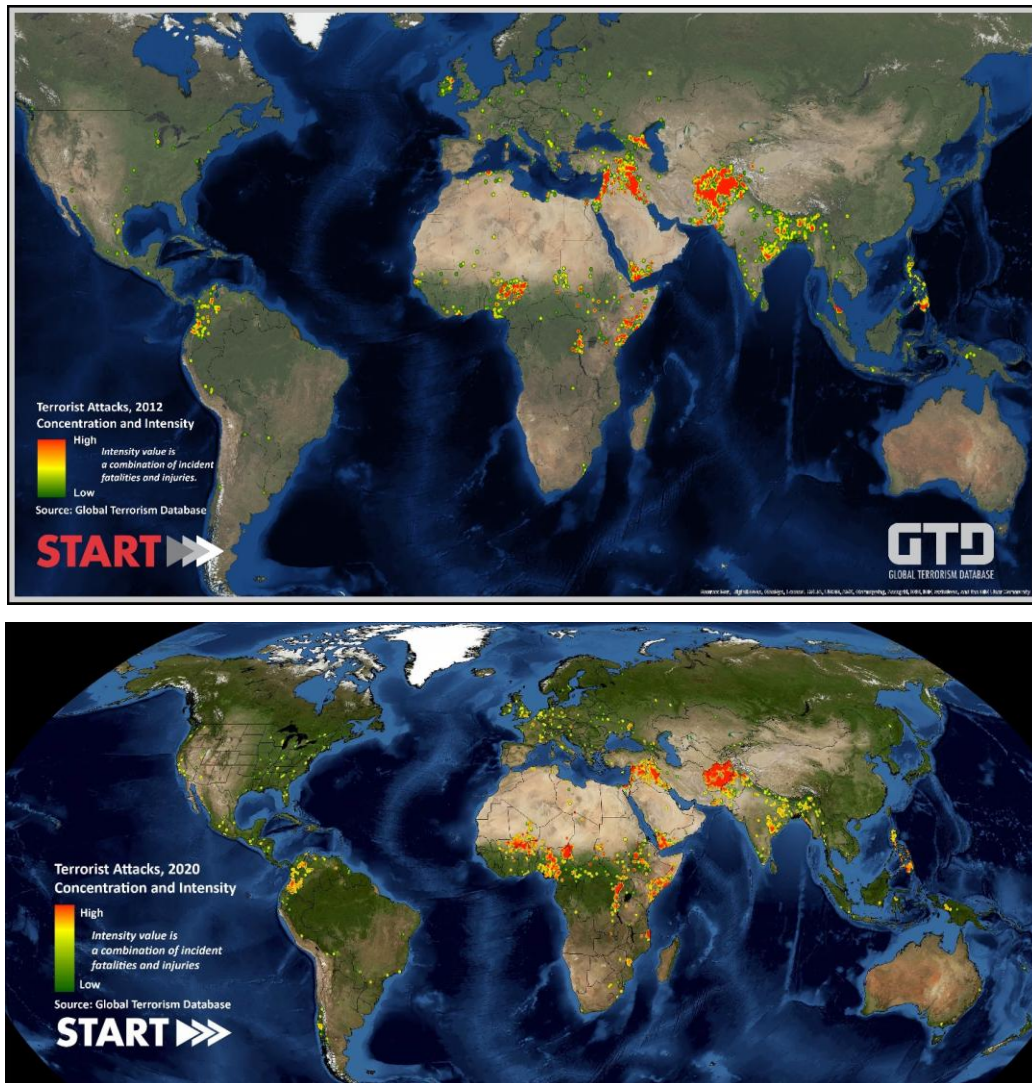
Most terrorist attacks occur away from major urban centers.



Source: Dragonfly TerrorismTracker, IEP calculations

(Fonte: IEP, 2022, p. 47).

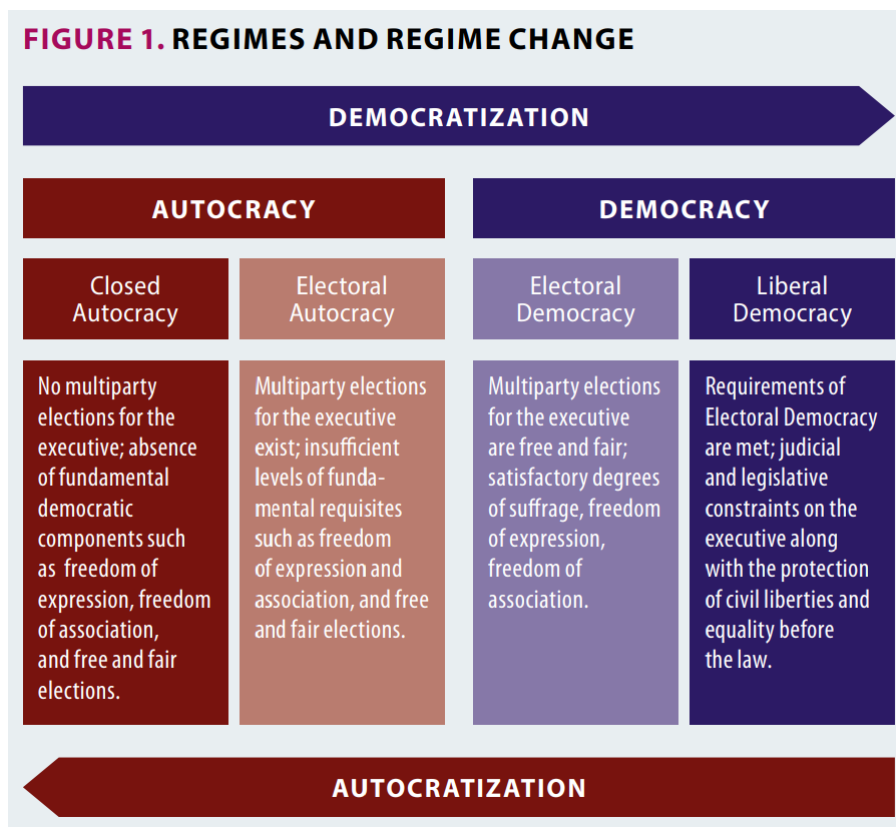
Figura C4 – Concentração e Intensidade do Terrorismo no Mundo (2012 e 2020)



(Fonte: Global Terrorism Database START, 2022).

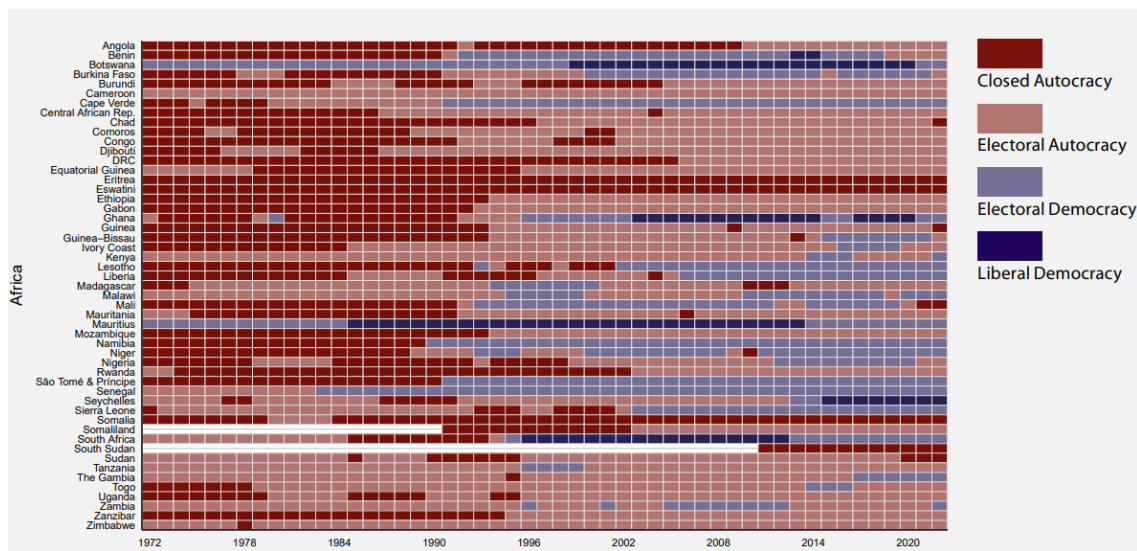
## Anexo D – Evolução dos Processos de Autocratização e Democratização na África Subariana e no Mundo

Figura D1 – Tipos de Regime Político



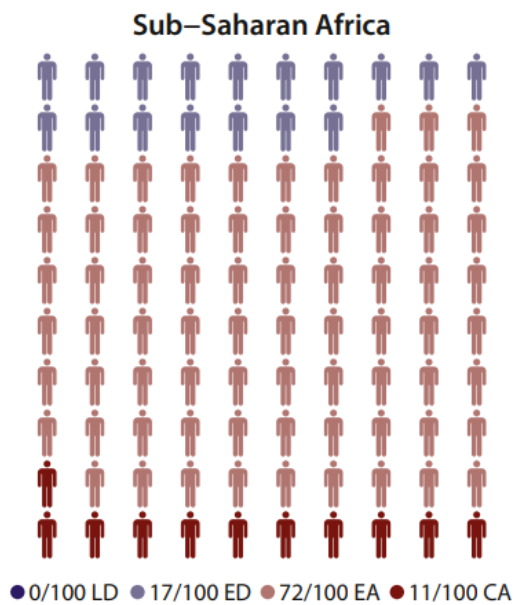
(Fonte: Papada e Lindberg, 2023, p. 12).

Figura D2 – Evolução dos Regimes Políticos na África Subsariana (1972-2022)



(Fonte: Papada e Lindberg, 2023, p. 41).

Figura D3 – Percentagem de População da África Subsariana por Tipo de Regime Político



(Fonte: Boese e Lindberg, 2022, p. 15).

*Figura D4 – Países em Democratização e Autocratização (2011-2021)*

**FIGURE 9: COUNTRIES DEMOCRATIZING VS. AUTOCRATIZING, 2011-2021**

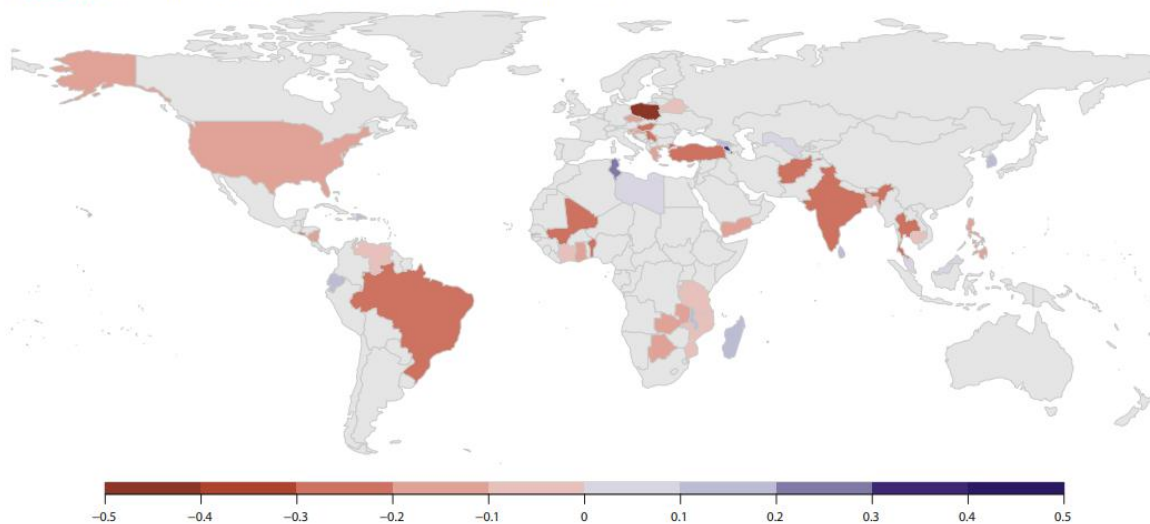


Figure 9 shows where the LDI has improved (blue) or declined (red) substantially and significantly over the past decade. Countries in gray had no substantial and significant change on the LDI during this period.

(Fonte: Boese e Lindberg, 2022, p. 19).

Figura D5 – Top 10 de Países em Democratização e Autocratização (2011-2021)

FIGURE 14: TOP 10 DEMOCRATIZING VS. AUTOCRATIZING COUNTRIES (10-YEAR)

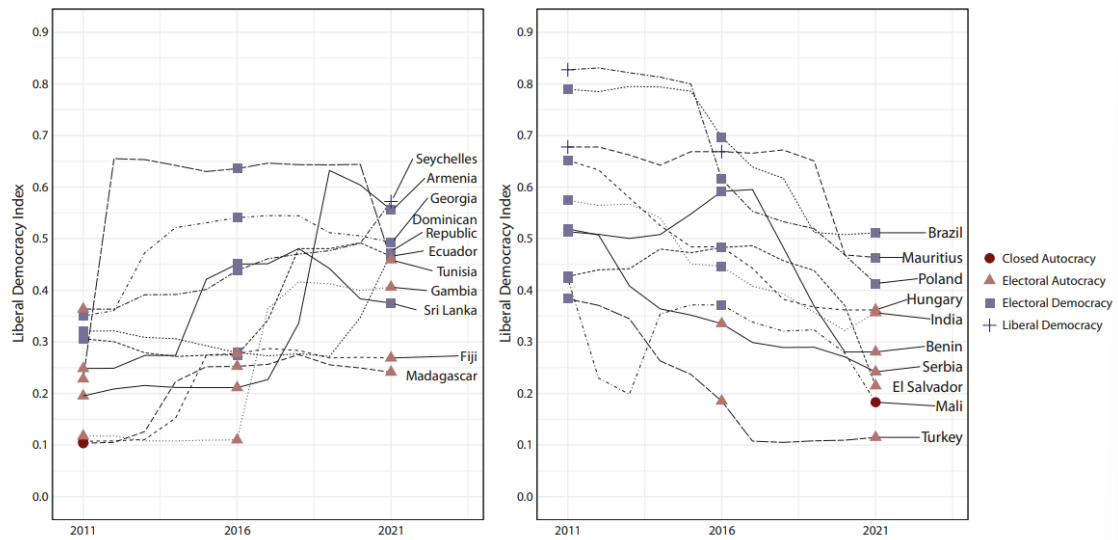


Figure 14 plots values of the liberal democracy index (LDI) for the 10 countries with the highest amount of LDI increase (left panel) and decrease (right panel) in the last 10 years.

(Fonte: Boese e Lindberg, 2022, p. 23).

Figura D6 – Top 10 de Países em Democratização e Autocratização (2018-2021)

FIGURE 15: TOP 10 DEMOCRATIZING VS. AUTOCRATIZING COUNTRIES (3-YEAR)

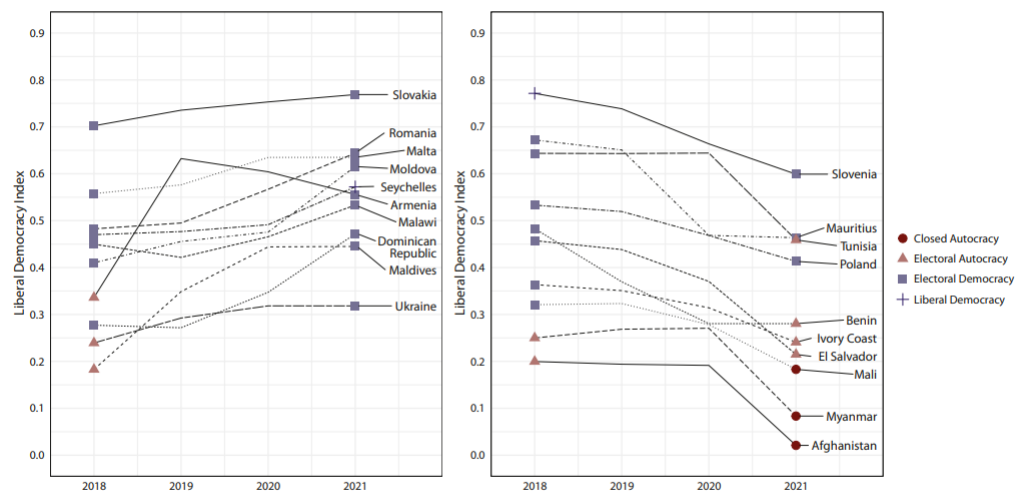


Figure 15 plots values of the liberal democracy index (LDI) for the 10 countries with the highest amount of LDI increase (left panel) and decrease (right panel) in the last 3 years. Markers and color indicate each country's regime type on the Regimes of the World index.

(Fonte: Boese e Lindberg, 2022, p. 25).

## Anexo E – França

Figura E1 – Evolução das Atitudes do Mali em relação à França (2012-2022)

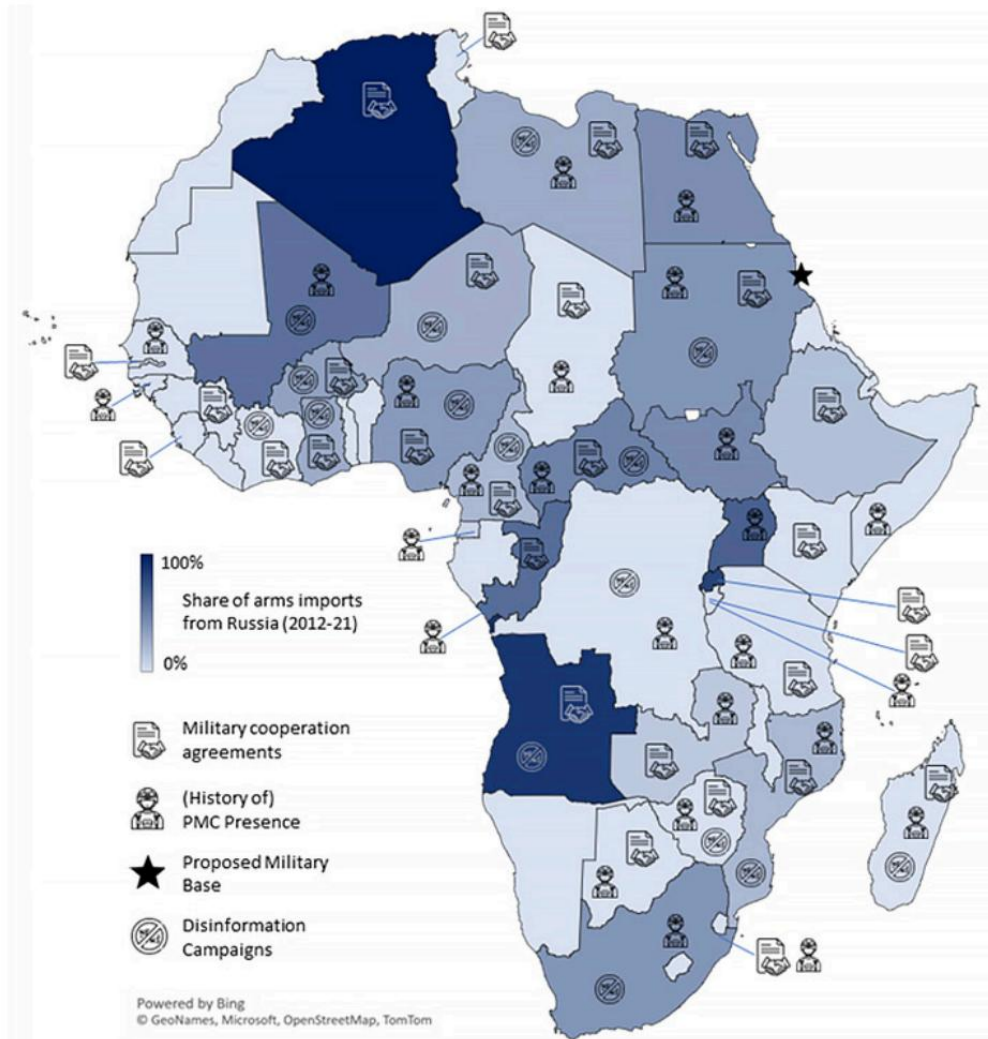


(Fonte: Foster, 2022, p. 16).

## Anexo F – Rússia

### Figura F1 – Presença da Rússia em África

**Figure 7 Russia in Africa: Security cooperation, PMC presence and disinformation campaigns<sup>79</sup>**



(Fonte: Lanfranchi e Bruijne, 2022, p. 24).

Figura F2 – Aprovação da Liderança da Rússia por Região (2021)

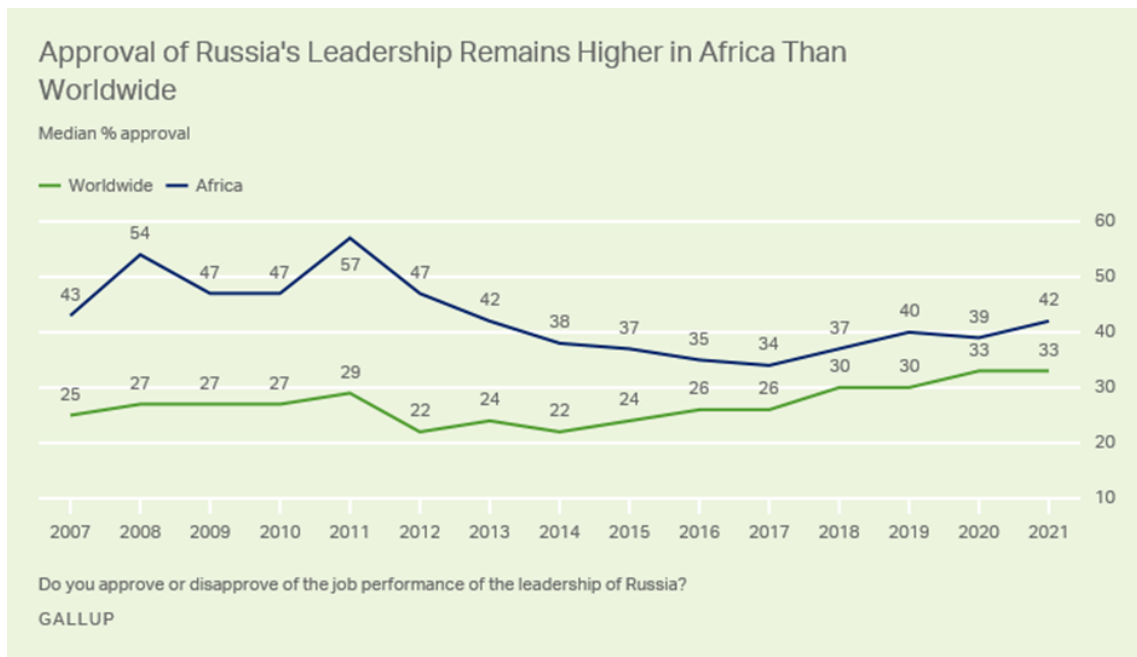
	<b>Median % approve</b>	<b>Median % disapprove</b>	<b>Median % Don't know/Refused</b>
Europe	22	62	17
Americas	36	33	29
Asia	33	38	26
Africa	42	25	27
NATO	21	57	17

Get the data

GALLUP

(Fonte: Reinhart, 2022).

Figura F3 – Evolução da Aprovação da Liderança da Rússia em África e no Mundo (2007-2021)



(Fonte: Bikus, 2022).

*Figura F4 – Aprovação da Liderança da Rússia na África Ocidental e Central (2021)*

Approval of Russian Leadership Is Highest in West and Central Africa, 2021

	<b>Approve</b>	<b>Disapprove</b>	<b>Don't know/Refused</b>	<b>Change, 2020-2021</b>
	%	%	%	pct. pts.
Mali	84	8	8	+25
Ivory Coast	71	20	9	+17
Guinea	67	11	21	-5
Gabon	64	21	15	+13
Togo	61	12	27	*
Cameroon	60	21	19	-1
Republic of the Congo	54	25	21	+1
Nigeria	53	13	35	+13
Burkina Faso	50	15	35	-3
Sierra Leone	50	9	41	*
Ghana	49	12	39	+10
Benin	38	21	41	+2
Senegal	36	14	50	+5

\* Not asked in 2020

GALLUP

(Fonte: Bikus, 2022).

Figura F5 – Aprovação da Liderança da Rússia no Mundo (2021)



(Fonte: Reinhart, 2022).